

ANTOLOGIA

DA LITERATURA DRAMÁTICA DO
RIO GRANDE DO SUL (SÉCULO XIX)



VOLUME V

O DRAMA ABOLICIONISTA

ANTENOR FISCHER

ANTOLOGIA

DA LITERATURA DRAMÁTICA DO RIO GRANDE DO SUL (SÉCULO XIX)

Produzida ao longo de um Estágio Pós-Doutoral, realizado no PPGL da PUCRS, sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Maria Eunice Moreira, em 2009, a presente Antologia da literatura dramática do Rio Grande do Sul (século XIX) faz parte de uma série de estudos acadêmicos realizados por Antenor Fischer, nos Programas de Pós-Graduação em Letras da PUCRS e da UFRGS, entre 2002 e 2011.

A Antologia da literatura dramática do Rio Grande do Sul (cujos ensaios introdutórios, em seu conjunto, constituem e/ou proporcionam uma visão sociológica do Rio Grande do Sul oitocentista, a partir do teatro nele produzido), foi precedida pelos seguintes estudos: A literatura dramática do Rio Grande do Sul, do século XIX – Subsídios para uma história (Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2003) e A literatura dramática do Rio Grande do Sul – de 1900 a 1950 (Tese de Doutorado, PUCRS, 2007, 2 volumes).

A esses estudos, o autor acrescentaria o Dicionário de autores da literatura dramática do Rio Grande do Sul, produzido ao longo de novo Estágio Pós-Doutoral, agora no PPGL da UFRGS, sob a supervisão do Prof. Dr. Luís Augusto Fischer, em 2011. A obra, que reúne 900 verbetes de autores, foi considerada, pelo crítico teatral Antonio Hohlfeldt, “o principal livro publicado no Rio Grande do Sul, em 2014, sobre teatro”.

Radicado em Porto Alegre, desde 1978, Antenor Fischer nasceu na Linha Vista Alegre, Crissiumal, RS, a 26/10/1959. Passou a infância e a juventude em Palmitos e Cunha Porã, municípios do Oeste de Santa Catarina. Ex-ator do “Caixa de Pandora” (grupo teatral porto-alegrense, que integrou ao longo de quase dez anos), diretor de teatro, historiador da literatura dramática gaúcha, escritor e bancário aposentado (CEF), Fischer, como é conhecido, é Bacharel em Artes Cênicas – Direção Teatral, pelo DAD-UFRGS (1997), Mestre e Doutor em Letras, pela PUCRS (2003 e 2007, respectivamente), com Pós-Doutorado, na mesma área, pela PUCRS (2009) e pela UFRGS (2011).

Além do Dicionário de autores da literatura dramática do Rio Grande do Sul (Porto Alegre: FischerPress, 2014, 350 p.), publicou as seguintes obras: A república dos miseráveis – Ascensão e queda do Reich da Modernidade (2000); A odisseia de H.Romeo (2005); A primavera de Praga (2006); Que mistifório é este? – Crônica, poesia, teatro & Cia. (em parceria com César Dias da Silva, 2008); Era uma vez no Leste – Impressões de uma viagem a República Tcheca, Polônia, Repúblicas Bálticas e Rússia (2010); Em busca do sentido perdido – No Caminho de Santiago (2012); e Do outro lado do mundo – Crônicas da Ásia e da Oceania (2015).

Antenor Fischer

ANTOLOGIA
DA LITERATURA DRAMÁTICA
DO RIO GRANDE DO SUL
(SÉCULO XIX)

VOLUME V
O DRAMA ABOLICIONISTA

1ª Edição

Porto Alegre

P | Fischer
Press

2015

Copyright@ 2015 por Antenor Fischer

Título Original

Antologia da literatura dramática do Rio Grande do Sul (Século XIX)

Editor

Antenor Fischer

Projeto Gráfico, Capa e Editoração Eletrônica

Daniel Scheer

Ilustração da Capa

Gilmar Fraga

Bibliotecária Responsável

Ginamara de Oliveira Lima – CRB 10/1204

Catálogo na Fonte

F529a

Fischer, Antenor

Antologia da literatura dramática do Rio Grande do Sul (século XIX) /
Antenor Fischer. – Porto Alegre : FischerPress, 2015.
8 v. ; 21 cm.

Conteúdo: v.1. Autores primordiais e textos fundadores. – v.2. A desonra como *Machina Fatalis*. – v.3. O jusuitismo na alça de mira. – v.4. O divórcio em cena. – v.5. O drama abolicionista. – v.6. O ideal republicano. – v.7. A mulher como autora. – v.8. A comédia.

ISBN: 978-85-68558-02-7 – Coleção

978-85-68558-03-4 – v.1

978-85-68558-04-1 – v.2

978-85-68558-05-8 – v.3

978-85-68558-06-5 – v.4

978-85-68558-07-2 – v.5

978-85-68558-08-9 – v.6

978-85-68558-09-6 – v.7

978-85-68558-10-2 – v.8

1. Literatura Brasileira - Teatro. 2. Literatura Sul-rio-grandense - Teatro.
3. Literatura Dramática do Rio Grande do Sul. 4. Teatro do Rio Grande do Sul. 5. Dramaturgia brasileira. 6. Dramaturgia gaúcha. I. Título.

CDD 869.99209

Antenor Fischer

fischerpress@gmail.com

www.fischerpress.com.br





SUMÁRIO

O drama abolicionista	07
Notas sobre os autores	57
<i>A filha da escrava</i> (1883), de Arthur Rocha.....	65
<i>Um fruto da escravidão</i> (1883), de Boaventura Soares	99
<i>O filho duma escrava</i> (1882), de Apparício Mariense.....	149
Bibliografia	185



O DRAMA ABOLICIONISTA

Antes de tratarmos, especificamente, da dramaturgia produzida pelos autores gaúchos, do século XIX, em prol da causa da abolição da escravatura, entendemos conveniente fazer, aqui, algumas considerações preliminares, sobre questões acerca das quais a historiografia local parece ainda não ter chegado a um acordo – em especial, duas: afinal, os negros contribuíram ou não na formação da identidade regional sul-rio-grandense? E qual foi a participação do contingente africano na composição étnica dessa sociedade?

Acreditamos que a resposta a essas perguntas será capaz de nos proporcionar, entre outras coisas, uma visão da relevância do movimento abolicionista no Rio Grande do Sul, ao contrário do que pretende grande parte da historiografia gaúcha.

As controvérsias em torno da primeira dessas questões são bastante semelhantes àquelas suscitadas pela contribuição, senão do índio, dos povoados missionários na definição da identidade regional sul-rio-grandense.

Ao falar do gaúcho e de sua formação heroica, no primeiro capítulo de sua *História literária do Rio Grande do Sul*, João Pinto da Silva (1924, p. 11), por exemplo, escreve que “quanto ao negro, é incontestável que, por aqui, entrou ele com insignificante quota na dosagem arterial, mercê das circunstâncias e razões expostas no capítulo V deste livro”.

No citado capítulo, em que trata, entre outros temas, do “período de transição”, do abolicionismo e da propaganda republicana, Pinto da Silva (1924, p. 76) diz:

Os derradeiros anos da Monarquia foram, no Rio Grande do Sul, de intensa e fulgurante atividade espiritual, que, entretanto, não teve caráter rigorosamente literário. Exerceu-se ela, de fato, quase que exclusivamente no jornalismo político – a princípio, no sentido da abolição da escravatura; depois, em torno da radical extirpação do trono.

A primeira dessas campanhas não adquiriu nunca, por aqui, a vibração, a dramaticidade empolgante que a





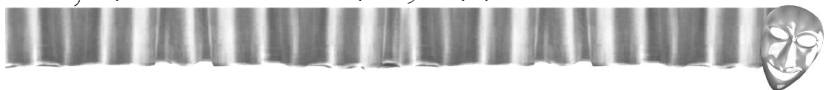
caracterizou noutras circunscrições do país. Convém explicar que essa ausência de intensidade não traía da nossa parte inexplicável indiferença ou qualquer espécie de indigna simpatia, em face da vergonhosa instituição. *É que, na Província, não era, felizmente, numerosa a população escrava* (o grifo é nosso).

Três décadas mais tarde, Guilhermino Cesar (1956, p. 30), ao analisar nosso substrato étnico, em sua *História da literatura do Rio Grande do Sul*, simplesmente deixa de fora dos componentes sociais, que deram origem ao gaúcho de nossos dias, o elemento africano:

Em primeiro lugar, no substrato étnico, encontramos o guarani; após, a partir de 1627, o espanhol representado pelo padre jesuíta e pelos colonizadores e guerreiros do Vice-Reinado do Prata; em seguida, a contar do *rush* paulista em demanda de Guairá, surgem os bandeirantes e demais preadores de índios, mamelucos de Piratininga e tropeiros do interior de Minas; da praça forte de Laguna, berço do Rio Grande português, descem os primeiros povoadores da costa; em meados do século XVIII, arribam os açorianos; o contingente social de colonos alemães, a que em pouco tempo se seguiram numerosos outros, chega em 1824; a colonização italiana começa em 1875 e logra também extraordinário desenvolvimento.

Em sua obra *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*, Manoelito de Ornellas (1948, p. 26) escreveu que “o Rio Grande nasceu do impulso desbravador de três correntes humanas, diferentes nos seus propósitos, mas semelhantes nas suas origens raciais”. Essas três correntes seriam o índio, o espanhol e o paulista.

Moyisés Vellinho, crítico literário e historiador, que desde a década de 1920, até a de 1970, representou a ideologia dominante entre a maioria dos intelectuais gaúchos, compartilhava desse pensamento de Pinto da Silva, Guilhermino Cesar e Manoelito de Ornellas. Aliás, foi privilegiando a obra de Vellinho que Ieda Gutfreind (1990, p. 180-81) refletiu sobre o vazio que o negro representa na historiografia do Rio Grande do Sul:

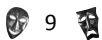


Em termos genéricos, a preocupação fundamental da historiografia neste período [1920 - 1970] referia-se ao estudo da formação histórica do Rio Grande do Sul, seu passado político, no qual se destacavam estudos sobre brancos. Em sua maioria, os historiadores sul-rio-grandenses, entre os quais Moysés Vellinho, que é um líder, pouco ou nenhuma atenção deram ao estudo do negro. Tomaram como suas as afirmações do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire em relação ao negro. Transformaram em matizes seus dizeres e deles tiraram cópias, desde a diversidade de tratamento do negro desta capitania em relação às demais, seu menor número, a diferença de tratamento que havia nas estâncias e nas charqueadas. Pouca importância deram às sublevações, às fugas, aos motivos que os levaram a cometerem crimes. Não se detiveram no estudo de suas origens, de sua história e da miscigenação que ocorreu.

Algumas obras, capítulos, parágrafos abordaram, talvez menos que isto, pois o verdadeiro objetivo da historiografia contemporânea gaúcha foi substantivar uma história sul-rio-grandense desde o início vinculada a Portugal e ao restante do Brasil, excluindo o papel do negro em sua formação.

Opiniões como as acima descritas, que praticamente excluem a figura do negro das origens étnicas do povo sul-rio-grandense e, por conseguinte, na formação de sua identidade, passaram a ser revistas nas últimas décadas.

Calcados na crença de que a história é reescrita a cada dia e que os fatos históricos guardam sempre como que “segredos”, que só se vão revelando, lentamente, e na medida em que a sensibilidade, a pertinácia e a dedicação de um novo estudioso se propõe a alargar espaços no seu conhecimento, pesquisadores como Dante de Laytano, Fernando Henrique Cardoso, Mário Maestri, Ieda Gutfreind, entre outros, assumiram a tarefa não só de questionar as opiniões e os escritos de historiadores do passado – que tiveram boa parte de suas ideias transformadas em senso comum –, mas também de derrocar pensamentos dominantes, que vinham sendo repetidos mecanicamente e até mesclando-se entre si, transformando-se em





verdadeiros dogmas e formando um mosaico onde predominam o estereótipo e a mitificação.

Ieda Gutfreind (1990, p. 185), por exemplo, concluiu seu estudo intitulado *O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico*, dizendo que é através do espaço em branco que representa o negro em nossa história “que se pode aquilatar o universo ideológico que permeava os historiadores gaúchos”, até poucas décadas. “Suas preocupações eram político-econômicas, sua ideologia conservadora e elitista, sua proposta a construção de uma identidade para o Rio Grande do Sul e o gaúcho, acima de tudo lusitana, mesmo que obtusa e incompleta”.

Para Mário Maestri (1990, p. 6-8), “choca-se com a verdade histórica a difundida visão do Rio Grande do Sul produto exclusivo do trabalho livre. Até a abolição da escravatura, em 1888, o Extremo Sul sempre se encontrou entre as principais capitanias e províncias escravistas”. Alguns parágrafos adiante, afirma que “o mito da formação do Rio Grande do Sul sem a contribuição do braço escravo deve-se a historiadores que, desconhecendo a verdade documental, construíram uma visão idealizada do passado”, com o que negaram à comunidade afro-gaúcha o orgulho de ter contribuído sobremaneira, com o trabalho duro e impessoal do escravo, à fundação e ao desenvolvimento do nosso Estado.

Em que pesem as opiniões contrárias, a revisão historiográfica vem comprovando que a quantidade de negros, espalhados por todo território sulino – em especial, nas regiões em que se localizavam as charqueadas e naquelas em que ocorria o cultivo da cana-de-açúcar –, era bastante expressivo, como veremos a seguir.

Com vistas a responder à segunda pergunta formulada no parágrafo inicial (com o que estaremos, de forma concreta, tentando elucidar a primeira), permitimo-nos fazer, aqui – além da ampliação da perspectiva da análise –, um recuo ainda maior no tempo. Mesmo assim, devido à escassez de documentos, é possível antecipar que essa questão, assim como tantas outras relacionadas à escravidão, jamais será completamente esclarecida.



Verônica A. Monti (1985, p. 31-32) e Luís Luna (1968, p. 16-17) confirmam a dificuldade de se precisar, por exemplo, o número e as tribos e procedências do negro entrado no Brasil, uma vez que as estatísticas são falhas, quando não contraditórias. E isso, em grande parte, se deve ao fato de que, ao se extinguir a escravidão no Brasil, houve um movimento, de cunho romântico, no sentido de apagar essa mancha de nossa história:

O meio usado para isso constitui-se num decreto e numa circular. O decreto é de 14 de dezembro de 1890, expedido pelo então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e a circular de número 29, de 13 de maio de 1891, de Tristão de Alencar Araripe, mandando queimar todos os documentos referentes à escravidão. Se a intenção foi boa, o prejuízo histórico foi incalculável, pois os poucos documentos que se salvaram não possibilitarão jamais a reconstituição fiel e precisa de uma tão larga faixa de nossa história.

* * *

No Brasil, de acordo com os registros históricos, a escravidão negra começou poucos anos após o descobrimento – mais precisamente, quando os lusitanos resolveram ocupar definitivamente o território. O fato de o pau-brasil não ser capaz de garantir essa ocupação economicamente, levou-os a recorrer ao emprego de uma cultura adequada a zonas tropicais (que já vinha sendo experimentada pelos portugueses, há várias décadas, em suas ilhas), com grandes probabilidades de sucesso: a cana-de-açúcar.

A implantação da indústria açucareira, no entanto, segundo Roberto Simonsen (1977, p. 126-127), exigia o emprego abundante de mão-de-obra. Onde buscá-la? Na imigração europeia voluntária? No aproveitamento do indígena, natural da terra? Ambas as opções mostraram-se, de imediato, inviáveis.

Nessa época, a Europa, além de encontrar-se absorvida pelas revoluções comercial e agrária, era assolada constantemente por guerras, ocupando todos os braços existentes. Quanto ao elemento nativo, este, com sua mentalidade inteiramente primitiva, muito distanciada do tipo de civilização que gera a



contínua ambição de riquezas, não trabalhava voluntariamente em qualquer ocupação fixa e seu próprio nomadismo a isso se opunha. De modo que só restou aos portugueses, para a obtenção da mão-de-obra necessária à estrutura econômica da colônia, o recurso do trabalho forçado.

A partir do ingresso dos primeiros escravos africanos em terras brasileiras, autorizado pela Coroa Portuguesa por volta de 1550 (se bem que já houvesse alguns nos engenhos de São Vicente, desde 1535) – cuja importação se deu, segundo Simonsen (1977, p. 132), “principalmente para as capitânicas do norte e da Bahia, onde estava assegurada a indústria do açúcar; no sul, a situação era de pobreza, o braço escravo devia ser o do indígena” –, a escravidão negra consolidou-se, no Brasil, como uma experiência de longuíssima duração, a marcar diversos aspectos da cultura e da própria sociedade brasileira.

Relativamente à introdução do negro escravo no Rio Grande do Sul, a exemplo do resto do Brasil, não se tem uma data precisa. Para Guilhermino Cesar (1970, p. 29), o escravo negro aqui chegou com os povoadores da “frota” de João de Magalhães (1725), que, saindo de Laguna, caminhou pelo litoral abaixo, até o Canal da Barra, para estabelecer uma “recruta de guerra”, capaz de impedir que os espanhóis, Tapes e Minuanos se introduzissem na campanha. Formavam-na trinta e uma pessoas, “sendo a maior parte deste corpo, homens pardos escravos”.

Ainda que haja historiadores, como Cláudio Moreira Bento (1976, p. 67), por exemplo, que acusem a presença do elemento negro no Rio Grande do Sul quase um século antes dessa data – mais precisamente, em fins de 1635, quando Raposo Tavares e sua bandeira percorreram os vales dos rios Taquari e Jacuí –, o certo é que, segundo Guilhermino Cesar (1970, p. 30), existe prova documental da presença do negro escravo no dia em que foi lançada, pode-se assim dizer, a pedra fundamental da incorporação oficial do Rio Grande do Sul ao Brasil, que ocorreu em 19 de fevereiro de 1737, data de fundação do Presídio Militar do Rio Grande, pelo Brigadeiro José da Silva Paes.



Segundo Mário Maestri (1984, p. 56), é a partir da fundação do Rio Grande luso-brasileiro e do surgimento das charqueadas, sobretudo das localizadas junto ao arroio Pelotas, que a figura do negro escravizado assumiu importância máxima para a história sulina. Embora o ato de charquear já fosse conhecido na região, ele alcançou maior estabilidade com os estabelecimentos pelotenses, a partir de 1780, tornando-se o principal produto da região e impulsionando a economia gaúcha.

Fernando Henrique Cardoso (1977, p. 70-72), um dos responsáveis pela desmistificação do papel do negro na formação social do Rio Grande do Sul, explica que foi a indústria do charque que tornou a exploração do escravo regular e intensa no extremo Sul do País e que, mesmo atravessando longos períodos de crise, essa indústria constituiu, durante todo o século XIX, o setor da economia gaúcha que mais absorveu escravos.

Há que se fazer referência ao fato de que a Colônia do Sacramento, fundada em 1680 (décadas após o término da unificação ibérica, ocorrida entre 1580-1640), ao lado da comercialização do couro e do tabaco, já praticava o lucrativo comércio de escravos. Um século mais tarde, mesmo após a instalação e desenvolvimento das charqueadas, esse comércio se mantinha, tanto que o sargento-mor Domingos José Marques Fernandes (1961, p. 88), que veio criar, em 1798, na vila Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, o Ofício de Escravidão e Sesmarias, destacou, entre outros assuntos, a importância do elemento servil.

Em sua obra – publicada em 1804 e que é considerada a primeira história gaúcha –, Marques Fernandes sugeria:

Porém a providência que mais que todas é necessária é proibir a entrada da carne salgada dos espanhóis nos nossos portos da América e a exportação dos escravos para as terras de Espanha. O primeiro mais resulta em gravíssimo prejuízo do comércio da Capitania do Rio Grande; e o segundo é perniciosíssimo a todo aquele Estado de Portugal; porque este não pode subsistir sem escravos, e por maior que fosse o número deles, nunca deixaria de achar terras incultas, em cujo trabalho se empregassem. E quanto maior é o número de escravos que levam os espanhóis quanto mais diminuem as nossas forças e aumentam as suas.



Em sua obra *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul - 1884*, Verônica A. Monti (1985) – além de esmiuçar as ações e os movimentos que levaram o Rio Grande do Sul a ser uma das primeiras províncias da federação a abolir a prática da escravidão negra, em seu território – procura evidenciar e valorizar a presença do negro em nosso contexto histórico, notadamente depois de comprovar, através da pesquisa e, principalmente, do confronto de opiniões dos principais historiadores locais e nacionais, que não foi pequeno o seu número, e menos ainda sua importância, como pretende grande parte da historiografia gaúcha.

A ressalva feita pela autora (1985, p. 32), de que, se é difícil fazer qualquer afirmação sobre a quantidade de negros africanos introduzidos em âmbito nacional, “muito mais temerária será no âmbito regional”, notadamente por se tratar de “um assunto bastante relegado na história de nosso Estado”, não a impede de fazer uma reconstituição aproximada dos números.

Na opinião de Verônica Monti (1985, p. 34), parece “aceitável o cálculo da maioria dos autores que, numa proporção crescente do século XVI ao XIX, estabelecem a cifra de, mais ou menos, 3.600.000 negros”, introduzidos no Brasil (1.650.000, até 1800; 1.350.000, entre a chegada de D. João VI e a lei de extinção do tráfico negreiro; mais 600.000, após 1851, já que o tráfico apenas recrudescer, mas não se interrompeu com a lei de 1850), sendo a maior parte desses escravos provenientes de Angola, Congo e Guiné.¹

Tratando-se de uma região constantemente conturbada, tanto as autoridades governamentais do Brasil colonial como as do Brasil imperial tentaram evitar a vinda do negro para o Sul do País, pois uma possível fuga poderia representar um poderoso reforço às colônias espanholas.

Apesar disso, segundo Monti (1985, p. 41-43), “o negro aqui também chega, instala-se e passa a ser uma realidade, se não tão expressiva como em outras regiões do País, não menos

¹ No caso do Rio Grande do Sul, Guilhermino Cesar (1970, p. 30) apurou que, na sua grande maioria, os africanos aqui introduzidos eram provenientes da Guiné e do Congo.



importante no componente sócio-econômico-cultural de nossa terra”, que as demais etnias, posto que contribuiu não só de forma decisiva no setor econômico, mas também deu sua contribuição “em todas as lutas travadas desde os primórdios da conquista, povoamento e afirmação do território rio-grandense”.

Guilhermino Cesar (1970, p. 31) informa que, em meados do século XVIII, quando o colonizador açoriano aqui aportou, este não trouxe escravos consigo (até mesmo porque seus poucos recursos não permitiam). Ao colonizador alemão, chegado à Província sulina em 1824, foi igualmente vedada tanto a aquisição quanto a utilização do braço escravo. Constituiu-se, segundo ele, numa exceção a vinda do negro, permitida em 1783, quando da criação da Real Fitoria do Linho Cãnhamo, no Rincão do Canguçu, quando vinte famílias de escravos viriam da Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, para ali trabalhar.

Essas informações, de certo modo, conflituam com os números apresentados no mapa estatístico elaborado pelo Tenente Córdoba, em 1780, primeiro censo que se conhece no Rio Grande do Sul. Com base nesse mapa – que aponta uma população total de 17.923 habitantes –, pode-se concluir que em cada 1.000 habitantes da Província, 526 eram brancos, 285 negros e 189 índios. Se os colonizadores açorianos e alemães não trouxeram escravos consigo e se a introdução de negros africanos, em 1783, constituiu uma exceção, no dizer de Guilhermino Cesar, como se explica a presença de tão vasto contingente (28,5%) de negros no território gaúcho, em 1780?

Quanto à distribuição dessa mão-de-obra africana pelo território sulino, Cláudio Moreira Bento (1976, p. 31) esclarece que as maiores concentrações de escravos, no Rio Grande do Sul, ocorreram nas charqueadas de Pelotas², Jaguarão, Triunfo

² Com base no Inventário do 1º e 2º Cartórios de Órfãos de Pelotas, Jorge Euzébio Assumpção (1990, p. 32) apurou que, desde a criação da primeira grande charqueada, em 1780, até 1831, ano em que foi proibido, pelo menos formalmente, o tráfico de escravos da África, as charqueadas pelotenses tiveram 5.212 escravos (82,6% do sexo masculino e 17,4% do sexo feminino). Segundo esse autor, é digno de nota o número de escravos pertencentes a José da Costa Santos: 183 escravos, dos quais 42 eram mulheres e 141 homens. Comparando o total de escravos do período com esses núme-



e Taquari; nas plantações de cana-de-açúcar de Osório; nos portos de Porto Alegre, Rio Grande e São José do Norte; e em regiões de agricultura do trigo, como Canguçu e Piratini.

Segundo Dante de Laytano (1957, p. 35), a partir dos dados do primeiro censo, é possível notar que, em algumas das quatorze regiões mapeadas, a população preta era maior que a branca (casos, por exemplo, de Cachoeira, que tinha uma população total de 662 habitantes, composta por 383 índios, 237 negros e apenas 42 brancos; e Aldeia dos Anjos, que possuía uma população composta por 1.890 índios, 255 negros e 210 brancos, totalizando 2.355 habitantes) e que, em outras, o número de pretos era quase igual ao de brancos (caso, por exemplo, de Triunfo, que tinha uma população total de 1.277 habitantes, sendo 640 negros e 637 brancos). O censo indica, também, que Porto Alegre (à época, Madre de Deus) possuía uma população total de 1.512 habitantes: 871 brancos, 545 negros e 96 índios.

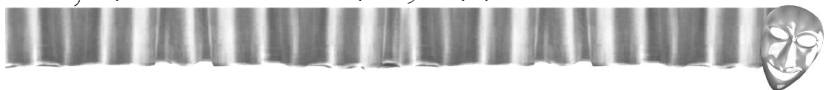
Data de 1814, ainda segundo Laytano (1957, p. 38-39), o último recenseamento colonial de que se tem notícia, o qual abrange as mesmas quatorze regiões do primeiro censo. Nessa época, o Rio Grande do Sul possuía uma população total de 70.658 habitantes, composta por 32.300 brancos; 20.611 escravos negros, de ambos os sexos; 8.655 índios; 5.399 livres de todas as cores; e 3.691 recém-nascidos.

Com base nos números desse recenseamento de 1814, Verônica Monti (1985, p. 80-81) lança algumas questões conclusivas, que merecem nossa atenção:

1º) Em oito das quatorze regiões recenseadas, a população negra, comparada com a branca, alcançava mais de 50% do mínimo obtido pela branca;

2º) Em cidades como Pelotas e Piratini, o número da população negra era superior ao alcançado pelo da branca [em Pelotas, o censo aponta 1.226 negros e 712 brancos; e em Piratini, 1.535 negros e 1.439 brancos];

ros, o autor chegou à seguinte conclusão: 42,2% das escravas e 32,6% dos escravos pertenciam ao mesmo dono.



3º) Na capital do Estado, bem como em Santo Amaro, as populações branca e negra quase se equivaliam [em Porto Alegre, havia 2.746 brancos e 2.316 negros; e em Santo Amaro, 953 brancos e 773 negros]; e

4º) O índice da população negra no Rio Grande do Sul era de cerca de 35%.

Se essa última constatação, que aponta para uma expressiva participação do contingente negro na composição étnica da sociedade local – em torno de um terço da população –, estiver pelo menos próxima da realidade, então não só parece não restar dúvida sobre a contribuição do elemento negro na formação da identidade regional sul-rio-grandense, como também fica comprovado o vulto do movimento abolicionista no Rio Grande do Sul, capitaneado por alguns dos intelectuais ligados à Sociedade Partenon Literário.

Amparando-se em obras de autores como Joaquim Nabuco (1949) e Arthur Ramos (1956), Verônica Monti (1985, p. 26-27) resume, assim, os altos e baixos ocorridos no movimento abolicionista brasileiro:

Antes da Independência houve, na geração influenciada pelas ideias liberais do início do século, uma certa inquietação de consciências. Depois de conseguida a independência, essa inquietação continuou, pois havia deixado em cativeiro grande parte da população do país recém-liberto.

(...) Os acontecimentos políticos passaram a absorver a atenção popular e, com a abdicação de D. Pedro I, atravessou o país um período de agitação que perdurou até a primeira parte do Governo de D. Pedro II. Só aí que o progresso dos costumes políticos tornou possível a primeira resistência séria à escravidão.

É bom repetir que a primeira oposição nacional foi promovida somente contra o tráfico e isso mesmo devido à pressão estrangeira.

Acabada a importação pela decisão e energia de Eusébio de Queirós em 1850, segue-se um período de calma, quase mesmo de indiferença pela sorte da população escrava, situação essa que só tem fim com o término da Guerra do Paraguai.



Em setembro de 1871 – época em que, segundo Delso Renault (1976, p.84), a população do Brasil era de aproximadamente 10 milhões de habitantes, sendo cerca de 1.500.000 deles escravos – foi promulgada a Lei do Ventre Livre, considerada por alguns historiadores como o primeiro ato de legislação humanitário da nossa história, à qual seguiu-se novo período de calma na luta pela extinção da escravatura negra.

Segundo Mário Maestri (1989, p. 310-311), a Guerra do Paraguai, a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários foram alguns dos recursos e justificativas com os quais postergou-se o fim do escravismo brasileiro, cuja inexorável corrosão iniciou com a abolição do tráfico atlântico, em 1850. Devido às condições de vida e trabalho, “a população escrava não alcançava a reproduzir-se normalmente, de modo que o processo de desescravização determinado pela mortalidade e envelhecimento dos eitos diminuía a importância nacional do trabalho servil e aumentava a do trabalho livre”.

Somente em 1879 a apatia que sucedeu à promulgação da Lei do Ventre Livre desapareceu e surgiu uma nova oposição à escravidão: desta vez, segundo Verônica Monti (1985, p. 27), “não contra os seus interesses de expansão, como era o caso do tráfico, ou as suas esperanças, como a fecundidade da mulher escrava, mas diretamente contra a legalidade e legitimidade dos seus direitos, contra o escândalo da sua existência num país civilizado”. Foi a essa oposição, resultante de um amplo movimento de opinião pela sorte do negro escravo, que empolgou todas as classes sociais, “que se chama abolicionismo e só este resolveu verdadeiramente a vida do escravo”.

Para Mário Maestri (1989, p. 311), a Abolição foi a única revolução social vitoriosa de nossa história. E isso porque, “desde o primeiro semestre de 1887, sentindo o fortalecimento do abolicionismo, a massa escrava iniciou o abandono maciço e pacífico das fazendas” e passou a reivindicar as relações contratuais de trabalho.

Ainda segundo o mesmo autor, “graças a uma campanha de intoxicação historiográfica”, lançada imediatamente após 1888, enaltecendo a figura de Isabel, a Redentora, e tratando o movimento abolicionista como “um negócio de bran-



cos”, uma conspiração para alijar a população negra do mercado de trabalho, “morria a consciência da Libertação e nascia o mito da Abolição”.

* * *

Assim que, na então Província sulina, a literatura dramática começa a tomar forma, em meados do século XIX – e, principalmente, após a fundação do Partenon Literário, quase ao final da década de 1860 –, entram em cena autores que, segundo Moacyr Flores (1995, p. 8-9), “escrevem dramas e comédias, criticando ou se referindo ao nefando sistema escravocrata, símbolo do colonialismo e também da monarquia decadente, colocando no procênio discursos abolicionistas, retirando dos bastidores da história a mentalidade e o preconceito da época, que, em ritmo muitas vezes lento, constroem as tramas do cotidiano”.

Ainda que a causa da abolição da escravatura só tenha passado para as páginas do drama gaúcho após a constituição da Sociedade Partenon Literário, é inegável que, se atitudes concretas em prol da abolição, no âmbito popular, provieram apenas de um cidadão chamado Alexandre Luís³, pelo menos a discussão desse problema precede-a, e que não apenas intelectuais reunidos em torno daquela associação envidaram esforços para ver o Rio Grande do Sul e o Brasil livres do trabalho servil.

Na imprensa e nas letras, as primeiras manifestações pelo fim do instituto da escravidão antecedem a Independência. No jornalismo, segundo Verônica Monti (1985, p. 65), ape-

³ Segundo Dante de Laytano (1936, p. 78-79), Alexandre Luís conquistou, com Borges de Canto, as Missões para Portugal. Por três vezes gritou sua revolta, no Rio Grande do Sul, contra a desigualdade de cor. A primeira, em 1803, quando domina a Guarda de São Pedro com uma legião de escravos, proclamando a República e emancipando os servos. A segunda vez, em 1820, quando, em Cachoeira, conclama os escravos da Vila, toma de assalto a cadeia, solta os presos, manda degolar os portugueses e proclama pela República Rio-Grandense a igualdade dos homens. A terceira e última vez, em 1831, quando o herói, chegando em Caçapava, leva o mesmo grito de libertação dos escravos. Sempre fugindo das forças do Governo, o pioneiro na luta em defesa dos direitos humanos dos negros, no Rio Grande do Sul, morre em 1833. Na opinião de Laytano, pode-se dizer que o espírito abolicionista do pampa se cristalizava nessas tentativas remotas de Alexandre Luís.



sar de não haver atuado aqui, a honra e a responsabilidade de ser o primeiro brasileiro a pregar a abolição da escravatura em nossa pátria couberam ao redator do Correio Brasiliense e patrono da Imprensa Brasileira: Hipólito José da Costa Pereira (gaúcho nascido em 1774, na então Colônia do Sacramento), que, em março de 1814, abordou, ainda que timidamente, pela primeira vez o tema da escravidão.

Consciente de que se tratava de “um mal para o indivíduo que a sofre e para o Estado onde ela se admite” e que a tentativa de cortá-la pela raiz produziria outros males, talvez de consequências maiores, Hipólito da Costa nada propôs, de imediato, contra a escravidão, segundo Verônica Monti (1985, p. 50-51), “porém, dizia ser possível a extinção do tráfico negreiro (isto, note-se, trinta e cinco anos antes da Lei Eusébio de Queirós) e não sem mostrar conhecer todas as implicações advindas dessa medida”.

Para as dificuldades que antevia, Hipólito da Costa teria apresentado pelo menos duas soluções: a introdução de maquinaria, para suprir a mão-de-obra, e a imigração de algumas partes da Europa, que, com o término das Guerras Napoleônicas, oferecia uma população necessitada de emprego.

Em 1817, Antônio José Gonçalves Chaves, precursor local nos ensaios sócio-econômicos, começou a elaborar suas *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil*, que viriam a ser publicadas em 1822.

No segundo dos cinco artigos que compõem o livro – o mais longo deles, em que condena, econômica e religiosamente, a escravidão –, esse português de nascimento, que se radicou em Pelotas e que, em 1820, hospedou Auguste de Saint-Hilaire em sua casa, fornecendo-lhe preciosos apontamentos, escreve: “Escravatura é inconciliável com a economia moderna e já é demasiada no Brasil, que não pode com ela melhorar a sua constituição política”.

No terceiro artigo, intitulado “A escravatura opõe-se à Constituição”, Gonçalves Chaves (2004, p. 27-28), após analisar as conveniências de uma amizade mais estreita com Portugal, faz um apelo em prol da extinção do tráfico negreiro: “É de maior necessidade, tudo se fazer bem, acabar com o tráfico da



Escravidão pela via mais próxima e compatível com as circunstâncias”.

No quinto artigo da obra, Chaves demonstra sua preocupação com a educação das crianças, pelo exemplo dos maus tratos aplicados aos escravos. Preocupado, também, com o desenvolvimento intelectual dos escravos e os rumos da nação, questiona:

Calcula-se a população do Brasil em 4.000.000 de habitantes. Mas de que porção deve sair a classe instruída, se os escravos têm tolhidas as faculdades intelectuais e formam $\frac{3}{4}$ da população? Como poderá de tão pequeno número obter-se homens de gênio e aplicação que possam fornecer suficiente massa de conhecimento para bem dirigir a Nação?

As primeiras manifestações coletivas pela redenção do homem negro no Brasil – em defesa não só de seus direitos, mas de sua valorização como ser humano –, de acordo com Verônica Monti (1985, p. 58-59), aconteceram no decorrer da Revolução Farroupilha, fato que leva a crer firmemente no pioneirismo do Rio Grande do Sul, nessa causa.

Ainda segundo ela, a inarredável posição dos farrapos impôs, entre as condições formuladas ao Barão de Caxias, por ocasião da assinatura da paz em Ponche Verde, a seguinte cláusula, que se constitui num marco de grande decisão, como medida concreta na dura luta pela abolição no Brasil: “4ª – São livres e como tal reconhecidos todos os cativos que serviram na República”.⁴

⁴ O pioneirismo dos farrapos na luta pela abolição da escravidão é questionado por Margaret Marchiori Bakos. Em estudos como *Escravidão & Abolição* (1982) e *A escravidão negra e os farroupilhas* (1985), Bakos analisa a participação do negro escravo no exército farroupilha e se opõe à historiografia tradicional que, com base no documento assinado em Ponche Verde, atribui aos farrapos o ideal abolicionista. Segundo Bakos (1982, p. 28), a alforria proposta aos negros escravos, no parágrafo IV da Paz de Ponche Verde, para selar o fim da revolução, foi para os farroupilhas “um elemento de coerção social com o sentido primordial de arregimentar soldados para as suas fileiras”. Bakos afirma que nada há que evidencie esforços dos revolucionários para extinguir a escravidão. Se de um lado o projeto de Constituição da República Rio-Grandense considerava como cidadãos apenas os “homens livres nascidos em território da República” (não mencionando o caso dos libertos ou escravos); por outro, a ambivalência de líderes farroupilhas com relação ao negro eram frequentes: “Bento Gonçalves, ao



A *Arcádia*, de Rio Grande, na sua edição de fevereiro de 1868 (2ª série, p. 233-4), apresenta uma sessão – que se estende por várias de suas edições –, sob o título “O elemento servil”. Nessa, de fevereiro, o autor (que assina, simplesmente, Tibulo), além de explicar a etimologia da palavra “escravidão”, recua até o Velho Testamento, refletindo sobre a evolução da prática escravista, desde a sua origem:

A escravidão, fruto da opressão do fraco pelo forte, remonta aos primitivos tempos, e pode-se dizer que – era a base da antiga sociedade. Os patriarcas do Antigo Testamento possuíam grande número de escravos. Moisés, sentenciando à pena última aqueles que vendiam um homem, cuja posse não era legítima, consagra a escravidão, ainda que limitasse a de um Israelita somente a dez anos. Se o escravo, passado esse tempo, recusava sua liberdade, furava-se-lhe uma orelha e não poderia de novo ser livre, senão passados mais 45 anos.

Na edição seguinte (3ª série, 1868/1869, p. 99-101), a referida sessão publica um texto produzido pela “Imprensa Acadêmica”, em que o autor anônimo refere-se à escravidão como nosso “verdadeiro calcanhar de Aquiles”, acusando-a de ser “a capa das calúnias dos nossos inimigos. O ousado Paraguai [país com que, então, estávamos em guerra] não hesita em no-la atirar em rosto, e com ela parece nos impor silêncio”. Isso depois de lembrar que

só no Brasil e na ilha de Cuba existe a escravidão (...). Pronunciar esta frase é realmente mostrar a necessidade da emancipação, é dizer que a escravidão é a causa da antipatia que por nós manifestam as nações da Europa; principalmente agora que extinta ela nos Estados Unidos, o Império é a única nação da América, em que existe o domínio do homem pelo homem.⁵

mesmo tempo em que solicita como condição de paz ao governo imperial ‘a liberdade dos escravos que estão em nossos serviços’, deixa como herança, ao morrer, em 1847, 53 escravos em sua fazenda em Camaquã”. O estudo dos inventários de outros líderes demonstrou que Bento Gonçalves não foi o único a legar escravos como herança. José Gomes de Vasconcellos Jardim deixou 47 escravos e Antonio Vicente da Fontoura, 19.

⁵ O *Almanaque Popular Brasileiro*, para o ano de 1896 (1895, p. 154), apresenta a data da abolição da escravatura em diversos países: Áustria e possessões: 1782; França e



Apesar das discussões promovidas nos campos do jornalismo e das letras, foi somente após a constituição da Sociedade Partenon Literário “que o abolicionismo no Rio Grande do Sul começou a tomar formas, a adquirir personalidade, a se agigantar”, nas palavras de Verônica Monti (1995, p. 62).

E isso porque aquela Sociedade marcou sua presença em duas frentes, aliando teoria e prática, segundo ressalta Maria Eunice Moreira (1991, p. 156-163): ao mesmo tempo em que elaborava um plano para a literatura gaúcha, o Partenon atuava no desenvolvimento da cultura do Rio Grande do Sul.

O pensamento de Mauro Nicola Póvoas (2005, p. 97) segue na mesma linha, quando afirma que, a par do idealismo, a amplitude e variedade de propósitos, o número de intelectuais que congregou e a influência que exerceu – não só na Capital, mas em todo o Rio Grande do Sul –, talvez o que mais tenha marcado a atuação e a existência da Sociedade Partenon Literário foi o fato de ela ter transitado entre o trabalho intelectual e a ação efetiva e direta sobre a sociedade.

Entre as medidas práticas de maior relevância do Partenon, na luta pela conscientização coletiva em favor da humanitária causa, segundo Guilhermino Cesar (1956, p. 176-178), estão os festivais de propaganda abolicionista, onde participantes da associação recolhiam donativos para a libertação de crianças escravas; a criação da “Sociedade Libertadora dos Escravos”, destinada especificamente à libertação dos negros escravos; a criação de uma “Seção abolicionista” (anexa ao Partenon e com um fundo de emancipação) e de um “Centro Abolicionista”, em Porto Alegre, cuja estrutura ajudaria a conduzir o movimento ao seu ápice, em 1884.

Além disso, merecem ser mencionados, também, a especial atenção que alguns membros do Partenon Literário dedicaram ao teatro – fazendo dele uma verdadeira arma em favor da libertação dos escravos – e o fato de que, possuindo

possessões: 1794; Inglaterra e colônias: 1834; Índias orientais: 1838; Bolívia: 1826; Peru: 1827; México: 1828; Venezuela: 1853; Estados Unidos: 1873; e Cuba: 1886. No Brasil, a magna carta teve as seguintes fases: Proibição do tráfico: 1831; Lei repressiva do tráfico: 1850; Libertação do ventre: 1871; Libertação dos sexagenários: 1885; e Extinção da escravidão: 1888.



em seus quadros vários jornalistas, aquela sociedade contou com o auxílio fundamental da imprensa.

Na capital, segundo Nestor Ericksen (1977, p. 101), o principal jornal a se engajar na campanha pela abolição da escravatura foi O Mercantil. Dirigido inicialmente por João Câncio Gomes, esse jornal, que circulou entre os anos de 1874 e 1896, mantinha uma caixa destinada a coletar dinheiro, com vistas a comprar a alforria de escravos.

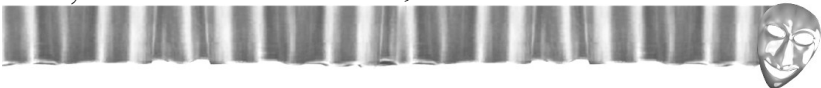
Outros jornais que se destacaram, na Capital, ainda segundo Ericksen (1977, p. 39-40), pela atuação desenvolvida em prol do abolicionismo, foram o Jornal do Comércio – “que, em sua segunda fase, dirigido por Aquiles Porto Alegre e Caldas Júnior, assume posição definida e de grande importância pela combatividade, contribuindo decisivamente para o sucesso do movimento” – e A Federação – órgão do Partido Republicano Rio-Grandense, “que surge no ano de 1884 por obra de Venâncio Aires, transformando-se na tribuna e baluarte dos novos”. Mesmo aderindo ao movimento abolicionista gaúcho já em sua fase final, empresta ainda valiosa e decisiva colaboração ao mesmo.

No interior do Rio Grande do Sul, os jornais que mais se destacaram na benemérita campanha foram os de Pelotas, sendo o principal deles A Discussão, fundado em 1881. Segundo Souza Docca (1954, p. 188), esse jornal incluiu em seu programa a libertação dos escravos, sendo o primeiro do Brasil a banir, de suas colunas, anúncios relativos à fuga e negociações de cativos.

* * *

Apesar de estarmos diante de uma das principais causas defendidas por integrantes do Partenon Literário⁶ (ao lado

⁶ Considerando o empenho dos intelectuais ligados à Maçonaria no combate ao jesuitismo e ao pensamento católico-conservador, qual teria sido o posicionamento dos mesmos em relação ao abolicionismo? Para Eliane Colussi (2003, p. 233), de todos os movimentos e causas que agitaram a vida sócio-político-cultural do povo gaúcho, nos anos finais do regime monárquico brasileiro, os maçons deram destaque quase que exclusivo à campanha pela separação Estado/Igreja. Na luta pela abolição, as hostes da Maçonaria – parte perfilada no Partido Liberal; e outra parte, no Conservador – estiveram divididas. Da mesma forma, no movimento em prol da República, a Maçonaria, ou suas principais lideranças, não assumiu a bandeira republicana com muito vigor. Mar-



do ideal republicano, da instrução pública e do progresso científico); de vários dramas que, direta ou subliminarmente, defendem a abolição da escravatura, com discursos que buscam, intencionalmente, uma mudança de atitude ou mesmo um engajamento na campanha abolicionista; e de praticamente todos os estudiosos, que se debruçaram sobre a literatura dramática gaúcha, se referirem ao abolicionismo como uma das temáticas mais exploradas pelos nossos dramaturgos, no século XIX, não são muitos os textos da dramaturgia gaúcha que podem ser classificados, propriamente, como “drama abolicionista”.

Talvez tenha sido o fato de que várias peças, em que aparece a figura do negro, não possam ser enquadradas como “abolicionistas”, que levou o historiador Moacyr Flores (1995) a produzir um estudo intitulado *O negro na dramaturgia brasileira – 1838 - 1888*, e não “O drama abolicionista brasileiro” – no que seguiu de perto, aliás, Gregory Rabassa, que trinta anos antes escreveu a obra *O negro na ficção brasileira – meio século de história literária*. De acordo com Rabassa (1965, p. 99):

Na literatura produzida no Brasil até 1888, o negro apareceu em papéis diversos e sob ângulos diferentes. Os primeiros escritores geralmente incluíam polêmicas contra ou a favor da escravidão, corrente que iria contribuir com obras até a abolição e, mesmo depois disso, em retrospectos. Como pessoa (sic), o negro foi descrito como quase tudo cabível na escala humana de interpretação: uma figura semelhante a feras que servia apenas para o trabalho pesado, um selvagem em quem não se podia confiar e que se re-

garet Marchiori Bakos (1982, p. 41) manifesta uma opinião contrária a essa, sobre a participação dos maçons no movimento abolicionista: “entre os elementos envolvidos na abolição, é possível observar o empenho dos maçons, que procuram festejar a inauguração das lojas da Ordem com libertações de escravos, sendo o fato noticiado na imprensa”. Ainda segundo a mesma autora, essa atuação foi bastante intensa em vilas como Alegrete, Sant’Ana do Livramento, São Borja e São Gabriel, onde a atuação maçônica foi das mais significativas da Província. Em Porto Alegre, o prestígio da Maçonaria cresce extraordinariamente no decorrer do ano de 1884, quando Gaspar da Silveira Martins ocupa o cargo de Grão-Mestre da Ordem. No seu discurso de posse, publicado n’*A Reforma* (Porto Alegre, 17 de setembro de 1884, p. 2), o líder liberal elogia o desempenho dos maçons rio-grandenses nos movimentos humanitários brasileiros, especialmente na luta antiescravagista.



voltaria na primeira oportunidade, um herói lutando contra uma opressão injusta, um servo fiel imbuído de grande amor por seu senhor, uma figura exótica que desperta desejo, um pobre ser humano rebaixado de seus anseios justos devido a uma instituição iníqua. Em poucas palavras, o negro apareceu sob quase todos os ângulos concebíveis pelos autores que dele se ocuparam.

Ainda segundo Rabassa (1965, p. 90), nos cinquenta anos que precederam a abolição, a figura do negro foi explorada ou incluída como personagem tanto na poesia (Gonçalves Dias, Castro Alves, Celso de Magalhães, Fagundes Varela, Gonçalves Crespo, etc.) quanto no romance (Teixeira e Sousa, Manuel Antônio de Almeida, Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães, José do Patrocínio, Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Júlio Ribeiro, etc.) e no drama (José de Alencar, a quem cabe a primazia com *O demônio familiar*, Artur Azevedo, França Júnior, etc.).

Na opinião de Rabassa (1965, p. 91), o drama, porém, “não nos fornece nenhuma visão de um desenvolvimento ou transformação no tratamento de personagens negros, como a poesia do século XIX”, gênero que, em terras brasileiras, “muito cedo alcançou a maturidade”. Ainda segundo o mesmo autor, o drama também não pode ser comparado ao romance, em termos de caracterização dos negros, “porque não se desenvolveu até um nível tão maduro como a prosa de ficção”.

Ocupando-se apenas do gênero dramático, Moacyr Flores procurou demonstrar que o conjunto de textos teatrais em que a figura do negro está presente, além de permitir o acompanhamento das mudanças de pensamento acerca da escravidão, possibilita a reconstrução da tendência dos discursos (a maioria dos dramaturgos, aliás, ao bater na tecla da imoralidade do cativo e ao repetir a intriga do filho ou da filha da escrava, acaba como que “trabalhando” a favor da manutenção do preconceito contra o negro), que, lentamente, elevam o negro do papel de mero figurante para o de antagonista e, mesmo, de protagonista, até se apresentar com falas abolicionistas.

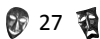


Esta última situação ocorre, é claro, em nível de exceção, no drama brasileiro, posto que, no caso da dramaturgia local, de todas as suas personagens negras ou mulatas, a que mais se aproxima da condição de protagonista ou “herói” é Américo (filho de uma escrava com seu senhor), de *Um fruto da escravidão* (1883), de Boaventura Soares. Seu fim, porém, é trágico: ao descobrir que a mulher que ama é sua própria irmã, põe fim à vida, com um tiro.

Em *Mateus* (1875), de José de Sá Brito, é uma personagem negra que dá nome ao título. Apesar disso, Mateus, que já inicia o drama na condição de liberto, é de pouca importância na peça (os protagonistas são Paulo e Clotilde).

Nos dramas *O filho bastardo* (1875) e *José* (1877), ambos de Arthur Rocha, temos dois heróis – os mulatos Dr. Sérvulo e o jornalista José – que abrem as portas da sociedade provando sua capacidade intelectual e que superam, em termos de virtudes, a maioria dos heróis brancos da dramaturgia gaúcha. Nenhum deles, porém, se apresenta com discursos abolicionistas, tarefa que sempre fica ao encargo de personagens brancas.

Na dramaturgia gaúcha, as peças abolicionistas ou que, de alguma forma, tratam da abolição ou de questões relacionadas ao negro, são as seguintes, em ordem cronológica: *Os filhos da desgraça* (drama, 1869) e *Benedito* (comédia, 1872), de Appolinário Porto Alegre; *Mateus* (drama, 1875), de José de Sá Brito; *O filho bastardo* (drama, 1875) e *José* (drama, 1877), de Arthur Rocha; *Boêmia* (drama, 1879) e *Escrava e mãe* (drama abolicionista, 1880), de José Alves Coelho da Silva; *O filho duma escrava* (drama abolicionista, 1882), de Apparício Mariense da Silva; *A escrava branca* (drama abolicionista, 1883), de Júlio César Leal; *Um fruto da escravidão* (drama abolicionista, 1883), de Boaventura Soares; *O escravo* (cena dramática, 1883), de José Bernardino dos Santos; *A filha da escrava* (drama abolicionista, 1883), de Arthur Rocha; *Armando* (drama, 1883), de Antônio Ramos; *Cenas de ontem* (drama abolicionista, 1883), de Ramiro de Araújo; *Uma cena para o futuro* (cena dramática, 1884), de Arthur Rocha; e *O escravo* (drama, 1888), de Cirino Luís de Azevedo.





Com exceção das três peças de Antônio Ramos, Ramiro de Araújo e Cirino Luís de Azevedo, as demais foram todas publicadas. A única referência a respeito do drama *Armando* (1883), do primeiro, nos é dada por Athos Damasceno (1975, p. 36), que informa que a peça foi representada no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, naquele ano, em prol da campanha abolicionista. É também esse autor (1975, p. 36) que nos dá informação acerca da peça *Cenas de ontem* (1883), de Ramiro de Araújo, que foi apresentada, no mesmo ano e no mesmo teatro, pela Emancipadora Rio-Grandense. Já sobre o drama *O escravo* (1888), de Cirino Luiz de Azevedo, Villas-Bôas e Ari Martins (1968, p. 1) informam que o mesmo foi representado em Arroio do Meio, no ano de sua produção.

É importante salientar que, excetuando o drama *O escravo*, de Cirino Luís de Azevedo, todas as demais peças da nossa dramaturgia, que tem por temática a “propaganda abolicionista” ou que, ainda que subliminarmente, defendem o fim da escravidão negra, foram produzidas num período de quinze anos, que vai de 1869 (posteriormente à constituição do Partenon Literário, portanto) e 1884 (ano de culminância no movimento abolicionista gaúcho).⁷

Dessa produção, serão resgatados, no presente volume da Antologia, os seguintes dramas abolicionistas: *A filha da escrava* (1883), de Arthur Rocha; *Um fruto da escravidão* (1883), de Boaventura Soares; e *O filho duma escrava* (1882), de Apparício Mariense.

Considerando que, no Rio Grande do Sul – especialmente nos escritores do Partenon –, a causa abolicionista vinha irmanada ao ideal republicano, pois ambos vislumbravam o mesmo horizonte (a liberdade), uma quarta peça classificada como “abolicionista” será recuperada no volume dedicado ao ideal republicano: *Escrava e mãe* (1880), de José Alves Coelho da Silva – este, possivelmente, o texto que apresenta os argu-

⁷ Antes de 1869, apenas Araújo Porto Alegre escreveu uma peça, intitulada *A escrava* (1863), em Dresda, Alemanha, da qual se desconhece a temática, por não ter sido publicada. Após a abolição – mais precisamente, em 1897 –, Múcio Teixeira escreveu uma cena cômica intitulada *Depois do 13 de maio*, representada no Teatro Politeama, da Bahia, que também não chegou ao prelo.



mentos mais consistentes, tanto em prol da República quanto da abolição da escravidão negra no Brasil.

Conforme se viu na relação acima, o primeiro autor local a recorrer ao uso do drama, no combate à escravidão negra, foi Appolinário Porto Alegre, figura de proa do Partenon Literário (de cuja *Revista Mensal* foi o mais assíduo colaborador) e nome de destaque quando se trata de letras e abolicionismo, no Rio Grande do Sul.

A defesa do negro, Appolinário não a faria apenas através do teatro. Em seu livro de estreia, o romance histórico *Os palmares*, de 1869, ele focaliza o célebre quilombo do Norte, que se tornou símbolo da altivez e da heroicidade do negro. Na terceira e última parte da coletânea poética *Bromélias* – intitulada “Alaúde do século” –, publicada em 1874, Appolinário “volta a cantar muitos dos temas sociais então em voga e entre eles, como não poderia deixar de ser, a escravidão”, nas palavras de Guilhermino Cesar (1956, p. 202).

O drama, em quatro atos e um prólogo, *Os filhos da desgraça*, apesar de haver sido publicado apenas em 1874⁸, “foi escrito em 1869, mas o chefe de polícia, J. Coelho Bastos, proibiu a representação”, conforme explica José Galante de Sousa (1960, p. 433), que faz ainda o seguinte acréscimo: “diz-se que o motivo era o drama envolver questões relativas à escravidão. Hilário Ribeiro, comentando o fato, na *Revista Mensal* do Partenon Literário (junho de 1869), afirma que a peça ‘prima pela tese, cujo ponto primordial é mostrar o contato pernicioso e tão abusado, entre nós, dos escravos com pessoas de uma família’”.

Na verdade, a causa da censura não foi exatamente essa. Com base nos dramas produzidos pelos autores gaúchos, no século XIX, é possível verificar como preconceito e moralismo andavam de mãos dadas. Em várias peças temos homens brancos que têm filhos com suas escravas. É o caso, por exemplo, de *O filho bastardo* (1875) e *A filha da escrava* (1883), de Arthur Rocha; *Escrava e mãe* (1880), de José Alves Coelho da Silva; A

⁸ A peça foi originalmente publicada na *Revista Mensal*, n. 5 a 9, ano 3, 2ª série, 1874, e reeditada em *O teatro de Apolinário Porto Alegre* (Antologia org. por Carlos Alexandre Baumgarten). Porto Alegre: IEL: CORAG, 2001, p. 83-127.



escrava branca (1883), de Júlio César Leal; e *Um fruto da escravidão* (1883), de Boaventura Soares, as quais veremos mais adiante.

Uma proibição de cunho moralista, no entanto, impedia a exploração de uma situação dramática contrária – que, entre nós, parece não ter sido respeitada apenas por Appolinário Porto Alegre⁹: no drama *Os filhos da desgraça*, Carlota, a filha do usurário Basílio, acaba se “perdendo” com um jovem escravo (coincidentalmente, o filho que o homem escolhido pelo pai, para ser seu marido, tivera com uma escrava da casa).

Embora não se importasse com as relações entre o branco e sua escrava – que, dentro da casa de seus senhores, simbolizava a sexualidade desenfreada, capaz de abalar a família estruturada no casamento –, a sociedade condenava o envolvimento da mulher branca com seu escravo e que dirá, então, que ela tivesse um filho com ele.

A ação de *Os filhos da desgraça* se passa na Bahia. Eis o resumo da peça, que, no julgamento de Guilhermino Cesar (1956, p. 265), “é de pequeno valor artístico, mas vale pela sua intenção e atinge, por isso, o objetivo”: o usurário Basílio desgraça a vida do sócio Adriano: manda encarcerá-lo, enlouquece sua mulher e fica com seu filho, Fábio – do qual tenta livrar-se, quando esse já tem 18 anos. Com a desculpa de fazer Fábio ganhar sua vida em Portugal, Basílio embarca-o numa escuna. Contrata um marinheiro para, no meio da viagem, jogá-lo ao mar. Fábio deixa para trás um filho (Gabriel), que teve com uma escrava (Luísa).

Doze anos mais tarde, temos Fábio de volta e apaixonado por Carolina, filha de Maria. O problema é que, agora, Basílio decide casá-lo com sua filha Carlota. Esta, porém, já se perdera com um jovem escravo (exatamente aquele menino que Fábio abandonara, e cujo nome Basílio trocara para Armínio). Basílio manda açoitá-lo e, depois, faz com que seja preso.

⁹ No drama *O filho duma escrava* (1882), de Aparício Mariense, uma relação dessa natureza, entre Elisa e Oscar, se delinea, mas é abortada tão logo se revela a verdadeira origem do rapaz.



Na cadeia, o rapaz encontra o avô, Adriano, que no dia seguinte conquistará a liberdade. No momento em que Adriano percebe a cruz que Armínio traz pendurada ao pescoço, aparece Fábio, que reconhece em Adriano o seu pai. Fábio e Carolina acabam juntos. Já à insensível Carlota – que herda do pai a má índole, pela genética e pela educação – é imputado um fim trágico.

O seguinte diálogo, entre Armínio e Carlota, reflete a situação de uma mulher branca que se envolvesse com um escravo (ou filho de escravo), nas sociedades gaúcha e brasileira, do século XIX:

ARMÍNIO – Também o que importa a justiça dos homens!? Não me amas pelo que valho? É quanto basta!

CARLOTA – E o amor que te voto, se me avilta diante dos homens, engrandece-me aos olhos de Deus.

ARMÍNIO – Mas impossível sobre a terra, Carlota; só te pode trazer desgraça (Ato II, Cena IX, p. 168).

Sendo impossível sobre a terra, o amor que Carlota nutria pelo jovem escravo só podia mesmo trazer desgraça para ambos: Armínio é torturado e mandado para a prisão, sob a acusação de furto. Para Carlota – como ela própria constata antes de recorrer ao gesto extremo – não há saída: “Resta-me morrer... Meu opróbrio todos o sabem hoje... Sou odiada... Nem me dão o olhar de compaixão, que merece qualquer ente desprezível! (...) Sim, um incêndio purifica tudo!” (Ato III, Cena IV, p. 182).

Carlota atea fogo à casa do pai. Na cena final, Fábio, que tudo fizera para salvá-la, diz: “O castigo dos céus tardou, mas veio sempre!...”. É claro que, mais que para punir o “crime” de Carlota, sua morte se impôs para castigar seu pai, Basílio, um dos mais cruéis vilões do drama gaúcho.

Na opinião de Guilhermino Cesar (1956, p. 265), os maus tratos por ele infligidos, em cena, aos escravos, ao filho e a uma viúva, “devem ter comovido o público de então”. O certo é que nem mesmo o fim trágico e moralizante, conferido por Appolinário Porto Alegre à sua vilã Carlota, conseguiu sensibilizar a censura gaúcha.



Por se tratar de um autor negro ou, pelo menos, pardo ou mulato¹⁰ (possivelmente o único dentre nossos dramaturgos, do século XIX) e, também, pela qualidade artístico-literária de sua produção, o rio-grandino Arthur Rodrigues da Rocha merece, aqui, uma referência especial.

Autor de peças como *José* (1877) e *A filha da escrava* (1883) – a primeira, com um herói negro ou mulato (encarnado pelo próprio autor, quando da representação da peça)¹¹; e a segunda, classificada como “drama abolicionista” –, Arthur Rocha é um dos únicos dramaturgos que critica, com propriedade, as consequências sociais da Lei do Ventre Livre, de 1871, que não concedeu liberdade plena ao ingênuo, porque a mãe continuava cativa.

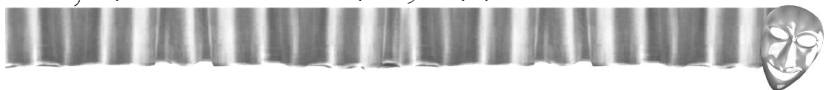
Na opinião de Guilhermino Cesar (1956, p. 267), Arthur Rocha, “nada precioso, nada pedante, mas patenteando evidentes ressentimentos íntimos por suas condições de cor e de fortuna, deu vazão à sua sede de justiça e de paz social. Combateu a escravidão com a maior veemência, participou das lutas de seu povo, não se deixou ficar, egoisticamente, no seu sonho de arte”.

Segundo apuramos, das onze peças que Arthur Rocha escreveu, nada menos que cinco (os dramas *O anjo do sacrifício*, *O filho bastardo*, *José* e *Deus e a natureza*, e a comédia *Por causa de uma camélia ou Marido por meia hora*) fazem parte das mais representadas nos palcos gaúchos, no decorrer do século XIX.

A crítica à lei de 28 de setembro de 1871, que decretou livres os filhos de escravos nascidos a partir daquela data, a

¹⁰ Na obra *Noutros tempos*, Achylles Porto Alegre (p. 26-29) traça o seguinte retrato de Arthur Rocha: “Rapaz moreno, desempenhado e bem vestido, simpático. (...) Oriundo de uma estirpe, por assim dizer ainda primitiva, ou para usar de uma comparação original, mas exata, tendo ainda a ‘catinga da raça’, o Arthur Rocha procurava no figurino parisiense e no alfaiate dar um ar de fidalguia à sua pessoa. Copiava, ao que parece, a encantadora figura de Gonçalves Crespo, que tinha sido mulato como ele”.

¹¹ Quem nos dá essa informação é Pery Borges (1961, p. 3-16): “(...) Convém, porém, notar que Arthur Rocha só podia intervir em papéis especiais. Ele era pardo”. “Em sua primeira peça, ele tomou parte desempenhando o papel de ‘Dr. Sérvulo. Um pardo’, talvez já escrito para ele mesmo”.



que nos referimos, ocorreu doze anos mais tarde, em *A filha da escrava*, drama que se encontra reproduzido neste volume:

ATAÍDE – É um problema difícil esse, Carlos, de cuja solução depende talvez a tranquilidade da grande família brasileira. A substituição do braço escravo pelo braço livre é questão que entende diretamente com os grandes interesses da lavoura; e, se é verdade que vivemos em um país essencialmente agrícola, ele não pode deixar de ser afetado prejudicialmente pela transformação. Eis aí por que, em vez de abolicionista, sou simplesmente emancipador, e entendo que a lei de 28 de setembro de 1871 é o melhor e o mais seguro passo para a extinção pacífica e gradativa da escravatura.

CARLOS – É essa a teoria dos medrosos e daqueles que têm em pouca conta o progresso real do país. A transformação do trabalho livre há de fazer-se fatalmente mais tarde ou mais cedo, e sem comoções sensíveis, porque não é crível que os hábitos de trabalho, adquiridos pelo homem, na sua condição de escravo, sejam completamente esquecidos por ele, na sua condição de livre. O escravo que se habituou a trabalhar para o senhor, quando livre há de forçosamente desejar trabalhar para si. (...) A escravidão é um abuso, é uma extorsão, é um roubo?... Pois esse abuso que cesse; essa extorsão que pare; esse roubo que acabe. A escravidão é um crime, mas um crime que não pode ser punido; tem de ser esmagado. Contemporizar com ele e deixá-lo por mais tempo produzir os seus funestos efeitos é covardia mais criminosa ainda. Força é, pois, extingui-lo, e por isso, em vez de emancipador, sou simplesmente – abolicionista!

ATAÍDE – Ideias europeias!...

CARLOS (*exaltando-se*) – Não! Ideias honestas, porque repelem o pensamento canalha daqueles que não se envergonham de possuir como escravos os seus próprios irmãos! (...) A lei de 28 de setembro é simplesmente monstruosa, se a estudarmos detidamente. (...) Achas justo, achas decente, racional, lógico e honesto que o ventre escravo produza gente livre? Não vês nesta lei que emancipou o ventre, sem libertar a mulher, um princípio antissocial, e gerador de



sentimentos maus? O escravo é, juridicamente, um bem semovente como o cavalo, ou como o boi; e assim, declarar livres os filhos da minha escrava é nada mais nada menos do que o equivalente a negar-me os direitos de propriedade sobre a criação do meu gado. (...) A lei de 28 de setembro vai ser talvez daqui a bem poucos anos a causa do aparecimento de uma geração de filhos que se hão de envergonhar das próprias mães. A lei disse à mulher escrava: Vamos: concebe, multiplica à tua vontade a espécie humana: nós queremos braços livres, pouco nos importando que sejam honestos! Teu filho, quando crescer e se fizer homem, se não puder libertar-te, há de sofrer as angústias do mísero a quem poupassem a vida para assistir às torturas infligidas à sua própria mãe. (...) Como hão de os senhores tratar aos ingênuos? Como escravos? Não: seria indignidade uma vez que são e nasceram livres. Como livres? Mas neste caso ver-se-á o senhor obrigado a colocar a mãe escrava na dependência do filho livre e a estabelecer uma superioridade repulsiva, que a natureza condena, por absurda. Em conclusão: esses ingênuos, essas crianças, a que estão pois destinadas? A corarem de vergonha quando se lembrarem de suas mães! (Ato II, Cena I, p. 177-82).

Essas são, conforme sugerem as reticências entre parênteses, apenas as principais ideias pinçadas do longo diálogo travado pelos compadres Ataíde e Carlos, acerca da Lei do Ventre Livre.

Talvez uma crítica a essa lei só possa mesmo ser encontrada, fora da obra dramática de Rocha – e, ainda assim, em duas frases isoladas –, no drama *Escrava e mãe* (1880), de José Alves Coelho da Silva (é de Andreza, a escrava e mãe, a seguinte queixa: “O filho de uma escrava, embora livre, bom e talentoso, é sempre um espúrio da sociedade que a todo momento o humilha com os seus preconceitos” – Ato II, Cena V, p. 38), ou, então, em *Adelina* (1879), de Damasceno Vieira (quem fala é Paulo):

As vossas lucubrações sistemáticas [refere-se aos “pândegos”] têm assombrado todos os povos peripatéticos e contribuem eficazmente para que estenda-



-se o âmbito em que divaga a política do nosso país, que não passa de uma farsa macarrônica. O realejo social apelidado ventre livre não é mais do que uma indústria nacional fabricada na Ilha das Cobras com o nome de *extractum carnis*. E como duvidar desses portentosos fatos se a fotografia nos ensina que o homem é o bípede implume de Platão? (Ato II, Cena I, p. 72-3).

É claro que havia, por outro lado, quem aplaudisse a Lei do Ventre Livre, mesmo entre os defensores da abolição. Apparício Mariense da Silva, por exemplo, dedica seu drama *O filho duma escrava* (1882), “à veneranda memória do Visconde do Rio Branco”.

Em *A escrava branca* (1883), Júlio César Leal homenageia o autor dessa lei, acrescentando uma “apoteose” à fala derradeira do herói Anselmo (“Viva a santa causa da abolição da escravatura!”). Segundo consta na rubrica, “Rasga-se o pano de fundo e representa-se o seguinte quadro vivo e luminoso: o vulto do Visconde do Rio Branco, suspendendo o dístico: Lei de 28 de Setembro de 1871. Um anjo põe-lhe uma coroa de louros sobre a fronte. Toca o Hino Nacional e cai o pano” (Ato IV, Cena final, p. 85).

Voltemos, porém, ao drama *A filha da escrava*, de Arthur Rocha – mais especificamente, ao seu enredo: Ataíde e D. Ana criam a pequena Ersília (sete anos), fruto de um relacionamento da escrava Elvira com o filho do casal (Lourenço), como se fossem seus pais. Para salvar o filho, vagabundo e jogador, o velho Ataíde chega a se desfazer até mesmo da fazenda de sua propriedade. Exclui da venda a escrava Elvira, que mantém sob seus serviços, com a condição de que jamais revele que é mãe de Ersília. Lourenço aproveita-se desse segredo, para chantagear a família. Depois de ser inocentada de um roubo, de que foi, injustamente, acusada por Ataíde (o mesmo fora praticado por Lourenço), aquele declara que Elvira, a partir de então, não é mais sua escrava e, sim, sua filha.

É uma pena que no fim da peça, o autor ponha na boca de Ersília – no dizer do avô, Ataíde, “é realmente admirável esta criança. Naquela idade em que a vês, tem uma intuição tal



do mundo e das coisas que parece incrível” (Ato III, Cena V, p. 200) – um discurso, contra a escravidão, completamente em desacordo com sua pouca idade, o que, de certo modo, compromete a consistência do drama. O discurso termina com as seguintes palavras de ordem: “Abaixo a escravidão! Viva a liberdade!”.

Lothar Hessel e Georges Raeders (1986, p. 73) chegam a conferir à menina de sete anos a condição de adolescente, ao analisar as personagens da peça: “A linguagem dos vários personagens nem sempre lhes é peculiar, nivelando-se muito ao alto, sobretudo nos lábios da adolescente”.

Se *A filha da escrava*, de Arthur Rocha, faz jus à classificação de “drama abolicionista”, o mesmo não vale para *O filho bastardo*, do mesmo autor. Nessa peça, ainda que um de seus protagonistas seja o mulato Dr. Sérvulo, filho de uma escrava, mais que o combate à escravidão, o que se coloca em cena é a problemática do negro livre, na sociedade brasileira. A seguinte queixa do Dr. Sérvulo, em conversa com Aguiar (seu pai, conforme mais tarde se ficará sabendo) e o escrivão Almeida, é ilustrativa disso:

SÉRVULO (...) – Aquela vida [refere-se à vida na Corte] convém àqueles que, como eu, nasceram para viver escondidos no centro da multidão, para quem se fecham as portas do grande mundo social. Oculto no meio do povo, eu lanço às vezes olhos para cima e rio-me, se não lamento, as misérias que por lá superabundam.

AGUIAR – O doutor, apesar da pouca idade que parece ter, demonstra uma experiência, que eu tão velho ainda não pude adquirir.

SÉRVULO – É que eu estudei o organismo daquele *petit monde*, obrigado por bem fortes circunstâncias.

ALMEIDA – Seria indiscrição perguntar quais são elas?

SÉRVULO – As distinções, os escrúpulos e os preconceitos sociais (Ato II, Cena I, p. 32-3).

No caso do Dr. Sérvulo, a questão do preconceito é agravada pelo fato de ele ser um filho bastardo, conforme deixa claro em várias passagens, como esta: “Não é uma fortuna que



venho buscar; essa ganhei-a nos bancos de uma academia, tenho-a nos meus títulos científicos. O que quero é um título que me falta, e que hei de obter a todo o custo. Basta já de sofrer; quero aparecer de frente erguida, afrontar os preconceitos dessa sociedade, de que até agora tenho fugido, como o criminoso à justiça que o persegue!” (Ato II, Cena V, p. 43); ou esta: “Aqui era um que se orgulhava pronunciando o nome de seu pai, ali – outro que contava a seus colegas o seu passado decorrido no seio da família... E eu, pobre bastardo! Fugia deles porque tinha medo que perguntassem o nome do meu, fugia porque não tinha uma família!” (Ato III, Cena IV, p. 60); e ainda nesta, que, já reconhecido por Aguiar como filho, constitui a fala final: “Ria-se embora o mundo do pobre bastardo; fechem-se-lhe todas as portas do grande mundo social: ele terá os braços da família, a santidade e a doçura do lar doméstico para esconder o rosto e derramar em silêncio as suas lágrimas!” (Ato III, Cena última, p. 75).

Na única cena em que a escravidão é combatida, direta e explicitamente, a crítica recai também sobre os políticos do Império:

SÉRVULO – O que aprendi? Que a banca ministerial transformou-se em balcão, e o ministro é um negociante. Regateia a fazenda particular para lucrar com ela, e impõe altos valores à fazenda do Estado para enobrecer-se perante à nação. As mais das vezes, se não é um miserável vendedor de despachos injustos, apaixonados e destituídos de senso, é o ignorantão que, por evoluções políticas, se viu colocado na cadeira que nem saberia limpar, se não passasse de um criado de gabinete. Ah! A nossa política, como a nossa sociedade, tem muito que estudar.

ALMEIDA – Diz bem, doutor. A situação é vergonhosa. Os políticos com honrosas exceções, não defendem uma causa, um princípio – inspiram-se apenas no sórdido ganho e na cobiça exagerada. A liberdade é um mito, a opressão uma verdade palpável, contra a qual ninguém se atreve a protestar.

SÉRVULO – Vilões!... Liberdade, dizem todos, liberdade no Brasil, em que (*frisando*) os pais vendem



seus filhos, em que ser escravo é uma lei!... Liberdade – mentira!

AGUIAR (*que estremeceu ouvindo as palavras de Sêrvulo*) – Felizmente, segundo se diz, trata-se de fazer passar nas câmaras a lei do elemento servil, que se não vem extirpar de todo esse cancro social – a escravidão, ao menos concorrerá para abrandar-lhe a voracidade.

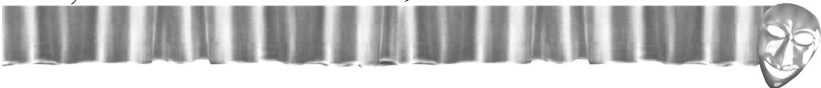
SÊRVULO – Deus queira que ela se efetue. Porém... (Ato II, Cena I, p. 35-6).

No drama *José*, escrito pelo mesmo Arthur Rocha, dois anos mais tarde (1877), o mulato doutor Sêrvulo dá lugar a um negro jornalista – outro herói que abre as portas da sociedade provando sua capacidade intelectual e que supera, em termos de virtude e valores, em especial, no quesito gratidão, a maioria dos heróis brancos da dramaturgia gaúcha.

O então tipógrafo José (liberto pelo seu senhor, ainda na pia batismal), em paga de uma dívida que tem para com a mulher que livrou sua mãe do cativeiro, não mede sacrifícios para proteger e dar de comer a essa mulher (Clara, a quem o destino deixou de sorrir e que, apaixonada, permitiu sua desonra pelo “criminoso” Alfredo de Magalhães) e à sua filha (Ângela, o fruto de sua “desgraça”).

Antes de viajar a Paris – onde virá a dilapidar o patrimônio deixado de herança pelo pai –, Alfredo faz uma visita à casa de Clara, em companhia de seu amigo Luís da Cunha, com quem pretende que Clara se prostitua. Não fosse a providencial intervenção de José – “o negro, o inferior, o pária das sociedades modernas, o proscrito da ventura”, como ele mesmo diz, no final do Prólogo –, que aparece armado, expulsando os dois de casa, e nova desgraça teria ocorrido na vida de sua protegida.

Dezenove anos mais tarde, já no Rio de Janeiro (o Prólogo da peça passa-se na Bahia), com a mãe morta há 14 anos, Ângela vive feliz na companhia de seu padrinho José – agora, um jornalista bem sucedido e “com reputação de escritor abalizado”, que despreza a imoralidade e o vício e combate a corrupção dos governos. A moça está destinada ao jovem Carlos, filho de Luís da Cunha (que, coincidentemente, também se



mudara da Bahia para o Rio de Janeiro, onde seria vizinho de José).

Quem surge para interferir no destino de Ângela e Carlos, que se criaram juntos, é Arnaldo de Matos, sujeito que ninguém sabe quem é e de onde veio (mais tarde, desmascarado por José, ficar-se-á sabendo que se trata de Alfredo de Magalhães). Na pele de Arnaldo, o criminoso Alfredo, que é procurado pela polícia, quer Ângela a todo custo. Não fosse, mais uma vez, a providencial ação de José, acabaria desgraçando a própria filha.

Da dramaturgia de Arthur Rocha, merece referência aqui, ainda, o drama *Deus e a natureza* (1882), que, especialmente em duas de suas cenas, apresenta críticas ao tratamento dispensado ao negro escravo, que, como em todas as peças da dramaturgia gaúcha, é apresentado como bom (o “bom selvagem” do Romantismo brasileiro dá lugar, no drama gaúcho, ao “negro bom”).

Para fazer essas críticas, o autor recorre às personagens Leandro e seu filho, o Padre Oscar. O primeiro, como representante da monarquia decadente, é um fiel seguidor da filosofia cruel do finado padre Astrogildo (segundo Leandro, “aquilo, sim, era homem. Quando a gente castigava um escravo rebelde ou fujão e mandava metê-lo no tronco, dizia ele sempre, para desfazer escrúpulos de consciência: *Castigar aos que erram, é uma das obras de misericórdia*” – Ato II, Cena I, p 110). O segundo é, na prática, um seguidor da doutrina cristã, que acredita que todos são iguais perante Deus.

Eis a primeira das cenas a que nos referimos:

LEANDRO (*dentro*) – Deixa-te estar, patife, que amanhã receberás a paga de tudo... Põe de molho as costas, é o que te digo.

D. SUZANA – Céus! O que será? (*Voltando-se a Pedro*).

PEDRO – Nada, minha senhora; é naturalmente algum desgraçado que vai amanhã ainda uma vez suportar as *blandícias* do tronco...

D. SUZANA – Também são tão maus estes negros, que, só mesmo à força de rigor se pode tirar deles alguma coisa. Depois que chegou o Reverendo meu filho, ficaram muito confiados, porque foram suspen-



sos os castigos. Mas as festas acabaram, e com elas as condescendências.

PEDRO – Em todo caso, eu sempre quero ver como pensa a este respeito o padre-mestre.

D. SUZANA – Ora, ora... Há de pensar como nós. Meu filho, conquanto sacerdote, não pode ser mais religioso nem mais temente a Deus do que nós; mas é o próprio Deus que manda castigar aos que erram.

(...)

LEANDRO (*Entrando, zangado*) – É um desaforo, em se lhes dando uma pouca de liberdade, adeus respeito... Decididamente, sem vergalho nada se faz (Ato I, Cena II, p. 94-95).

Na segunda cena, fica-se sabendo que esse mesmo escravo, ameaçado de açoite, saíra às escondidas da fazenda, para dar assistência a um velho professor moribundo, demitido após 30 anos de trabalho, em represália política e por exigência de Leandro, conforme revela o padre Oscar, ao retornar para casa, após a extrema-unção:

PADRE – (...) Eu estranho que a alguns passos da Fazenda das Flores, cujos proprietários são reconhecidamente as criaturas mais religiosas do lugar morresse um homem, por assim dizer, de fome, e uma cândida menina estivesse prestes a sucumbir com ele...

(...) Perdoem-me. Sabiam, sim, sabiam... A verdade, porém, é que o proprietário da Fazenda das Flores nunca pôde perdoar o obscuro mestre-escola da vila a independência de seu caráter e o adiantamento de suas ideias políticas. A verdade é que, por indicação de um chefe político, esse pobre professor, de quem recebi as primeiras luzes do saber, foi demitido depois de 30 anos de serviço abnegado e consciencioso. (*Olhando firmemente para o pai*). Não me disse o desgraçado o nome desse chefe... (...) Junto ao moribundo estava um preto velho, o mesmo que me acompanhava à escola quando eu era menino. Ao ver os cuidados de que cercava o moribundo, as lágrimas que chorava também e as preces que dirigia a Deus... não pude; abracei-o reconhecido e chorei com ele.



ARTUR (ao pai) – Esse preto é o tal, ameaçado de tronco por haver saído ocultamente da fazenda (Ato I, Cena III, p. 99-100).

Em *Mateus* (1875), de José de Sá Brito, a personagem título (preto liberto, de 50 anos, que trabalha na casa do capitalista Rocha), apesar de demonstrar desprezo pelo homem que o alforriou – a quem responsabiliza de haver precipitado o próprio filho, Paulo, no vício do jogo e da bebida, ao ter impedido seu casamento com Clotilde – é dotado de uma dedicação e fidelidade a Paulo, a quem chama de “patrãozinho”, que chegam às raias do inverossímil.

No fim do primeiro ato, por exemplo, após perder novamente no jogo, Paulo retorna para casa, arromba a “carteira” do pai e rouba 50 mil réis. Mateus, que antes lhe emprestara dinheiro, presencia a cena e tenta, de todas as formas, demover o embriagado Paulo de voltar ao salão de jogo.

Não obtendo êxito, resolve assumir a culpa, para salvar o que ainda resta da honra de seu “patrãozinho”: “Aquele que tem dado tantas alegrias a este pobre coração negro, não será difamado; nunca! Nunca! Não foi ele quem cometeu este furto; fui eu, sim, fui eu! Vai, meu filho! Se ali tens um pai branco para te matar, aqui tens um pai negro para te salvar!!” (Ato I, Cena Última, p. 188).

Seu desprezo pelo pai de Paulo, ele o demonstrara um pouco antes – quando revela a visão que tem da realidade do negro, na sociedade em que se encontra inserido:

Vá fazer o chá! Muito bem; eu vou. Sempre pronto para o trabalho e para sofrer a ingratidão. Que fazer? Sou negro, raça maldita, destinado à escravidão, raça renegada dos homens. Vítimas dos brancos algozes, mártires da humanidade, repelidos na terra, tendes as bençãos de Deus! Paciência, saibamos conquistá-las (Ato I, Cena V, p. 3).

Lothar Hessel e Georges Raeders, que tiveram acesso ao drama em três atos, na íntegra¹², fazem uma apreciação não

¹² *Mateus* foi publicado nos n. 6 a 8 (Set-Nov/1875), da *Revista Ensaios Literários*, de cujas edições conseguimos localizar apenas a primeira (Ato I, p. 177-188), no IHG do RS.



muito favorável ao texto e ao seu autor, a quem – a exemplo de outros dramaturgos que, ávidos por se engajarem na campanha em favor da liberdade incondicional dos pretos, se valiam do teatro – faltaria um maior vigor dramático ou, então, ainda não o teria desenvolvido, o que explicaria “a relativa fragilidade de algumas dessas peças de propaganda”.

Eis parte da apreciação de Hessel e Raeders (1986, p. 48-49):

(...) Os personagens de *Mateus*, todos masculinos, entram em cena já prontos, com as qualidades escolhidas pelo autor já bem marcadas, determinando o jogo das ações de modo quase inapelável. Não se vislumbram maiores preocupações com o fluxo e refluxo das vivências humanas em seus conflitos e perplexidades interiores. (...) Assim sendo, o masculino elenco de *Mateus* poderia apor, desde logo, a cada nome de personagem as respectivas qualidades marcantes (“desindexadas” de todas as demais componentes de seu cabedal psíquico), como aliás o autor procede em relação a Aníbal, caracterizando-o como “vagabundo, intrigante, moço” e nada mais.

Acumulam-se nos três atos do drama, sumariamente, os seguintes acontecimentos: o casamento em perspectiva entre Paulo e Clotilde se torna inviável por força de uma inimizade superveniente entre as respectivas famílias. Clotilde, encerrada, passa a definhar e Paulo entrega-se de corpo, alma e carteira, ao jogo. Para satisfazer essa paixão derivativa, não vacila em surrupiar dinheiro e joias ao duro pai e em aproveitar-se da dedicação sem limites do liberto Mateus; sua situação se complica de lance em lance, atingindo o clímax quando resolve estourar os miolos, no que é obstado, a tempo, por Mateus. Fora do palco também a situação degenera, em torno de Clotilde, cujo pai a essa altura resolve reconciliar-se com Rocha, pai de Paulo, propondo que ambos anuem ao casamento dos jovens. Dessarte fica assegurado o *happy-end* à comédia-drama, a qual termina mostrando um escravo (aliás, de pouca intervenção na peça) a sair para o ar livre a soltar pandorga...



Se “herói” se houvesse de apontar nessa comédia-drama, seria Mateus cujas ações e devotamento ao jovem Paulo quase entram o país da inverossimilhança; esse “caráter” pesaria fortemente em favor da abolição da escravatura, observando-se, entretanto, que Mateus já entra na peça na condição de “preto, liberto, 50 anos”, palavras impressas no elenco inaugural.

No drama *A grupiara* (1874), de José de Sá Brito, o aspecto da gratidão devotada pelo negro, aos patrões que os tratavam bem, também resulta acentuado. Atente-se para o que diz o escravo liberto Dionísio, diante da morte de seu patrão, Pedro Serrano, que lhe confia a guarda e a educação do filho Décio: “Quem te deu esta grupiara, fui eu; quem a enriqueceu de diamantes, fui eu ainda! Tu aceitavas tudo como das mãos da Providência, mas sabes agora que a tua providência era o pobre escravo a quem um dia livraste do açoite, a quem ensinaste a ler nas horas vagas de teus estudos, a quem deste a liberdade privando-te do último recurso que te restava!” (Prólogo, Cena última). Apesar de não ter religião e de ajudar Décio em seus planos de levar os assassinos do pai à cadeia, Dionísio manifesta-se reiteradas vezes contra a vingança, pregando a favor do perdão.

Escrava e mãe (1880), de José Alves Coelho da Silva, conforme já dissemos, é, possivelmente, o texto que melhor defende a abolição da escravatura e, também, o ideal republicano. O drama abolicionista tem entre suas personagens dois escravos: Andreza (53 anos) e Paulo (60 anos), ambos libertos ao fim da peça.

A primeira é uma figura bastante lúcida, consciente, que estudou “acima da sua condição” e que devota à sua “patroazinha”, Henriqueta, um verdadeiro amor de mãe (zela por ela e a defende das garras do Comendador Soares). Para ficar perto de Henriqueta e, também, de seu senhor e do cego Otávio, Andreza recusa a liberdade, que lhe é oferecida por Soares. Com isso, ela tenta “provar que há escravos com mais nobreza de sentimentos do que muitos brancos, que são ou podem ser



senhores”. Já Paulo é o detentor do segredo mais importante: o de que seu senhor, Pedro de Lima, é filho da escrava Andreza.

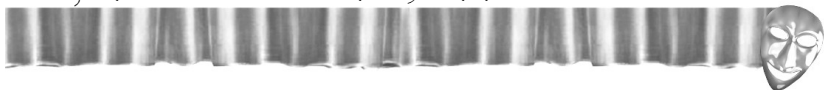
Ao ouvir de Paulo a revelação de que é filho de uma escrava, da qual foi senhor e que, há pouco, vendera ao Comendador Soares (o traficante de escravos, cujo filho, Otávio, também se descobre filho da mesma escrava), Pedro de Lima – a exemplo do Dr. José Luís, de *Um fruto da escravidão*, de Boaventura Soares; e Paulo da Costa, de *O filho duma escrava*, de Apparício Mariense – amaldiçoa “os nossos antepassados, que nos fizeram vítimas até hoje da mais triste degradação social”:

Maldita escravidão que avilta um país, corrompe a família e degrada o homem! Amaldiçoados escravocratas que até no sangue das nossas artérias, nas fibras do nosso coração inocularam o vírus desse cancro que estraga, corrói e apodrece a organização moral, os princípios religiosos e a dignidade nacional de um povo! (Ato V, Cena IX, p. 126).

Se o embate entre o Dr. Agripino, defensor das reformas do Estado, e Lima e o Comendador Soares, defensores do Império, no terceiro ato (Cena I, p. 50-57), resulta numa das mais sólidas defesas do ideal republicano, no quarto ato (Cena III, p. 72-79), o Dr. Agripino, agora contando com o apoio e os argumentos de Otávio, no debate com os mesmos dois, faz uma das mais brilhantes defesas da abolição da escravatura.

Quanto ao drama *O filho duma escrava* (1882), do maçom Apparício Mariense da Silva – político atuante, jornalista, poeta e dramaturgo, que foi intendente de seu município natal (São Borja), deputado à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul em 1891 e deputado federal em duas legislaturas –, o mesmo, na opinião de Hessel e Raeders (1986, p. 59-60), “até certo ponto surpreende”:

Num imaginável buquê de flores dramáticas pró-abolição seria uma das flores mais diferenciadas, tanto pela agilidade do texto, pouco pejado de preleções e doutrinações, como por se ter afastado, durante muitas cenas, do tema escravidão (cenas em que prepondera uma intriga amorosa entre brancos), e até mesmo pela ausência do indefectível *happy-end*.



O argumento de *O filho de uma escrava* foca o drama de Elisa, filha de Paulo da Costa, senhor rico, de bom coração, que detesta o instituto da escravidão. No prólogo da peça, Paulo compra de um português cruel a escrava Joana e liberta-a; ela é mãe de um menino, Oscar, que passa a ser criado junto com Elisa, durante os dezoito anos que supõe o prólogo.

Contudo, essa “colocação” antiescravista de Paulo da Costa não é ilimitada, pois esbarra com um preconceito de raça e cor: ao iniciar-se o 1º ato, moços já Elisa e Oscar, e entre si enamorados, uma possível união é energeticamente cortada por Paulo da Costa e Oscar é mandado para longe, muito longe. E já nessa nona cena do 1º ato a jovem Elisa surpreende leitores e espectadores com a feminina atitude de, pública e sarcasticamente, renegar o seu amor ao jovem mulato.

Termina por aí a fase negra do drama. Joana está morta e o filho, a muitas milhas de distância.

Desse trecho da apreciação feita por Hessel e Raeders merece reparo apenas a descrição que fizeram de Paulo da Costa: “... senhor rico, de bom coração, que detesta o instituto da escravidão”. Assim como o drama deixa de ser “aboliconista” no segundo ato, Paulo da Costa é uma das personagens mais contraditórias (para não dizermos inconsistentes) de nossa dramaturgia.

Por um lado, ele é capaz de se sensibilizar com os maus tratos sofridos por uma escrava, de criar o filho dessa escrava como se fosse seu e de proferir discursos como este:

A autoridade nunca intervém em benefício dessa raça infeliz; raça que o bafejo civilizador deprimiu em vez de engrandecer: e os brasileiros, recebendo como herança todos os prejuízos de seus ascendentes, exce-dem-nos nesse tráfico ignominioso, reduzindo essa miserável criatura, o escravo, a um estado inferior ao dos irracionais. Aquele que assim maltrata esses infelizes é um desses presentes gregos, que nos mandou o velho Portugal [refere-se ao mercador João Maria, que lhe vendeu a escrava Joana] (Ato I, Cena I, p. 6).

Por outro, porém, Paulo da Costa é senhor de escravos (que pensa em libertar, é verdade!) e contradiz totalmente seus



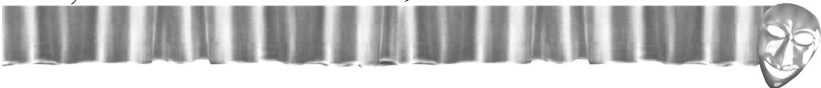
discursos ao negar que sua filha se case com o homem que ama, só porque ele é filho de uma escrava (“Não há de casar. Não consentirei nessa desgraça!... O opróbrio em minha família!... Nunca!” – Ato II, Cena IV, p. 18). Isso que, pouco antes, revoltado com o tratamento desumano conferido aos escravos, ele próprio dissera:

Ao escravo não é permitido ter uma esposa, nem ter afetos. Para esses homens [os traficantes e mercados de carne humana], ele partilha o materialismo irracional, não conhece amor!... Arrancam ao consorte a esposa, que se não uniram-se à face da Igreja, porque não lhes foi permitido, uniram-se à face de Deus... e arrojam-na à longínquas plagas sem se importarem com a mágoa que a separação desperta (Ato I, Cena III, p. 9).

Terminada a “fase abolicionista” do drama, a intriga amorosa evolui noutra sentida: apartada de Oscar, Elisa acaba aceitando “ser vendida pelos pais” ao septuagenário comendador Nunes. Casa-se com ele, mas não lhe entrega o coração, que fica, como dizem Hessel e Raeders (1986, p. 60), “com asas bastantes para espairar, não imune aos assaltos de varões jovens e fogosos como esse Quintiliano, com quem acaba femininamente fugindo, após algumas cenas que muito ‘suspendem’ o espectador, dado o acre cheiro de chifres rondando o velho comendador”.

Antes de fugir com o amante, questionada por ele sobre a vida que leva ao lado do marido, a heroína do drama *O filho duma escrava* desabafa: “Um martírio interminável! Um cilício atroz! Obrigada a sujeitar-me a um homem que, conquanto procure me fazer feliz, satisfazendo minhas mais insignificantes vontades, não posso deixar de aborrecer”. Mesmo preocupada com o julgamento da sociedade, “que exige da mulher o sacrifício de uma vida inteira, em satisfação de seus mais pueris caprichos” (Ato II, Cena I, p. 278), essa sofrível situação a leva a aceitar a proposta de Quintiliano.

Em vista disso, no último ato, teremos uma situação completamente oposta à inicial: Oscar, *o filho duma escrava*, retorna à cena como um vencedor (retirando-se para a Bahia, a golpes de força e de trabalho conseguira emergir do nada e até



amealhar pequena fortuna); ao passo que Elisa, de queda em queda, chegara à condição de mendigar pelas ruas da cidade. De seu destino fica-se sabendo através de Oliveira, amigo de Oscar: “Pobre moça! Dizem que vive em completa miséria, abandonada por Quintiliano e gasta, amasiada com um escravo que, acompanhando seu senhor a uma viagem, deixou-a implorando a caridade pública. Estás vingado” (Ato III, Cena I, p. 39-40).

Oscar, porém, não é movido pela vingança (como já dissemos, todos os negros que figuram em nossa dramaturgia são bons), tanto que, ao ser procurado pelo Dr. Moisés, responsável pelo inventário, abre mão da herança que lhe deixara o padrinho e pai de criação, em favor de Elisa. Diante desse gesto, o Dr. Moisés, que é tio da moça, reage: “A justiça do céu encarregou-se de exercer a punição: que a suporte!... Quem não soube respeitar os manes de seus pais, a honra de sua família, o nome de seu marido, não tem o direito a esperar a complacência dos homens de bem, nem a caridade honesta” (Ato III, Cena III, p. 44). Antes de sair, o Dr. Moisés dá a Oscar algumas moedas, pedindo-lhe que as entregue a Elisa.

Na penúltima cena ela se decide a bater à porta do escritório de Oscar. Após tantos anos de “não se verem”, no dizer de Hessel e Raeders (1986, p. 61), “eis aí uma cena que se poderia visualizar como eletrizante (...). Entretanto, o outro grande personagem do drama, personagem anônimo, ente de muitas cabeças, com jeito de hidra ou polvo invisível, projeta-se com muito relevo nesse ato final: a *sociedade*, as estruturas sociais no Brasil-Império”.

Júlio César Leal, apesar de não ser gaúcho de nascimento (era baiano), integrou o Partenon Literário e foi uma das figuras mais atuantes do movimento abolicionista, em Porto Alegre. Ao lado de Joaquim Sales Torres Homem, desenvolveu ativa propaganda nas páginas do Jornal do Comércio, de cujo corpo redatorial fazia parte, a exemplo de Torres Homem e Damasceno Ferreira. Em termos de teatro e literatura dramática, legou-nos apenas o drama *A escrava branca* (1883).

Eis um trecho da apreciação crítica feita por Hessel e Raeders (1986, p. 67) sobre a peça, que tem seus quatro atos



intitulados, respectivamente, “Surpresa e morte”, “Visita inesperada”, “Venda da escrava” e “Casamento impossível”:

A intriga de *A escrava branca* é assaz complexa, mas justifica o título, o que singulariza a peça entre suas congêneres abolicionistas. Essa complexidade se deve às muitas relações de parentesco biológico, desconhecido pelos personagens, recurso muito encontrado em teatrólogos antiescravistas.

Alguns personagens do ato inaugural cedo desaparecem: o viúvo octogenário José Gregório que alforria todos os seus escravos, seu filho Lúcio de Novais e sua nora Carlota, os quais falecem; e, mesmo sem falecer, desaparece também o fiel escravo José. Todavia a presença deste no 1º ato fornece como que um prólogo para esclarecer os episódios seguintes.

Quem acompanha o drama até o final é Inês [Ignez], *a escrava branca*, filha de José Gregório, de quem herdou a tez, e da escrava nonagenária Marta.

Nesse drama, o pernicioso relacionamento de um senhor de escravos com uma de suas mucamas resulta numa situação única na dramaturgia gaúcha: Lúcio de Novais terá um filho com sua própria irmã, a escrava Inês (que é filha de José Gregório, pai de Lúcio, com a escrava Marta), que depois será vendida por ele. A revelação da venda e, mais que isso, o motivo dessa venda, provoca a morte de José Gregório:

LÚCIO (*apontando para Carlota [sua mulher]*) – Vendi-a para fazer a vontade de minha mulher!...

CARLOTA (*erguendo-se*) – Oh! Não! Não falas a verdade! Vendeste-a, porque ela era mãe de teu filho!...

JOSÉ GREGÓRIO – Ah! Não posso mais!... Sinto-me desfalecido!... Parece que me falta a luz!... Será possível tamanho crime, meu Deus? Inês! Inês! Minha filha!... Adeus!... Eu te amaldiçoo, miserável! (*José Gregório cai morto*). (Ato I, Cena VI, p. 25-26).

A maldição lançada por José Gregório se concretiza: tanto Lúcio de Novais quanto Carlota são vítimas da cólera-morbo. Com efeito, quem passa a centralizar as ações a partir do segundo ato é, principalmente, Maria Lúcia, filha do casal Lúcio-Carlota e candidata a noiva do Dr. Anselmo, filho de Lú-



cio com a escrava Inês. Esta é, agora, escrava do Dr. Anselmo, que, apesar da aparência detectada pelo Dr. Silva (a princípio amigo de Anselmo e, depois, adversário na disputa por Maria Lúcia), continua pensando ser simplesmente filho adotivo da falecida Dona Teodora.

As maquinações do Dr. Silva, interessado nos 80 contos de Maria Lúcia, encontram um forte aliado no ciúme da moça, que, já noiva, surpreende um dia a escrava branca dizendo, aos pés do adormecido Dr. Anselmo, “como eu te amo!”. Inconformada com a visão daquela cena, exige que o noivo venda a escrava, para “fora da barra” (seria de Rio Grande?). O Dr. Anselmo propõe-se a alforriar Inês, mas Maria Lúcia é irredutível e exige sua venda (repete, portanto, o gesto da mãe, que obrigara Lúcio de Novais a vender a mesma escrava).

Esse fato faz o Dr. Anselmo mergulhar num doloroso conflito interior. Inês, por sua vez (exatamente como Joana, da peça *Mãe*, de José de Alencar), está decidida a não revelar o seu segredo, a fim de não prejudicar a reputação social do filho Anselmo; e chega mesmo a cooperar para que ele vença suas hesitações e a venda. Ciente das armações do Dr. Silva, a quem desmascara, o Dr. Anselmo aceita, enfim, dar à noiva uma prova definitiva de seu amor. A repugnante transação comercial em que o traficante Barroso adquire Inês – não sem pechinchar bastante, pois, segundo ele, uma escrava branca tem menos valor de mercado, do que uma de cor – ocorre na cena final do terceiro ato.

O segredo envolvendo a *escrava branca* (que sumira no mundo) e seu filho só é revelado seis meses mais tarde, já às vésperas do casamento que uniria o Dr. Anselmo a Maria Lúcia. Parada a um canto e desfiando as contas de seu rosário, a quase centenária Marta está de volta. Retorna à cena, também, Procópio, que, aos olhos do leitor ou espectador, passa de vilão a mocinho, ao explicar que ajudou o Dr. Silva em seu plano de separar Maria Lúcia e o Dr. Anselmo, unicamente por saber que o casamento deles era impossível.

É Procópio quem compra Inês do mercador Barroso, pelo dobro do preço. Depois de fazer chegar às mãos do Dr. Anselmo duas cartas escritas por Inês, em que ela revela ser



sua mãe, Procópio dá um jeito de dizer a Maria Lúcia que ela “há de ser tão amabilíssima esposa quão carinhosa irmã”. Mas é só quando a cerimônia matrimonial está por iniciar, que, inesperadamente, irrompe à cena uma senhora misteriosa, que descerra o véu que lhe cobria o rosto e exclama: “Parai, senhores! Este casamento é impossível!” A estupefação é geral. A preta velha, Marta, ainda de terço na mão, reconhece na misteriosa senhora sua filha Inês. Esta, após se desvencilhar dos braços da mãe, dirige-se aos noivos e revela: “Ambos vós sois filhos de Lúcio de Novais!”.

Os lances finais compreendem a suspensão do casamento, a entrega – por parte de Procópio – da carta de alforria à escrava branca e a declaração de propósitos do Dr. Anselmo de engajar-se na luta abolicionista: “Minha mãe (...), eu calcarei aos pés os preceitos sociais, para idolatrar eternamente a escrava branca que me deu ser! Perseguirei hoje mais do nunca para que em breve repercuta em todos os ângulos de minha pátria este brado vitorioso: Viva a santa causa da abolição dos escravos!” (Ato IV, Cena final).

Em 1883, Boaventura Soares acrescentaria, ao rol de peças abolicionistas da nossa dramaturgia, *Um fruto da escravidão*. Na apresentação, que antecede a edição da peça, o autor explica que “a Sociedade Literária 28 de setembro de Porto Alegre, deliberando promover um espetáculo para com o produto dar liberdade a alguns escravos, incumbiu-me de escrever um drama abolicionista”.

Como em tantas outras peças precedentes, Soares recorre, também, a um bastardo – filho de um senhor com uma de suas escravas –, para herói de sua peça. Ainda que tenhamos, mais uma vez, uma trama pouco original (o amor impossível entre dois irmãos), os argumentos, a favor do término da escravidão e da libertação dos negros escravos, são consistentes.

Antes de destacarmos alguns desses argumentos, tratemos do resumo da peça: Eurico e Eduarda acolhem um órfão, de três anos, que é deixado à porta de sua casa. Esse órfão (Américo), mais tarde se ficará sabendo, é filho de Eurico com uma escrava. Américo, ao retornar de São Paulo (a ação da



peça passa-se no Rio de Janeiro), onde passara cinco anos e de onde volta doutor, apaixonou-se por Cecília, filha legítima de Eurico e Eduardo. O jogador e aristocrata Hemetério – que pretende salvar-se da falência total –, disputa-lhe a mão da moça. Para afastar Américo de seu caminho, não titubeia em caluniá-lo pessoalmente e pela imprensa.

No fim da peça, quando Américo pede a Eurico a mão de sua filha, este lhe revela ser seu pai e, por conseguinte, que Cecília é sua irmã, o que torna impossível a união. O fim é trágico: Américo põe fim à própria vida, com um tiro.

A peça possui pelo menos duas personagens que defendem o fim da escravidão: o Dr. José Luís e Eurico. O primeiro, assim se manifesta, após a síncope de que é vítima o segundo, ao descobrir que o bastardo que cria é seu próprio filho:

Vamos buscar o gérmen destas cenas dolorosas e vejamos se não é o fruto dos erros ou da perversidade humana! É a escravidão, a página dos dramas horripilantes da nossa pátria, a condenação perpétua dos nossos antepassados! E nós ainda não sentimos o seu mal... Ainda não feriram os nossos ouvidos os agudos gemidos das vítimas do cativo que repercutem por essas matas onde a barbaridade governa. (...). Deixemos que os homens se regenerem ou que a consciência lhes fale (p. 19).

Mais adiante, o Dr. José Luís voltará a condenar nossos antepassados, pelo legado do trabalho servil, num de seus longos discursos de início ou fim de ato ou cena, quase sempre dirigidos à plateia – dessa vez, porém, ele não irá buscar os argumentos para justificar o fim da escravidão nos trágicos quadros por ela proporcionados (principalmente os amores, incestuosos, entre pais e filhas e entre irmãos):

Tudo isso é uma das tantas cenas que se representam à frente de nossa pátria, cujos cúmplices são os nossos antepassados que não previram as desgraças trazidas pela maldita escravidão! O homem sem lar descrede de tudo, impressiona-se pelas futilidades e essa impressão é o remorso que não o deixa! O escravo que possui as mesmas faculdades que nós, curvado ante seu próximo, morre muitas vezes sem saber que



teve vida! O senhor, o miserável, nem se recorda que ele é um algoz que subjogou uma consciência, que pisou a própria natureza, não dando luz a um crânio, que seria um obreiro da pátria! É incrível que não haja um momento de pensar e esses homens malvados não se lembrem que manter um irmão em algemas é uma afronta à sociedade, um crime perante Deus! Ó cidadãos, lembrai-vos que a liberdade é a vida e a vida é a conquista do progresso e da ciência, restabelecendo a nossa grandeza!! Como quereis que sigam nessa vereda plana os vossos irmãos, se agrilhoais a inteligência, maculando a vossa pátria, com a vergonha que lhe reveste, quando quer atirar um louro à ciência, cume da liberdade? É hora de lançar um olhar retrospectivo e corardes de pudor ante tantos quadros angustiosos... (p. 44-5).

As críticas do Dr. José Luís, a seus ascendentes, não cessam: “Ó malditos antepassados que acompanharam a ignorância, não interpretando os sentimentos grandes, firmando num alicerce que toldava o entusiasmo da glória!! Desgraçados dos entes que buscam o seu bem-estar, atirando uma nódoa na história de um povo que enobreceu-se pelo poder do trabalho” (p. 51); e, mais adiante:

De que serve a indignação bradar em nome das vítimas da malevolência dos antepassados, desenhando esses quadros horripilantes, se a perversidade entoa hosanas aos sectários do crime vergonhoso que conserva a tradição? Quem são os autores destes painéis que enlutam de tristeza esta família honrada? Investi-gai os tempos passados, rasgando o véu que esconde a ingrati-dão e vede se o princípio desta tragédia não é gerada pela negação do direito natural ao homem, pela escravidão, a página da história brasileira salpicada de sangue tirado do corpo dos infelizes dos nossos irmãos com o látigo, com sevícias bárbaras!! Corações duros! Almas de ferro! (p. 71-2).

Os discursos de Eurico, pai do bastardo Américo, fluem na mesma direção – como se ele, por escapar, como era de hábito, “à condenação da sociedade, pelo erro cometido”, nada



tivesse a ver com o “quadro horripilante”, de que trata o drama:

Que estado crítico é o da nossa sociedade! Estamos reduzidos a um instrumento vil, levados pela nossa boa fé! Caráter, honra e dignidade são símbolos infelizes, selos da ignomínia, íngremes barreiras para a prática de infâmias. (...) Eis o progresso, essa palavra que ressoa em todos os ouvidos! A sociedade convertida em palco onde se representam os dramas de imoralidades, traçados pelo punho da aristocracia! Triste situação! Se existe um audacioso que tenta reformar a tradição, o passado de ignorância, a perseguição começa... Quem ousa colocar a justiça acima dos preconceitos sociais? (...) Não chorem, cidadãos, que não mui longe nos espera um abismo onde submergirão esses apóstolos da história negra, que escarram à face da honradez! (p. 49-50).

* * *

Das peças enquadradas na temática em foco e que nos foram legadas na forma escrita, ainda não falamos de *Benedito* (1872), de Appolinário Porto Alegre; *Boêmia* (1879), de José Alves Coelho da Silva; *O escravo* (1883), de José Bernardino dos Santos; e *Uma cena para o futuro* (1884), de Arthur Rocha, cujos textos não obtivemos para análise – exceção feita a *Benedito*, de que trataremos mais adiante.

De *Boêmia* (ou *Boemia*), de José Alves Coelho da Silva, as informações nos vêm de forma fragmentada: José Galante de Sousa (1960, p. 505) diz tratar-se de um drama em quatro atos, de 1879; para Lothar Hessel (1999, p. 80), *Boêmia* é uma peça abolicionista, que foi representada em Jaguarão, em 1887; Athos Damasceno (1956, p. 220) dá notícia de um drama intitulado *Boêmia*, de autor ignoto, representada no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1885; e, finalmente, Villas-Bôas e Ari Martins (1968, p. 29) informam sobre a publicação da peça: 2ª ed. Rio Grande: Tipografia de “O Comercial”, 1880, 144 p.

Sobre *O escravo*, de José Bernardino dos Santos, Hessel e Raeders (1986, p.56-57) dizem tratar-se de uma “cena dramática [em versos], especialmente escrita e dedicada à Associação Dramática Particular Emancipadora Rio-Grandense,



segundo se lê no manuscrito de sete páginas”. Em nota, esses autores acrescentam que “o manuscrito está em poder do bibliófilo Júlio H. Petersen, em Porto Alegre”.¹³

Acerca de *Uma cena para o futuro*, de Arthur Rocha, temos as notícias de Athos Damasceno (1956, p. 220) – segundo o qual a peça, que ele grafa como *Uma cena do futuro*, foi representada no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1885 – e de Pery Borges (1961, p. 3) – que, na obra “*Deus e a natureza e seu autor: notas recolhidas sobre autor dramático gaúcho: Arthur Rocha, informa sobre a publicação da cena teatral Uma cena para o futuro: Porto Alegre: Oficinas do Jornal do Comércio, 1884.*

* * *

Em termos de comédia, o único autor gaúcho a incluir um escravo entre as personagens – e, mais que isso, como um dos protagonistas e personagem título –, no século XIX, foi Apolinário Porto Alegre. Referimo-nos a *Benedito* (1872), peça inspirada na comédia *O demônio familiar* (1857), de José de Alencar.

Benedito é um moleque escravo, vingativo e intrigante, que conta com a simpatia de Alfredo (tenente de infantaria, 27 anos, “estouvado, recomendável pelo desplante marcial e os enormes bigodes”), que disputa com Joaquim (ex-sacristão, 50 anos, obeso, beato, usurário e com “mania de casamento”) a mão da jovem Marfisa, filha de Antônio, que é tio de Alfredo. Como o tenente sai vencedor da disputa pelo coração da moça, promete dar a Benedito o que este lhe pedir. O escravo pede para ser soldado e irá servir na Companhia de Alfredo.

É interessante observar que, findo o movimento em prol da abolição, a figura do negro praticamente desaparece da dramaturgia gaúcha. No decorrer da primeira metade do século XX, constatamos a sua presença em não mais de meia dúzia de peças (metade delas, de Ernani Fornari), nas quais o negro figura como contra-ponto ao drama; ou seja, como elemento cômico, utilizado para quebrar a tensão dramática e provocar o riso – bem à moda desse Benedito, de Apolinário Porto Alegre.

¹³ O manuscrito não integra o Acervo Júlio Petersen, da Biblioteca Central da PUCRS.



É o caso das personagens Negrinho e Trovador Malaquias, da peça de costumes rio-grandenses *Os gaúchos* (1891), de Damasceno Vieira; Paulinho (mulatinho de 13 anos), do drama *A fera da montanha* (1921), de Loló de Oliveira Brandão; Moleque (mulato de 19 anos), do drama *Nada!* (1937); e Cristino (o jovem pajem de Boneca) e Merenciana, da comédia *Iaiá Boneca* (1938), ambas de Ernani Fornari.

Uma terceira peça de Ernani Fornari, em que temos a presença do negro entre as personagens, é *Sinhá moça chorou* (1940). Esse drama tem como pano de fundo a Revolução Farroupilha e seu enredo inicia em 1834, em Porto Alegre, prossegue em Camaquã e termina, novamente, na Capital, em 1845. Na opinião de Moacyr Flores (1997, p. 104), “aos negros escravos cabem as situações farsescas, covardia e ridicularias”.

De fato, grande parte das situações cômicas fica por conta dos negros Balbina, Prudêncio e Benedito (os dois primeiros, negros forros e crias da casa de Leocádio; o último, escravo do alferes Felipe). As cenas de covardia, porém, são protagonizadas apenas por Benedito, que, a exemplo de seu dono, provém do Rio de Janeiro. Ao contrário do negro “da Corte”, o gaúcho Prudêncio, apesar de ingênuo, é extremamente corajoso e valente.

Por fim, resta fazer uma referência ao divertido Negrinho, da opereta em três atos *A professorinha* (1928), de João Belém – personagem que guarda um “parentesco bastante próximo” com o Benedito, de Appolinário Porto Alegre, o Negrinho, de Damasceno Vieira, o Paulinho, de Loló de Oliveira Brandão, e o Moleque e Cristino, de Ernani Fornari, já que a principal característica, de todos eles, é a de serem intriguentos, chantagistas... e engraçados.



NOTAS SOBRE OS AUTORES

1. ARTHUR ROCHA¹⁴

Arthur Rodrigues da Rocha nasceu em Rio Grande, em 1º de janeiro de 1859 e, segundo o jornal O Mercantil de Porto Alegre, morreu na mesma cidade, na madrugada de 26 de junho de 1888, de afecção pulmonar. Filho único do mulato José Rodrigues da Rocha, cobrador de bilhetes no teatro, que, para acompanhar o filho, fez-se ensaiador das sociedades dramáticas Luso-Brasileira, União Militar, Filhos da Talia e outras, que se apresentavam no Teatro São Pedro, de Porto Alegre (Múcio Teixeira, 1921, p. 281-285).

Arthur Rocha era filho de pais pobríssimos que não puderam proporcionar-lhe maior instrução, a não ser as primeiras letras, que “lhe foram dadas pelo professor, noutro tempo público, Bibiano F. de Almeida”. Estudou no Colégio Gomes, de Porto Alegre (1872/1876). Foi funcionário postal, a princípio como carteiro (1876/1880), e depois como funcionário interno, encarregado da agência dos Correios, de Rio Grande (1880/1883), passando posteriormente a trabalhar na agência de Porto Alegre (19:72-74).

Rodrigues Till (1970, p. 19-29) informa que Arthur Rocha casou-se em agosto de 1885, com Maria Rico y Gonzáles, e que dos filhos que teve sobreviveu apenas o primogênito, de nome Artur. A viúva faleceu no Rio de Janeiro, em 1894. Pery Borges (1961, p. 3-16) acrescenta que foram localizadas duas meio-irmãs de Arthur, filhas de um segundo casamento do velho José Rodrigues da Rocha. Segundo Borges, existe a cadeira Arthur Rocha na Academia Brasileira de Letras.

Dramaturgo, ator, comediógrafo, contista, cronista, poeta, crítico social e jornalista. Foi um dos fundadores do Partenon Literário e integrou a diretoria da Sociedade Ensaios Literários (2º orador), em 1878. Pertenceu à Sociedade Dramática Particular Luso-Brasileira e ao Ginásio Dramático, ambos de

¹⁴ Nas informações relativas às peças deste autor adotamos uma convenção, que se encontra ao fim desta sessão.



Porto Alegre. Foi diretor de *O Artista* (1881-1888), em Rio Grande. Em Porto Alegre, fundou e dirigiu uma folha diária para os períodos eleitorais (que foi órgão de dissidência do Partido Liberal) e dirigiu o *Correio da Tarde*, cujo número inicial apareceu em 08 de novembro de 1877.

Além de seu verdadeiro nome, usou na imprensa também os pseudônimos K. Zeca e E. de Mendonça. Publicou na *Revista Mensal* e em vários outros periódicos de caráter literário e instrutivo, como *Álbum Semanal* (1872-?); *O Mosquito* (1874); *Revista Ensaios Literários* (1875-1877); *Álbum de Domingo* (1878-1879); e *Revista Literária* (1881).

Na opinião de Guilhermino Cesar (1956, p. 267) Arthur Rocha, “nada precioso, nada pedante, mas patenteando evidentes ressentimentos íntimos por suas condições de cor e de fortuna, deu vazão à sua sede de justiça e de paz social. Combateu a escravidão com a maior veemência, participou das lutas de seu povo, não se deixou ficar, egoisticamente, no seu sonho de arte”. Sobre a literatura dramática gaúcha do século XIX e o legado deixado para as gerações futuras, Cesar (1956, p. 391-392) é categórico: “o teatro oitocentista rio-grandense, que tivera auspicioso início, com Souza (sic) Bastos, terminou, assim, de modo magnífico, com um nome de alta categoria”. Esse nome é o do rio-grandino Arthur da Rocha.

Sua obra é composta pelas seguintes peças:

1) *O filho bastardo*, drama em três atos, de 1875. Peça de estreia do autor, de apenas 17 anos, “revelando-se de saída um vigoroso talento para o teatro” (13:163). Encenado pela S. D. P. Luso-Brasileira, no primeiro semestre de 1876 (13:163). Na sessão “Crônica”, da *Revista Mensal* (3ª série, setembro de 1877, n. 3, p. 72) consta: “No dia 8 a União Escolar representou, no salão da ‘Luso’, *O filho bastardo*, produção do talentoso rio-grandense Arthur Rocha”. O drama voltou à cena, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1883, 1886 e, finalmente, em 1888, em homenagem ao autor, morto em junho, aos 30 anos incompletos, na cidade de Rio Grande. Drama publicado, inicialmente, na *Revista da Sociedade Ensaios Literários*, n. 10 a 12, de jan a mar de 1876 (o IHG do RS possui exemplares desses dois números), e, depois, juntamente com o drama *O anjo do*



sacrifício e a comédia *Por causa de uma camélia ou Marido por meia hora* (Teatro de Arthur Rocha. Volume I. Porto Alegre: Oficinas do Jornal A Federação, 1876, p. 1-75).

2) *O anjo do sacrifício*, drama em três atos, 1876. Estreado no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, no segundo semestre de 1876 (13:163-4). Foi representado em Taquari, entre 1891/1905 (1:161) e, em Triunfo, no biênio 1910/1911 (1:172). O texto foi publicado, juntamente com o drama *O filho bastardo* e a comédia *Por causa de uma camélia ou Marido por meia hora* (Teatro de Arthur Rocha. Volume I. Porto Alegre: Oficinas do Jornal A Federação, 1876, p. 79-154).

3) *Por causa de uma camélia ou Marido por meia hora*, comédia em um ato, 1876. Representada, pela primeira vez, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, no 2º semestre de 1876 (13:164). Voltou à cena em 1881 (13:191), 1882 (13:196) e 1889 (13:242 e 14:38). A comédia foi publicada juntamente com os dramas *O filho bastardo* e *O anjo do sacrifício* (Teatro de Arthur Rocha. Volume I. Porto Alegre: Oficinas do Jornal A Federação, p. 155-182).

4) *José*, drama em três atos e prólogo, 1877 (4:98, 13:236 e 16:101). Foi representado diversas vezes em Porto Alegre: em 1878, pela S. D. P. Ginástica Dramática (13:178); em 1880, pela Luso-Brasileira (13:185); em 1882, pela Sociedade Grêmio Dramático (13:197); e, em 1890, pela recém fundada Sociedade Dramática Arthur Rocha (13:254). Voltaria à cena no Teatro São Pedro, em 1901 (14:58). Representado também em Taquari, entre 1891/1905 (1:161). Publicado originalmente na *Revista Mensal* do Partenon Literário (1879), o drama seria, posteriormente, publicado também em livro (Porto Alegre: Tipografia da *Deutsches Zeitung*, 1879, 64 p.).

5) *Lutar e vencer*, drama em cinco atos, 1877. Inédito (11:457). A revista *O Colibri* (Ano 1, n. 2, de 15 de abril de 1877) apresenta crítica da peça.

6) *O distraído* ou *O esquecido*, comédia em um ato, 1877 (4:98). Na sessão "Crônica", da *Revista Mensal* (3ª série, agosto de 1877, n. 2, p. 47), consta: "A União Escolar estreou no salão da Luso, com o drama *Segredos do coração*, trabalho do ilustre Sr. Sá e Brito, e a comédia *O esquecido*, do inteligente moço Sr.



Arthur Rocha". Lothar Hessel (1:72) esclarece que a comédia *O distraído* foi publicada sob o título *O esquecido*, na *Revista Mensal* (30 de agosto de 1877), por ocasião de sua estreia. Para Athos Damasceno (13:171), trata-se de uma "agradável e bem urdida peça em um ato". A comédia foi representada no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1877: "Os atores da União Escolar exibiram o drama em 3 atos – *Segredos do coração* – e a comédia do meu simpático E. de Mendonça – *O esquecido*" (*O Colibri*, n. 21, 02 de setembro de 1877, p. 7).

7) *Os filhos da viúva*, drama em quatro atos, 1881 (13:171). Para 4:98 e 16:101, o drama seria de 1882. Encenado, pela S. D. P. Luso-Brasileira, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em maio de 1882 (13:197) e em 1890 (13:254). Foi representado também em Rio Grande, na década de 1880. Publicado, juntamente com os dramas *Deus e a natureza* e *A filha da escrava*, em: *Teatro de Arthur Rocha*. Volume III. Porto Alegre: A Federação, s/d (provavelmente, editado em 1884), p. 3-88. A Biblioteca da UFRGS (Instituto de Artes) possui exemplar da edição.

8) *Deus e a natureza*, drama em quatro atos, 1882 (4:98 e 11:457). O drama foi representado, no Teatro São Pedro, em 1883 (13:199), 1890 (13:254), 1898 (13:301) e 1899 (13:310). Representado também em Triunfo, em 1883 (1:170), e no Teatro de Exposição do Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1908 (9:88). Publicado, juntamente com os dramas *Os filhos da viúva* e *A filha da escrava*, em: *Teatro de Arthur Rocha*. Volume III. Porto Alegre: A Federação, s/d (provavelmente, editado em 1884), p. 89-136. A Biblioteca da UFRGS (Instituto de Artes) possui exemplar da edição.

9) *A filha da escrava*, drama abolicionista em três atos, 1883 (11:457). Representado no Teatro São Luís, em 20 de setembro de 1883 (11:457). Moacyr Flores (4:83-7) procede à análise da peça. Publicado, juntamente com os dramas *Os filhos da viúva* e *Deus e a natureza*, em: *Teatro de Arthur Rocha*. Volume III. Porto Alegre: A Federação, s/d (provavelmente, editado em 1884), p. 137-212. A Biblioteca da UFRGS (Instituto de Artes) possui exemplar da edição.



10) *Não faças aos outros...*, comédia, 1883 (4:98). Inédita. Em 11:457, sem data. Athos Damasceno (13:236) diz tratar-se de *Vaudeville*, de 1883.

11) *Uma cena do futuro*, cena dramática, 1884. Representada no Teatro São Pedro, de Porto Alegre em 1885 (13:220). Pery Borges (1961, p. 3-16) informa que a peça foi publicada em Porto Alegre: Oficinas do Jornal do Comércio, 1884; e que se trata de uma cena teatral em versos, que fala da luta pela emancipação dos escravos.

2. BOAVENTURA SOARES

Segundo Pedro Leite Villas-Bôas (1974, p. 486-7), Boaventura Soares nasceu em Pelotas, em 4 de agosto de 1854, e faleceu na mesma cidade, em 28 de julho de 1897. Ator e dramaturgo, teve apenas uma peça publicada: *Um fruto da escravidão*, drama em quatro atos, representado pela Sociedade Dramática Emancipadora Rio-Grandense, em Porto Alegre, em 1883. Ari Martins (1978, p. 555) informa que a peça foi também representada em Pelotas, pela Sociedade Dramática Particular João Caetano, no mesmo ano. O drama foi publicado em Porto Alegre: Tipografia da Livraria Americana, 1884, 89 p. O Acervo Júlio Petersen, da Biblioteca Central da PUCRS, possui o único exemplar localizado dessa peça.

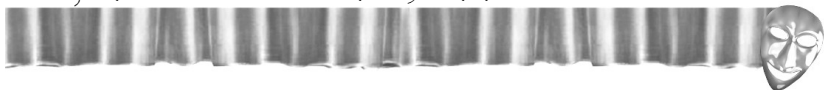
3. APPARÍCIO MARIENSE

Apparício Mariense da Silva nasceu em São Borja, em 30 de maio de 1856, e morreu na mesma cidade, em 4 de maio de 1910 (J. Galante de Sousa, 1960, p. 498). Jornalista, poeta, dramaturgo, membro da maçonaria, abolicionista, propagandista republicano e político atuante, foi intendente de seu município natal, deputado à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, em 1891, e deputado federal em duas legislaturas. Mas já como vereador alcançara renome nacional, fazendo, inclusive, com que os republicanos gaúchos ficassem conhecidos nacionalmente, devido a uma moção aprovada pelo Conselho Municipal de São Borja (que tinha apenas um republicano entre seus componentes: o vereador Apparício Mariense).



A referida moção foi apresentada por ele à Câmara de Vereadores de São Borja, em 13 de janeiro de 1888, para que fosse convocado um plebiscito em todo o País, por intermédio das câmaras de vereadores. A finalidade era saber se o Terceiro Reinado seria aceito com a princesa Isabel. A moção foi aprovada, com a comunicação para as demais câmaras. O movimento tomou vulto em todo o País. Apparício Mariense da Silva e todos os que aprovaram a moção tiveram seus mandatos cassados. Posteriormente, a justiça os reintegrou e isso deu ainda maior força ao Movimento Republicano (José Luiz Silveira, 2000, p. 111-112).

A obra teatral de Apparício Mariense se resume no drama em um prólogo e três atos *O filho duma escrava*, de 1882. Os historiadores Lothar Hessel & George Raeders (1986, p. 59-62) e Moacyr Flores (1995, p. 75) procedem à análise da peça, publicada em Cruz Alta (Tipografia da Descentralização, 1882), com “um único fim: aplicar o produto que resultar em benefício da escravatura”. O Acervo Júlio Petersen, da Biblioteca Central da PUCRS, possui exemplar da edição.



Para não repetirmos os nomes dos autores-fonte nas notas, adotamos a seguinte convenção:

1. HESSEL, Lothar (1999).
2. PEIXOTO, Fernando (1993).
3. HESSEL, Lothar & RAEDERS, Georges (1979).
4. FLORES, Moacyr (1995).
5. CESAR, Guilhermino (1956).
6. SANTO, Qorpo (1998).
7. COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de (2001).
8. KILPP, Suzana (1987).
9. SILVA, Lafayette (1938).
10. MARTINS, Ari (1978).
11. SOUSA, J. Galante de (1960).
12. PEQUENO *dicionário do Rio Grande do Sul* (1999).
13. DAMASCENO, Athos (1956).
14. DAMASCENO, Athos, CESAR, Guilhermino et alii (1975).
15. GOLIN, Cida, CESAR, Guilhermino et alii (1989).
16. BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (1997).
17. TORRES, Joaquim Alves (1989).
18. FORTES, Betty Y. B. Borges (1998).
19. HESSEL, Lothar & RAEDERS, Georges (1986).
20. VILAS-BÔAS, Pedro Leite & MARTINS, Ari (1968).
21. VILLAS-BÔAS, Pedro Leite (1978).
22. HESSEL, Lothar, VILLAS-BÔAS, Pedro Leite et alii (1976).
23. FISCHER, Antenor (2007).

Exemplo: 4:78 = FLORES, Moacyr, 1995, p. 78.

As informações bibliográficas completas, relativas às obras que figuram na convenção acima, encontram-se no espaço apropriado, no fim deste volume.



A FILHA DA ESCRAVA

Drama abolicionista em três atos
de
Arthur Rocha

PORTO ALEGRE
Teatro de Arthur Rocha
Tipografia da Federação

1884¹⁵

¹⁵ *A filha da escrava* foi publicado, juntamente com os dramas *Os filhos da viúva e Deus e a natureza*, em *Teatro de Arthur Rocha*. Volume III. Porto Alegre: A Federação, s/d (provavelmente, editado em 1884), p. 137-212. Segundo J. Galante de Sousa (1960, p. 457), a peça foi representada no Teatro São Luís, em 20 de setembro de 1883. A Biblioteca do Instituto de Artes da UFRGS possui exemplar da edição.



PERSONAGENS

ATAÍDE

CARLOS

LOURENÇO (filho de Ataíde)

D. ANA (mulher de Ataíde)

ELVIRA

ERSILIA

BERNARDO (agiota)

UM POLICIAL

Ação – na Província.

Época – atualidade.



ATO I

O teatro representa uma sala confortável, mas sem luxo.

Cena I

D. ANA, ATAÍDE e CARLOS.

CARLOS – Já lhes disse o que fiz durante a minha longa viagem: narrei-lhes miudamente os acontecimentos que mais me impressionaram e reproduzi-lhes tanto quanto pude, *au naturel*, as indescritíveis belezas com que deparei[,] desde que saí desta boa terra até chegar àquela em que os soberanos são filhos do sol. Agora é justo que vocês me digam o que houve por aqui.

ATAÍDE – Nada que tu não saibas ou que possas estranhar. Muitas mudanças ministeriais, em prejuízo do progresso do país; muita palavra e pouco trabalho útil – eis tudo.

CARLOS – Se é só isso é, com efeito, muito pouco o velho. Porém, vocês, o que têm feito?

ATAÍDE – Nós? Nada. Temos continuado a viver como o permitem os recursos de que podemos dispor.

D. ANA – Sim. Vamos indo como Deus é servido...

CARLOS – E... Lourenço já sentou a cabeça? (*Compreendendo que a sua pergunta produziu embaraço*). Vamos!... Se lhes não mereço mais a confiança de outrora, retiro a pergunta.

D. ANA – Oh! Compadre!...

CARLOS – Pois é: se vocês entendem que eu não tenho o direito de saber como se porta o meu afilhado, então...

ATAÍDE – Não, Carlos... É que... Realmente... Nos é penoso ter de confessar-te que... Lourenço...

CARLOS – Ora, estás para aí a mastigar[,] há uma hora[,] para dizer-me, a mim que acabo de chegar de uma viagem de sete anos, o que eu já sei.

D. ANA – Como[,] sabe?!...

CARLOS – Calculo. Vocês querem dizer-me[,] naturalmente[,] que o Lourenço está cada vez pior.

ATAÍDE – É isso mesmo, infelizmente...

CARLOS – E a sua filha, a *Xinoca*, já morreu ou...

D. ANA (*olhando para os lados*) – Está conosco. Cada vez mais linda! Há de vê-la...

CARLOS – E a mãe?!

ATAÍDE – Essa também cá está...

CARLOS – Forra, naturalmente...

ATAÍDE (*constrangido*) – Não, cativa ainda.

CARLOS (*levantando-se*) – Cativa!...



ATAÍDE – Sim; menos por nossa vontade do que por força de certas circunstâncias, que mais tarde detidamente te explicarei.

CARLOS – Hum!... O que me está parecendo é que[,] na minha ausência[,] vocês tem feito por aqui muita asneira, que oxalá não me leve a romper com uma amizade de 40 anos!...

D. ANA – Quando souber da verdade, o compadre há de até louvar o nosso procedimento.

CARLOS – Assim seja...

Cena II

OS MESMOS e ERSILIA.

ERSILIA (*entrando*) – Vovó! Vovó!...

D. ANA – Que é, querida?...

ERSILIA – Olhe; quer saber de uma coisa muito interessante?... Eu estava[,] agora... (*Reparando em Carlos, para enleada e diz baixo à avó*). Quem é este homem, *vósinha*?

CARLOS (*que ouvira a pergunta*) – É um amigo da casa, *sinhá*; que a acha muito bonita, e que solicita a permissão de dar-lhe um beijo. Concede?

ERSILIA (*entre tímida e vergonhosa*) – Se a vovó mandar...

D. ANA – Vai, minha filha, beija o padrinho de teu pai.

ERSILIA – O padrinho de *papá*!!... (*Correndo a ele e beijando-o*). Então[,] deve tê-lo visto, não?... Aquele mau, sabe? Olhe: há muitos dias que não me vem ver...

ATAÍDE (*constrangido*) – Tem estado fora, minha filha; há de voltar...

CARLOS – Então, a menina gosta muito de seu pai?

ERSILIA (*com ingênua admiração*) – Ué! Gente! Pois pode haver alguma filha que não goste de seu pai?

CARLOS (*tomando-a no colo e beijando-a de novo*) – Anjo!...

ATAÍDE (*com um suspiro*) – Um anjo, sim... Esta criança, Carlos, é o raio de sol brilhante, a cujo calor aquecemos os gelos da nossa velhice. Ana que te diga o amor que lhe temos.

D. ANA – Já não é amor, compadre: é idolatria!

ERSILIA – Eu também os amo muito, porque são muito bons para mim. Mas[,] às vezes[,] me zango e quase que lhes fico querendo mal...

CARLOS – Sim?... E então[,] quando é que isso sucede?

ERSILIA – É quando lhes falo da minha *mamã*. O senhor devia tê-la conhecido, não?

CARLOS – Se a conheci!?... Tanto como às... (*Atentando para Ana e Ataíde[,] que lhe fazem repetidos sinais*). Não... Não cheguei a conhecê-la.

ERSILIA (*descendo-lhe do colo*) – Também o senhor!?! É sempre assim... São todos os mesmos! Em eu lhes falando de *mamã*... (*olhando em torno e reparando no constrangimento de todos*) ficam como se houvesse caído um raio em casa... (*Entristece*).



ATAÍDE – Não é, minha filha; é que... Sim... É tormentoso estar todo o dia a recordar uma pessoa que nos era cara e... que já não existe!!...

CARLOS (*atônito, e sem compreender nada do que se passa*) – Não existe!!

ATAÍDE (*baixo*) – Cala-te, por Deus...

ERSILIA (*que não tem perdido nem o gesto admirativo de Carlos nem as palavras que Ataíde lhe murmurara ao ouvido: fica por instantes pensativa e vai[,] a pouco e pouco[,] modificando a sua fisionomia, de uma expressão de tristeza acentuada para um sorriso de esperançosa alegria. No espaço desta transição, deve passar-se a seguinte contra-cena*).

CARLOS – Não entendo...

D. ANA – Ia comprometendo a nossa obra de oito anos...

CARLOS – Mas, então, esta menina não sabe de quem nasceu?...

ATAÍDE – Psiu!... Silêncio. Não, não sabe; agora conversaremos.

CARLOS – Mas isso é...

D. ANA – Oh! Cale-se, por Deus lho peço...

CARLOS – Bem, bem... Já estou calado. (*Fica-se a cismar*).

ERSILIA (*dirigindo-se à avó*) – Está bom... Esqueçam o que eu disse, e ouçam o que eu vinha lhes contar.

ATAÍDE (*a Ana*) – Vai com Ersilia até a varanda, onde lhe ouvirás a sua história, enquanto eu trato com Carlos de um assunto particular.

ERSILIA – Ah! Está correndo com a sua filhinha?

ATAÍDE – Não, meu anjo, é que se faz tarde, e eu careço de não perder tempo. (*Beija-a na frente. Ana e Ersilia saem*).

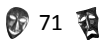
Cena III

CARLOS e ATAÍDE.

CARLOS – Passam-se aqui coisas bem extraordinárias, Ataíde! És um amigo a quem me acostumei a respeitar desde a infância. O teu carácter inspirou-me sempre a mais cega confiança. Deixei-te, há sete anos, quando empreendi essa louca viagem[,] a que me levou a minha desmedida ambição de conhecer o mundo e os homens[,] no seio de uma abastança que prometia transformar-se dentro em breve em sólida fortuna; e venho encontrar-te, chegando hoje de improviso à tua porta, num estado que indica menos do que mediania suportável... Deparo com uma gentilíssima criança, que é filha de uma escrava[,] que dizes viver nesta casa, e verifico que essa criança ignora quem é sua mãe... Falo-te de teu filho e respondes-me por monossílabos... Em tuas cartas[,] nunca te queixastes de nenhum revés... Portanto, Ataíde, se ainda me consideras teu amigo[,] explica-me estes mistérios.

ATAÍDE – Sim, Carlos, a isso me proponho. Serei tão breve quanto mo permitir o muito que tenho a dizer-te, porque, como compreendes, é doloroso revolver feridas que ainda sangram.

CARLOS – Eu te escuto. (*Sentam-se*).





ATAÍDE – Sabes quanto tenho sido infeliz com meu filho Lourenço. Como antes de tua partida, tem sido até hoje impossível detê-lo no rápido declive que conduz do vício ao crime. Sabes que, na esperança de ver se, arredando-o das seduções da Capital, e dos maus centros em que a mocidade de hoje se perverte, conseguia fazê-lo retroceder do errado caminho em que ia, mandei-o para a minha *estância*, onde arranjou o funesto concubinato de que veio a nascer Ersília. Para arrancá-lo dos braços dessa mulata, por quem desastradamente se deixara prender, foi mister sustentar uma nova luta; e o remédio[,] que então me ocorreu[,] foi mandá-lo para a Corte, na ingênua persuasão de que a distância traria forçosamente o esquecimento.

CARLOS – Mal pensado. Mas, adiante...

ATAÍDE – Mal pensado, dizes bem. As consequências foram que o Rio de Janeiro, com todo o seu cortejo de enervante civilização, foi para o meu desgraçado filho o último golpe. Os teatros, os hotéis, as mulheres e o jogo acabaram a obra que Porto Alegre tinha apenas começado; e para fazê-lo regressar de novo a esta terra e solver todos os compromissos que, em suas desatinadas correrias, havia contraído[,] foi-me necessário vender a *estância*, onde me decorreram suaves os dias da infância, e onde cada construção, cada árvore, cada arroio, cada montículo de terra, cada vestígio de roçado, cada tronco pendido pelo furor do vendaval, me recordava uma cena do passado ou me evocava uma lembrança da família. Vendi a herança de meus pais...

CARLOS – E nada disto me mandaste contar!

ATAÍDE – E o que adiantava a minha queixa? Primeiro morreria do que me lembrasse de pedir a um amigo, direta ou indiretamente, recursos para pagar as dívidas contraídas por meu filho, na libertinagem e no jogo. Ao desfazer-me, porém, da *estância*, falou em meu coração não sei que incógnito sentimento, que me impelia a excluir[,] do número dos escravos por vender[,] a mulata Elvira e sua filha, que apenas contava oito meses. Nascera quatro meses depois da partida de Lourenço, que gastou, na corte, apenas um ano em malbaratar o seu próprio patrimônio.

CARLOS – E depois?

ATAÍDE – Uma vez em nossa casa a mulata e sua filha, que era realmente adorável, minha mulher, essa pobre Ana, que, no lugar do coração, tem apenas uma inesgotável – cornucópia¹⁶ de bondades, afeiçoou-se de tal modo a Ersília, que era impossível excedê-la, no amor que consagrava à pequena. Como é bem de ver, apesar dos meus escrúpulos e da repugnância com que eu encarava esse fruto dos amores desmoralizados de meu filho com sua própria escrava, fui cedendo, e dentro em pouco os encantos da criança, as suas graças, a sua vivacidade, entraram-me pelo coração adentro[,] como um raio de sol bom e consolador penetra, em manhãs frias, por

¹⁶ Vaso coniforme que se representa cheio de flores e frutos.



uma janela aberta. Então eu e Ana fomos nos acostumando a considerá-la filha, e as esperanças tristemente desiludidas de que fora depositário o nosso Lourenço, como que reviveram naquela criança[,] que apenas entrava na vida.

CARLOS – Começo a compreender...

ATAÍDE – Pois bem, Carlos; me dispensarás, então[,] de certos detalhes fastidiosos. Um dia[,] chamamos a mulata e dissemos-lhe: – Queres que te perdemos e que façamos a felicidade de tua filha?... É preciso, para isso[,] que[,] de hoje em diante[,] renunciés inteiramente a todos os teus direitos de mãe. Nem só nunca a chamarás sua filha como[,] mesmo[,] procurarás esquecer-te de que és sua mãe. – A escrava tinha coração, Carlos, e resistiu!... Sentia muito amor por sua filha[,] para se consolar com a ideia de trocar os direitos que a natureza lhe dera, pela felicidade da criança que nascera de seu ventre. Fiz-lhe[,] então[,] ver as vantagens do sacrifício que lhe fora exigido; perfilharíamos Ersilia; ela entraria na sociedade cercada de apreços e considerações[,] que nunca seriam tributadas a uma *ingênuo!*... Com tal calor falei, Carlos, que, estou convencido, já não era o amor desinteressado que me inspirava: era o vínculo do sangue que me induzia a arrancar[,] da frente de minha neta, o estigma de vergonha que o nascimento lhe estampara. Disse-lhe afinal: dar-te-emos a liberdade e irás viver longe daqui[,] tranquila e sossegada. A mulata cedeu, é certo; mas pedindo de joelhos que não a libertassem, pois ela queria ter, ao menos, a suprema dita de viver ao lado de sua filha, e servi-la como se fora sua escrava.

CARLOS (*comovido*) – Ah! A escravidão!... A escravidão!...

ATAÍDE – E[,] desde então[,] a mãe passou a ser simplesmente – *ama de leite* de sua própria filha, a quem cuidadosamente se tem ocultado o segredo de seu nascimento.

CARLOS – E Lourenço?

ATAÍDE – Lourenço! Esse infeliz continua na sua vida desordenada, e é com a ameaça de revelar a Ersilia o segredo de seu nascimento que tem acabado de arruinar-me...

CARLOS – Pois quê! Estás totalmente arruinado?

ATAÍDE – O último bem de raiz que me restava, vendi-o ontem, para arrancar meu filho da cadeia, onde estava por crime...

CARLOS – Por crime de?...

ATAÍDE – De roubo. (*Esconde o rosto entre as mãos e deixa-se cair na cadeira*).

CARLOS – Desditoso amigo!...

ATAÍDE – É verdade... Aí tens: obrigo essa mulata, essa pobre mártir[,] a servir como criada à própria filha, na intenção de furtar a criança à vergonha de ouvir um dia dizerem-lhe que sua mãe fora escrava. – Mas quem impedirá[,] agora[,] que um dia lhe digam que seu pai foi um ladrão?!

CARLOS – Assim é. É esse o castigo de teu erro.



ATAÍDE – De meu erro!?

CARLOS – Sim: de teu erro. Esse sacrifício que exigiste da desventurada Elvira é simplesmente sobre-humano. Atendeste apenas ao egoístico sentimento de salvar da vergonha o sangue do teu sangue. Aí tens o castigo: não o podes salvar agora da desonra! No fim de contas, obrigando essa infeliz mãe a recalcar no fundo da alma toda a grandeza do amor que consagra ao fruto de suas entranhas; forçando-a esconder da filha os tesouros de afetos que encerra o seu coração; ferindo de morte àquela criatura com a angústia deste martírio que lhe impuseste, o que lucraste? Salvar Ersília das garras do preconceito. Evitar que se soubesse que nascera de ventre escravo!... Mas a escravidão, se é um crime, o réu não é o escravo e[,] sim[,] o senhor; e a vergonha que resulta desse crime não deve sensatamente recair sobre a vítima e[,] sim[,] sobre o algoz. Tu, porém, deixaste-te arrastar pelo estúpido preconceito, e enquanto[,] por um lado[,] procuras lavar da fronte da criança a nódoa criminosa que tu mesmo lhe puseste, porque tinhas escravos, sabendo que possuí-los é crime, a sociedade[,] por outro[,] gravava-lhe no mesmo lugar o estigma da vergonha de ser filha de um... ladrão! E esse é[,] sem dúvida[,] muito pior; porque a hereditariedade nas raças é uma verdade que a ciência constata e os filhos são presumíveis herdeiros dos vícios dos seus pais.

ATAÍDE – Basta de exprobrações!¹⁷ Bem as mereço; mas olha que eu tenho sofrido muito!... Já agora é o teu silêncio que eu exijo.

CARLOS – Serei mudo; mas preciso não ser testemunha dos sofrimentos dessa pobre mãe; porque, então, não responderia por mim.

ATAÍDE – Vem gente.

CARLOS – É Ersília[,] que para aqui se dirige.

Cena IV

OS MESMOS e ERSÍLIA.

ERSÍLIA – Vovô: aquele homem que veio ontem com aqueles papéis está aí, e quer lhe falar.

ATAÍDE – É o meu procurador, que vem trazer-me o produto da venda dos campos de Taquari. Espera-me aqui; volto já, e vou com a tua promessa.

CARLOS – Descansa.

ATAÍDE – Não me farei esperar. (Sai).

Cena V

CARLOS e ERSÍLIA.

ERSÍLIA – A *vósinha* esteve me contando, que o senhor viajou todo o mundo... É verdade?

¹⁷ Censuras. Na edição original, “exprobrações”.



CARLOS – É, sim, minha pequena.

ERSILIA – Então, o senhor deve saber muito...

CARLOS – Por quê?...

ERSILIA – Ora, porque tem visto muitas coisas... E eu leio sempre[,] nos livros do vovô[,] que as viagens instruem.

CARLOS – Ah! A menina já lê?...

ERSILIA – Pois[,] então?... A *vósinha* sempre me diz que eu estou ficando uma moça e que preciso aprender[,] para não me envergonhar depois, quando eu for grande e frequentar a sociedade...

CARLOS – Faz bem, Ersilia; o melhor enfeite de uma moça é a instrução.

ERSILIA – Olhe; o senhor sabe de uma coisa?... Eu já gostava do senhor... Mas[,] agora[,] ainda eu gosto mais.

CARLOS – Sim?! E por quê?

ERSILIA – Porque o senhor há de ter muitos livros de histórias e há de me dar[,] pra eu ler, não é?

CARLOS – Decerto. Tudo que a menina quiser.

ERSILIA – Eu gosto de histórias tristes, quando tem uma mãe que perde o seu filho... e sofre, sofre muito[,] até que um dia encontra-o e fica outra vez contente. Eu choro[,] também; mas depois sinto tanto prazer quando mãe e filho se abraçam[,] que nem o senhor sabe!

CARLOS (*comovido*) – Sei, sim, meu anjo.

ERSILIA – É tão bom a gente ter uma mãe, não é?... Eu vejo sempre as outras meninas dizerem: *mamãe está me chamando; mamãe me deu doces; mamãe foi passear, e mamãe pra aqui, mamãe pra ali*, que até[,] às vezes[,] eu choro com inveja delas.

CARLOS – Chora?...

ERSILIA – Choro, sim... Porque eu não tenho mãe, sabe?... Nunca a conheci. Tenho só a *vósinha*, que é muito boa e me quer muito; mas não é minha mãe, e eu queria ter mãe... (*Vendo que Carlos enxuga furtivamente uma lágrima*). O senhor está chorando? Também não tem mãe?

CARLOS – Tive-a; mas morreu...

ERSILIA – É: o vovô e a *vósinha* sempre me estão a dizer que a minha *mamã* que morreu, e não sei que mais... Mas o senhor quer que eu lhe diga uma coisa?... (*Vai espreitar às portas e volta[,] confidencialmente*). Eu não acredito.

CARLOS (*com assombro*) – Não acredita?!

ERSILIA – Não.

CARLOS – E por quê?

ERSILIA – Porque, às vezes[,] eu me lembro que[,] quando era pequenina, pequenina assim (*faz o tamanho com a mão*), havia uma mulher que me chamava filha. Parecia-me[,] também[,] que essa mulher era a Elvira; mas a Elvira me disse que[,] às vezes[,] ela me chamava *filha* por ser quem me dava de mamar, mas que a minha *mamã* tinha morrido!...



CARLOS – Ela disse isto?

ERSILIA – Disse, sim... O senhor está pensando que é mentira minha?... Pergunte a ela. E fui eu[,] então[,] perguntei por que era que não continuava a chamar-me – *filha*, e ela me respondeu que ela era mulata e que eu era branca, e que vovô e a *vósinha* não haviam de gostar disso; e que, além de tudo, era escrava e não podia chamar filha à sua *nhãnhã*.

CARLOS – Elvira disse isto?!

ERSILIA – Elvira! Então o senhor também a conhece?

CARLOS – Não... Mas sei-lhe o nome.

ERSILIA – E então, como eu gosto muito dela, e ela gosta de mim, porque foi quem me criou, eu pedi-lhe que[,] quando estivéssemos sós, ele me chamasse filha.

CARLOS – E ela?...

ERSILIA – Nunca chamou. Olhe: eu[,] pra mexer com ela[,] a chamo às vezes de *mamã* Elvira... Ih! Ela fica zangada e me pede que eu não diga isso; e como eu percebo que nem a *vósinha* nem o vovô gostam também que eu a trate de mãe, eu não chamo mais. O senhor não acha que não fazia mal nenhum? Pois se a minha *mamã* morreu, e Elvira foi quem me criou, foi ela quem me deu a vida, e[,] portanto[,] é minha mãe de criação, não é?

CARLOS – Sem dúvida. E seu pai?

ERSILIA – Ah! Esse é muito ingrato... Já faz uma porção de dias que não vem me ver. Passam-se[,] às vezes[,] meses que ele não aparece. O vovô diz que é porque ele anda ocupado. Mas um pai que ama sua filha deve sempre escrever-lhe[,] ao menos; mas o *papá* nunca escreve nem à *vósinha*.

CARLOS – E ele[,] quando está com a menina[,] a trata bem?

ERSILIA (*confusa*) – Ele?!... Bem?...

CARLOS – Sim; dá-lhe muitos abraços e beijos; faz-lhe muitas festas, e traz-lhe muitos presentes?...

ERSILIA (*olhando para os lados*) – Às vezes, ele... está muito zangado; quer me bater... Então[,] eu fico com medo; tenho vontade de correr, mas, me lembrando que tão poucas vezes o vejo, suporto tudo...

CARLOS – E ama-o muito?...

ERSILIA – Oh! Muito!...

CARLOS (*abraçando-a*) – Sabes, Ersilia?... És um anjo!... (*Beija-a repetidas vezes e deixa-a bruscamente[,] para limpar as lágrimas*).

Cena VI

OS MESMOS e ATAÍDE

ATAÍDE (*entrando, e vendo Carlos a chorar, diz-lhe baixo*) – Choras?... Terás acaso traído o meu segredo?



CARLOS – Não. Mas dou-te minha palavra de honra que se não vens tão depressa, ele saltava-me pela boca fora. Aquela criança fez-me chorar... E eu... nunca choro.

ATAÍDE – Obrigado. (A *Ersilia*). Vai dizer à *vósinha* que mande as chaves da gaveta da cômoda.

ERSILIA – Sim, vovô. (A *Carlos*). O senhor não vai sair já?

CARLOS – Não; ainda me demoro.

ERSILIA – Então, até logo. (*Sai*).

Cena VII

ATAÍDE, CARLOS, depois ELVIRA.

ATAÍDE – Demorei-me mais do que queria. Foi-me mister concluir de vez com o negócio. Aqui tens tu 3.000\$, últimos restos de minha abastança, que vão passar[,] amanhã[,] às mãos de um miserável agiota, que, a muito custo, e a alto juro, me emprestou a quantia necessária para arrancar Lourenço da cadeia.

CARLOS – E agora[,] do que vais viver?

ATAÍDE – Trabalharei[,] enquanto tiver forças; quando elas me abandonarem, estenderei a mão[,] para pedir uma esmola.

CARLOS – Mas antes disso[,] te lembrarás de que tens um amigo... Não é assim?

ATAÍDE (*depois de[,] enternecido[,] contemplar a Carlos*) – Ah!... Felizmente ainda te tenho a ti!

ELVIRA (*entrando*) – Aqui estão as chaves que *sinhá* mandou. (*Vendo Carlos*). Benção, meu *sinhô*.

CARLOS (*evitando vê-la*) – Adeus...

ELVIRA – *Sinhô* já não me conhece.

CARLOS – Conheço-te, sim... Estás boa?

ELVIRA – Boa, sim *sinhô*... E meu *sinhô* como se foi de viagem?

CARLOS – Bem.

ELVIRA – Está gordo!...

ATAÍDE – Toma. Leva este dinheiro e guarda-o na gaveta da cômoda. A pequena, do lado esquerdo. A chave é essa mais pequenina do molho.

ELVIRA – Sim, *sinhô*. (*Sai*)

CARLOS – Mártir!... Santa!...

Cena Última

OS MESMOS, D. ANA, ERSILIA e depois ELVIRA.

D. ANA – Para que querias as chaves?

ATAÍDE – Para guardar uma coisa. Já Elvira foi.

CARLOS – Bem; e eu vou dar umas voltas.

ATAÍDE – Esperamos-te para jantar.



ELVIRA (*entra*) – Já guardei. Aqui estão as chaves.
ATAÍDE – Dá-as à tua senhora. (*Elvira obedece*).
ELVIRA – *Sinhô* não quer mais nada?
ATAÍDE – O Carlos janta conosco; escuso dizer-te que hoje, mais que nunca, precisamos dos teus bons officios...
ELVIRA – Sim, *sinhô*. (*Sai*).
CARLOS (*à porta*) – Então, até às quatro.
ERSILIA – Vai sem me dar um beijo?...
CARLOS (*voltando*) – Oh! Não... (*Beija-a*).
ERSILIA – Olhe os livros...
CARLOS – Não me esquecerei.
ERSILIA – Eu gosto das histórias tristes... Sabe?
CARLOS – Sei: vou trazer-lhe uma que se chama *A órfã*.
ERSILIA – Não. Antes uma que se chame *A filha*.
CARLOS – Por quê?
ERSILIA – Porque um livro que se chama – *A órfã* dá ideia de uma filha que não tem mãe, e eu gosto das histórias em que todas as filhas têm mães!

FIM DO PRIMEIRO ATO.



ATO II

A cena representa um jardim. À D. do espectador[,] vê-se uma parte da casa de moradia com duas janelas, uma lateral e outra para o espectador, ficando invisível a porta de comunicação com o jardim. Ao levantar o pano[,] estão Ataíde, D. Ana e Carlos sentados em cadeiras[,] ao lado da casa, tomando café. Ersilia lê um livro[,] a um canto do jardim. Vai escurecendo[,] a pouco e pouco, de modo que no fim da 1ª cena seja já noite cerrada. Pela janela que deita para o espectador[,] se vê uma cômoda que tem em cima uma imagem, à qual, a tempo, Elvira vem acender uma vela.

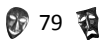
Cena I

D. ANA, ERSILIA, ATAÍDE e CARLOS.

ATAÍDE – É um problema difícil esse, Carlos, de cuja solução depende talvez a tranquilidade da grande família brasileira. A substituição do braço escravo pelo braço livre é questão que entende diretamente com os grandes interesses da lavoura; e, se é verdade que vivemos em um país essencialmente agrícola, ele não pode deixar de ser afetado prejudicialmente pela transformação. Eis aí porque, em vez de abolicionista, sou simplesmente emancipador, e entendo que a lei de 28 de setembro de 1871 é o melhor e o mais seguro passo para a extinção pacífica e gradativa da escravatura.

CARLOS – É essa a teoria dos medrosos e daqueles que tem em pouca conta o progresso real do país. A transformação do trabalho livre há de fazer-se fatalmente[,] mais tarde ou mais cedo, e sem comoções sensíveis, porque não é crível que os hábitos de trabalho, adquiridos pelo homem, na sua condição de escravo, sejam completamente esquecidos por ele, na sua condição de livre. O escravo que se habituou a trabalhar para o senhor, quando livre[,] há de forçosamente desejar trabalhar para si. Se, porventura, uma razão de repugnância se interpuser entre o senhor e o escravo, tornados repentinamente iguais perante a lei, como já o eram perante a consciência e o direito, os escravos terão o cuidado de revezar-se, e o que foi de Pedro passará naturalmente a trabalhar na lavoura de Paulo, onde por muito escrúpulo que possa haver, não existirá certamente entre eles a recordação dolorosa dos despeitos e ódios pessoais, que muito naturalmente se estabelecem entre o possuidor e a coisa possuída. A escravidão é um abuso, é uma extorsão, é um roubo?... Pois esse abuso que cesse; essa extorsão que pare; esse roubo que acabe. A escravidão é um crime, mas um crime que não pode ser punido; tem de ser esmagado. Contemporizar com ele e deixá-lo por mais tempo produzir os seus funestos efeitos é covardia mais criminosa ainda. Força é, pois, extingui-lo, e[,] por isso, em vez de emancipador, sou simplesmente – abolicionista!

ATAÍDE – Ideias europeias!...





CARLOS (*exaltando-se*) – Não! Ideias honestas, porque repelem o pensamento canalha daqueles que não se envergonham de possuir como escravos os seus próprios irmãos! Não são ideias europeias: são as ideias que o grande filósofo do cristianismo pregou aos povos, quando lhes ensinava, pelo exemplo, que amassem ao próximo como a si mesmos; são as ideias da civilização: vieram como a humanitária divisa da Democracia Moderna e hão de levar de vencida os inimigos da igualdade social. E quando, por sobre os destroços do passado, ruído pelo braço atlético do Direito, se levantar impertérrito¹⁸ e duradouro o grande templo da liberdade nacional; quando, no levante político do país[,] surgir o grande sol reparador, cujos raios hão de apagar de nossa bandeira os vestígios sangrentos da escravidão; quando[,] por sobre o oceano das misérias do passado e do presente, sobrenadar vigorosamente a homérica figura da Justiça do futuro, apontando[,] de um lado[,] para os infames escravocratas e[,] de outro[,] para os generosos libertadores, então, sim... Então, o nosso velho Brasil poderá ser considerado um país nobre, independente e digno de figurar no mapa das nações civilizadas!

ATAÍDE – Já o visconde do Rio Branco lhe deu bastante renome...

CARLOS – Rio Branco foi coerente com o seu *meio*[,] e não com as grandes inspirações de seu inexcedível patriotismo. Fez o que pôde, mas não fez o que queria. A lei de 28 de setembro é simplesmente monstruosa, se a estudarmos detidamente. Todos os efeitos precisam estar de harmonia com a sua causa, e devem ser considerados uma resultante lógica dessa mesma causa. O produto que desmente ou contradiz a sua espécie, não é um produto normal e perfeito: é simplesmente híbrido e, quiçá, monstruoso. Achas justo, achas decente, racional, lógico e honesto[,] que o ventre escravo produza gente livre? Não vês nesta lei[,] que emancipou o ventre, sem libertar a mulher, um princípio antissocial, e gerador de sentimentos maus? O escravo é, juridicamente, um bem semovente[,] como o cavalo, ou como o boi; e[,] assim, declarar livres os filhos da minha escrava é nada mais nem menos do que o equivalente a negar-me os direitos de propriedade sobre a criação do meu gado.

ATAÍDE – Há umas certas questões, Carlos, *positivamente práticas*, como eu as chamarei, que se não devem discutir no terreno da filosofia. (*Ersilia*[,] *atraída pela exaltação de Carlos*[,] *tem vindo colocar-se perto de Ana, mostrando-se muita atenta à conversação*).

CARLOS – Ah! Mas se isto que eu digo é filosofia[,] não é ao menos a declaratória filosofia do metafisicismo: é o raciocínio claro, límpido, profundamente lúcido do cérebro moderno, cujas ideias tendem ao aperfeiçoamento relativo da humanidade e combatem as tiranias e as infâmias que o passado adotou e as leis caducas da atualidade ainda sancionam e protegem. Se isto é filosofia, é a filosofia do direito, protestando contra o cativo do homem

¹⁸ Que não se aterroriza.



em sociedade e reclamando um povo livre na pátria livre! Se isto é filosofia, é a filosofia grandiosa do patriotismo, que se esforça por impedir que doravante possam os estrangeiros gabar-se de haverem comprado brasileiros! Se isto é filosofia, é a filosofia da verdade[,] que se empenha em conseguir que nenhum homem, nascido sob os esplendores deste céu e sobre a invejável riqueza deste solo americano, se envergonhe de proferir[,] na Europa culta[,] o nome de uma Nação, que é a sua Pátria, mas que ainda conserva nas suas leis e nos seus códigos a negra mancha da escravidão!...

ATAÍDE – Estás um verdadeiro agitador abolicionista! Consequências das viagens.

CARLOS – As viagens serviram, apenas, para mostrar-me, do paralelo a que sujeitei o meu país com os demais que visitei, que ainda há muito que fazer[,] para que possamos aspirar aos foros de povo civilizado. Queres, porém, que eu desça ao terreno prático? Pois bem: a lei de 28 de setembro vai ser[,] talvez daqui há bem poucos anos[,] a causa do aparecimento de uma geração de filhos que se não de envergonhar das próprias mães. A lei disse à mulher escrava: Vamos: concebe, multiplica à tua vontade a espécie humana: nós queremos braços livres, pouco nos importando que sejam honestos! Teu filho, quando crescer e se fizer homem, se não puder libertar-te, há de sofrer as angústias do mísero a quem poupassem a vida para assistir às torturas infligidas à sua própria mãe. Há de ver-te no eito, gotejando suor e sangue, acorrentada ao tronco, vergalhada¹⁹ pelo feitor, chagada, seviciada, ferida, martirizada[,] e não terá direitos de protestar contra isso, porque... tu és escrava! E então... Se teu filho, louco de dor e desespero, for ao teu senhor suplicar de joelhos que te poupe, ele há de maltratá-lo; e se a dignidade do homem, explodindo, puser nos lábios do insultado estas palavras: *Veja que eu sou um cidadão!* – O senhor lhe responderá: *E vê que a tua mãe é minha escrava!*

ATAÍDE – Com efeito! É horrível esse quadro!...

D. ANA – O compadre diz as coisas de uma tal maneira que até faz a gente chorar.

CARLOS – Como hão de os senhores tratar aos ingênuos²⁰? Como escravos? Não: seria indignidade[,] uma vez que são e nasceram livres. Como livres? Mas[,] neste caso[,] ver-se-á o senhor obrigado a colocar a mãe escrava na dependência do filho livre e a estabelecer uma superioridade repulsiva, que a natureza condena[,] por absurda. Em conclusão: esses ingênuos, essas crianças, a que estão[,] pois[,] destinadas? A corarem de vergonha quando se lembrarem de suas mães!

ERSÍLIA (*que, pouco a pouco[,] tem se exaltado com as palavras de Carlos, aparta-se do regaço de Ana e diz[,] com ingênua indignação e extraordinário*

¹⁹ Batida ou surrada com vergalho (chicote). Na edição original, “esvergalhada”.

²⁰ Filhos de escravas, nascidos após a lei da emancipação.



calor) – Os que assim procedessem não seriam dignos de ter uma mãe!... Pois eu sinto que, se fosse filha de uma escrava, bem longe de desprezá-la e envergonhar-me dela, teria orgulho de tomar-lhe a mão e, apresentando-a ao mundo inteiro, dizer-lhe: É cativa, mas é minha mãe!... Não é ela que deve corar da sua condição, e sim aqueles que a escravizaram. (*Todos têm se levantado e ouvem[,] com pasmo e comoção[,] as palavras de Ersília*). Bem vejo que é preciso não ter conhecido mãe[,] para saber o seu valor!... Pois eu declaro que meu maior desejo era ter uma mulher que, boa ou má, feia ou bonita, moça ou velha, livre ou escrava, eu pudesse abraçar com transporte, cobri-la de beijos e dizer-lhe de dentro da alma: – Amo-te! És minha mãe!...

CARLOS (*com transporte e correndo a abraçá-la*) – Oh! Se soubesses!...

ATAÍDE – Carlos!...

D. ANA (*súplice*) – Compadre!...

CARLOS (*refletindo e concluindo a frase*) – ... Como eu te amo!?...

ERSÍLIA – Eu também lhe quero muito, fique sabendo; e cada vez mais.

D. ANA – É noite cerrada. Vamos recolher-nos, sim?

CARLOS – Peça-lhes licença[,] para retirar-me daqui mesmo. Amanhã voltarei. A que horas estarás, Ataíde?

ATAÍDE – Não pretendo sair. Como sabes, tenho de esperar o indivíduo de quem[,] hoje pela manhã[,] te falei, para liquidar aquele negócio.

CARLOS – Escuso dizer-te que se precisares...

ATAÍDE (*apertando-lhe a mão*) – O que ontem recebi chega e sobra. Obrigadinho. (*Despedem-se*).

CARLOS – Ah! O meu chapéu[,] que deixei lá dentro.

D. ANA – Manda-se buscar.

CARLOS – Eu mesmo irei. (*Saem para o interior da casa*).

Cena II

ERSÍLIA, depois CARLOS.

(*Ersília fica acomodando as xícaras na bandeja, etc. Pequena pausa*).

CARLOS (*dentro*) – Sairei mesmo pelo jardim; fica-me mais perto. Até amanhã. (*Aparece*). Adeus, querida Ersília.

ERSÍLIA – Adeus, senhor Carlos. Olhe, deixei de ler o seu livro porque ficou escuro; mas agora, lá dentro, vou continuá-lo. É tão bonito!...

CARLOS – Leia-o, leia-o, Ersília, que há de gostar. (*Beijando-a*). Até amanhã.

ERSÍLIA – Não deixe de vir, heim?!... (*Carlos sai*).

Cena III

ERSÍLIA e ELVIRA.

ELVIRA – Sinhazinha. A sinhá velha mandou chamar.

ERSÍLIA – Vou já.

ELVIRA – Sinhazinha aqui, apanhando sereno, sem nada na cabeça!... Ora, isto assim não é bom...



ERSILIA – Não te zangas comigo, não?

ELVIRA – Zangar-me! Quem sou eu para zangar-me com vosmecê?

ERSILIA – Se começas a tratar-me assim, serei eu que me zangarei e[,] então...

ELVIRA – E então quê, sinhazinha?

ERSILIA – Passo a chamar-te mamãe Elvira...

ELVIRA – Por Deus!... Sinhazinha, cale-se; podem ouvir...

ERSILIA – E isso[,] que tem?

ELVIRA – Tem muito. Eu já lhe disse...

ERSILIA – Já me disse, sim... Mas eu[,] que te estimo muito (*abraça Elvira e sobe-lhe ao colo*), não quero saber destas coisas de escrava e senhor... Para mim[,] tu vales o mesmo que toda a gente, que é boa. O que eu quero de ti são as carícias que me fazes como ninguém; os beijos que me dás como ninguém, os cuidados que me dispensas como ninguém. Eu quero é o teu coração, o teu amor, os teus sorrisos, os teus conselhos... Sabes? E não pergunto o que tu és[,] nem indago o que eu sou. Sinto que te quero bem e sei que tu me adoras; é quanto me basta.

ELVIRA (*a rir e a chorar, cobrindo Ersilia de beijos*) – Ah! Sinhazinha!... Como vosmecê é boa!... (*Pondo a menina no chão, tira de sobre os ombros o seu xale e coloca em Ersilia*). Aí está: vá para dentro, sim? E não me chame mais mamãe Elvira...

ERSILIA – Não prometo...

D. ANA (*dentro*) – Ersilia! Ersilia!

ERSILIA (*gritando*) – Já vou, *vósinha*.

ELVIRA – Vê. Sinhá velha não gosta que sinhazinha converse comigo. Está vendo?

ERSILIA – Não sejas injusta!... É porque é noite, que ela me chama. Adeus. (*Beija-a e sai*).

Cena IV

ELVIRA, só, depois LOURENÇO.

ELVIRA (*arrumando as cadeiras, como para conduzi-las para dentro*) – Inocente! É receio que tem[,] de que eu revele o segredo! (*Leva para dentro as cadeiras, a mesinha, as xícaras, etc., e quando volta[,] para ir fechar o portão, encontra com Lourenço, que entra cauteloso*).

ELVIRA (*recuando espantada*) – Ah!...

LOURENÇO (*impondo-lhe silêncio*) – Nem palavra!... Onde está minha filha?

ELVIRA (*assustada e olhando de contínuo para os lados*) – Oh! Meu *sinhô*! O que vem fazer aqui?

LOURENÇO – Não é da tua conta... Não é esta a casa de meus pais?

ELVIRA – É, sim. Mas depois do que meu *sinhô* fez...

LOURENÇO – Então o que é que eu fiz?...



ELVIRA – Ainda o pergunta?!... Se visse como eles, os velhos, choraram quando souberam!...

LOURENÇO – Choraram!? Mas[,] por quê? Os culpados foram eles: eu precisava de dinheiro, pedi-lhes; não mo quiseram dar. Caíram-me, por acaso, debaixo da mão uns 800\$ e eu não fiz mais do que isto: (*faz o gesto*) fechei a mão, e os 800 réis ficaram dentro.

ELVIRA – Oh! Mas isso é muito feio!...

LOURENÇO (*irônico. Tirando o chapéu*) – A benção, sinhá... Não me mande sorrir, sim?

ELVIRA – Me perdoe, *sinhô*. É que a pobre escrava estima a seus senhores e não gosta de vê-los sofrer.

LOURENÇO – Compreendes, porém, que eu não vim aqui para conversar contigo. Vai chamar minha filha.

ELVIRA – Sinhazinha agora está recolhida. Sinhá velha já ralhou com ela[,] por estar aqui no jardim...

LOURENÇO – Não te perguntei nada disso. Apenas te estou dizendo que quero ver minha filha.

ELVIRA – É impossível, *sinhô*. Como hei de eu fazer com que a menina venha ao jardim[,] agora?

LOURENÇO – Peça-te que não percas tempo. Quero falar a Ersília e hei de falar.

ELVIRA – Então, por que é que meu *sinhô* moço não vai lá dentro?

LOURENÇO – Porque não está no meu programa[,] desta noite[,] ouvir reclamações e queixas. Virei amanhã; por enquanto[,] quero ver Ersília...

ELVIRA – Ah! Meu *sinhô*! Que nova desgraça nos prepara?!... Esse interesse em ver a menina...

LOURENÇO – É o interesse de um pai que ama a sua filha. Anda, despacha-te.

ELVIRA – Ama sua filha! O *sinhô*, que só sabe maltratá-la!...

LOURENÇO – Quem te disse que a maltrato?

ELVIRA – Ninguém. Tenho-o visto eu[,] com estes olhos...

LOURENÇO – Cismas de mãe...

ELVIRA (*interrompendo-o*) – Oh! Cale-se, por Deus!

LOURENÇO (*concluindo*) – ... de criação.

ELVIRA – Mas[,] que quer o meu *sinhô* da menina?

LOURENÇO – Sabes que estás hoje muito curiosa?... Pois olha; por minha parte[,] te declaro que tenho pressa. Avia-te.

ELVIRA – Prometa-me ao menos[,] ainda uma vez[,] que nada lhe dirá de seu nascimento.

LOURENÇO – Descansa. Tenho ainda muito que esperar do valor desse segredo.

ELVIRA – Vou ver se consigo trazê-la. (*Sai*).



Cena V

LOURENÇO, só, depois ELVIRA e ERSILIA.

(Enquanto Elvira sai e volta com Ersília, Lourenço ocupa-se em examinar a janela da casa e coloca perto um caixão de flores; depois[,] afasta-se e vai sentar-se no lugar onde, no principio do ato, Ersília estava lendo. Depois de curta pausa, em que mostra receios de ser visto e impaciência, entram Elvira e Ersília).

ERSILIA *(entrando)* – Por que é que me trazes ao jardim? Disseste à *vósinha* que era para mostrar-me a boneca da Chiquinha!...

ELVIRA – Enganei-a. É para ver seu pai.

ERSILIA – Meu pai?! Onde está ele?

ELVIRA – Baixo, fale baixo. *(Mostrando-lhe Lourenço)*. Ei-lo.

ERSILIA *(correndo a Lourenço e beijando-lhe a mão)* – Papá... papá...

LOURENÇO – Não grites, pequena; é mister que ignorem que estou aqui.

ERSILIA – Por quê, gente? A *vósinha* tem tantas saudades suas!...

LOURENÇO *(constrangido)* – Não me fales de minha mãe. *(A Elvira)*. Vai observar que ninguém nos venha surpreender. *(Vendo que Elvira tem desejos de ficar)*. Não ouviste? *(Elvira afasta-se e desaparece na D.)*.

ERSILIA – Eu já tinha tantas saudades suas!... Sempre perguntava a vovô pelo papai.

LOURENÇO – E ele[,] o que te dizia?

ERSILIA – Que papai tinha ido fazer uma viagem, mas que voltaria.

LOURENÇO – Com efeito! Devia chegar amanhã; mas vim mais cedo do que esperava, e não desejo que meu pai saiba que estou aqui. Para a filhinha e para Elvira eu já cheguei; mas para os velhos só chegarei amanhã. Compreendes agora porque eu não vou à casa?

ERSILIA – Compreendo, sim. E papai veio só me ver, não foi?

LOURENÇO *(sem compreender a pergunta de Ersília)* – Certamente que não...

ERSILIA *(entristecendo)* – Ah!... Não?

LOURENÇO – Não. Vim para que me fizesses um favor.

ERSILIA – Um favor? Eu?!... Papai manda.
LOURENÇO – É no teu próprio interesse. Tenho te prometido mil vezes uma coisa...

ERSILIA – O retrato de minha mãe, não é?...

LOURENÇO – Sim...

ERSILIA *(sôfrega)* – E trouxe... Trouxe?...

LOURENÇO – Não; mas irei buscá-lo, se tu quiseres.

ERSILIA – Se eu quiser!... Pois não sabe que serei capaz de fazer o maior sacrifício deste mundo[,] para possuí-lo?...

LOURENÇO – Pois bem: para isso[,] preciso ir hoje a uma casa, sem que ninguém daqui o saiba. Dá-se, porém, um inconveniente: é que a chave do baú



de roupa que me mandaram... depois que eu parti para a viagem... ficou no molho de chaves de minha mãe, e como essa gente[,] que tem de me dar o retrato[,] é de cerimônia, preciso vestir-me decentemente. A fechadura não se pode arrombar; portanto[,] é mister que me arranjes a chave.

ERSILIA (*querendo sair*) – Pois sim, sim... A *vósinha* há de saber qual é a chave, não é?... Eu vou pedir-lha.

LOURENÇO – Não. Dessa maneira ficarão logo sabendo que eu já cheguei... E se eles sabem que eu estou aqui, tu não terás o retrato, porque eu não poderei ir a essa casa e a família vai embora amanhã.

ERSILIA – Então, o que é que eu hei de fazer?...

LOURENÇO – Tu sabes onde a *vósinha* guarda as chaves?

ERSILIA – Sei, sim senhor: é debaixo do colchão.

LOURENÇO – Vais lá e[,] sem que ela o veja[,] tira-as; eu sirvo-me da chave de que preciso e restituo-tas[,] para que as ponhas no mesmo lugar.

ERSILIA – E se minha *vósinha* descobre?

LOURENÇO – Não é provável. É só um instante. O baú está aqui perto; e, além disto, a esta hora não é fácil que precisem delas.

ERSILIA (*vacilante*) – Eu tenho medo!...

LOURENÇO – Então, não queres o retrato?

ERSILIA – Oh! Sim... Sim... Eu vou. (*Sai*)

Cena VI

LOURENÇO e ELVIRA.

LOURENÇO – Três contos de réis!... É o que preciso²¹. É a última cartada. Convém tentar a fortuna com um golpe de mestre. Hoje de manhã os recebeu, já sei. Passarão esta noite para a minha mão.

ELVIRA (*ajoelhando-se e em lágrimas*) – Por Deus, *sinhô*! Por Deus!

LOURENÇO (*voltando-se rapidamente*) – Quem é?...

ELVIRA – Sou eu... É a sua escrava que lhe pede, em nome da sua filha, que renuncie a esses projetos. Reflita que, por sua causa, seus pais estão arruinados; esse dinheiro é o seu último bem; é com ele que *sinhô* velho pretende pagar a importância que pediu emprestada para salvá-lo da desonra!...

LOURENÇO (*com enfado*) – Ora, não me contes histórias! Quero dinheiro e não conselhos. Não estou em idade de recebê-los, e menos de uma escrava...

ELVIRA (*arrastando-se*) – Tenha pena dessa inocente, dessa pobre criança, a quem[,] como se não bastasse a vergonha de seu nascimento, ainda o *sinhô* quer fazê-la filha de um...

LOURENÇO (*voltando-se ameaçador*) – De um! Um quê?

ELVIRA – Oh! Perdoe-me: o desespero me enlouquece. É por ela que eu lhe suplico, de joelhos, de mãos postas[,] que se arrependa...

²¹ Na edição original, “É o preciso”.



LOURENÇO – Cala-te, desgraçada: ou senão ver-me-ei obrigado a fazer-te lembrar com alguma violência que és uma escrava e que falas a teu senhor!...

ELVIRA (*levantando-se indignada*) – E eu poderei responder-lhe que esse pretendido senhor deixou de o ser, desde o dia em que fez da escrava a sua amante! (*Ersília tem aparecido e para ao fundo[,] aflita e comovida*).

LOURENÇO – Atrevida! (*Avança como para batê-la*).

ELVIRA (*levantando a cabeça*) – Vamos, sem escrúpulos: esbofeteie estas faces que tantas vezes beijou; espanque sem piedade esta desgraçada mulata; mas lembre-se que, cada gota de sangue que rebentar de meu corpo, não será um sangue de escrava simplesmente, mas o sangue que corre nas veias da mãe de sua filha! (*A agitação de Ersília no fundo é indescritível*).

LOURENÇO – Oh! Cala-te, cala-te, que podes obrigar-me a cometer um crime!

ELVIRA – Não será o primeiro. E bem pouco deve custar-lhe...

LOURENÇO (*agarrando-lhe no pulso*) – Cala-te, já disse.

ELVIRA – Não: do senhor não recebo mais ordens. Não há aqui mais escrava nem senhor. Há uma mulher que é mãe e que defende o nome de sua filha, esforçando-se por conservar a honra do pai; uma mulher, que é escrava, é certo, mas que se envergonha de ter um senhor – ladrão!

LOURENÇO (*avançando*) – É demais!...

ERSÍLIA (*correndo e colocando-se entre os dois*) – Para trás, senhor. (*Defendendo[,] com o corpo[,] Elvira[,] que tem lhe caído aos pés[,] banhada em pranto*). O homem que bate na mãe de seus filhos pode bem matar os filhos, antes de espancar a mãe!...

ELVIRA – Sinhazinha... Perdão, perdão!

ERSÍLIA (*dando as chaves a Lourenço*) – Aí tem as chaves! (*Luta íntima em Lourenço. Elvira e Ersília acompanham com interesse crescente os seus gestos. Afinal, Lourenço, dominado pelo vício, arrebatado as chaves da mão de Ersília, salta a janela[,] abre a cômoda, tira o dinheiro e sai correndo[,] desorientado, deixando cair na cena o molho de chaves*).

ELVIRA – Desgraçado!

ERSÍLIA (*apanhando as chaves*) – Pobre pai!... Mas ficas-me tu, mãe!...

ELVIRA – Não, eu não sou tua mãe... Não faça caso do que me ouviu dizer. Pois eu posso lá ser mãe da menina? Eu, escrava?! Eu, uma negra?! Oh! Não.

ERSÍLIA – Não o negues; o que agora sei, há muito mo dizia o coração... Oh! Não me envergonho, não: orgulho-me de ti!

ELVIRA – Ah! Sinhazinha! Quanto vai ser infeliz!...

ERSÍLIA – Uma filha é sempre feliz[,] quando tem a seu lado um coração de mãe!

FIM DO SEGUNDO ATO.



ATO III

A mesma cena do primeiro ato.

Cena I

ELVIRA e ERSILIA.

ERSILIA (*está sentada à mesa, lendo um livro. De momento a momento[,] para para refletir.*)

ELVIRA (*entrando[,] cautelosa*) – Sinhazinha... Sinhazinha...

ERSILIA – Por que me chamas assim?...(*Indo abraçá-la*). Quero que me trates tua filha, porque o sou.

ELVIRA – Isso não é, por enquanto, possível, no interesse mesmo de seu pai. Se em casa notarem que a menina sabe de tudo, procurarão saber como isso foi e chegarão ao conhecimento da triste cena de que fomos ontem testemunhas e que, felizmente, passou despercebida para toda a gente. Agora, diga-me: o que tem havido?

ERSILIA – Nada, por ora. Como sabes, ontem mesmo consegui pôr as chaves no seu lugar[,] sem que a falta delas tivesse sido notada. Ainda nada descobriram.

ELVIRA – Sabe o que me prometeu, Ersilia?

ERSILIA – Sei.

ELVIRA – Pois não esqueça, ouviu? Olhe que disso depende a sua e a minha tranquilidade. Seja prudente; haja o que houver[,] não deixe transparecer o seu segredo.

ERSILIA – Sim, minha mãe; eu te obedecerei.

ELVIRA – Sua mãe!... E chama-me sua mãe, este anjo!... (*Beija-a*). Sinto passos.

ERSILIA – É alguém que entra no corredor. (*Ouve-se bater*). Entre[,] quem é.

Cena II

OS MESMOS e um POLICIAL.

POLICIAL – Mora aqui o senhor Ataíde de Araújo?

ERSILIA – Sim, senhor.

POLICIAL – E ele está?

ERSILIA – Está, mas ocupado. Não pode falar.

POLICIAL – Pois entregue-lhe esta carta[,] do delegado de polícia.

ERSILIA – Sim, senhor.

POLICIAL – Passe bem. (*Sai*)



Cena III

ERSILIA, ELVIRA e CARLOS.²²

ELVIRA – Uma carta da polícia! Que será? Não se me dá de apostar em como é alguma coisa com o senhor Lourenço.

ERSILIA – Com ele?! Não.

ELVIRA – Olhe que é, sinhazinha. Que relações pode ter o *sinhô* velho com a polícia, senão por causa de seu filho?

ERSILIA – Parece que tens razão. Se nós pudéssemos ver... (*Examinando o fecho do envelope*). Ah! Está ainda fresco; pode-se abrir sem perigo. (*Abre e quando vai ler, ouve-se a voz de Carlos[,] dentro*).

CARLOS – Dão licença?

ERSILIA – Pode entrar, senhor Carlos. (*Esconde a carta*).

Cena IV

ERSILIA e CARLOS.

(*À entrada deste, Elvira sai*).

CARLOS (*beijando e abraçando Ersilia*) – Então, como está a minha querida?

ERSILIA – Boa, obrigada. E o senhor?

CARLOS – Vou indo[,] como velho. Então[,] tem lido muito?

ERSILIA – Muito. Por sinal[,] que estava para perguntar-lhe uma coisa. Permite?

CARLOS – Fala, querida.

ERSILIA – Eu hoje peguei[,] por acaso[,] num livro dos que o senhor me trouxe. Era um que se chama – *A escrava Isaura*. Estive lendo algumas páginas e me pareceu inverossímil.

CARLOS – Por quê?

ERSILIA – Pois pode haver uma escrava branca?

CARLOS – Pode. (*Senta-se*).

ERSILIA – Como! Pois os escravos não são todos pretos?

CARLOS – Não. Há aí[,] para a menina[,] uma questão demasiado complexa para que a entenda. E depois[,] que interesse pode ter em saber destas coisas? (*Desconfiado*).

ERSILIA – Ora... Para saber. Pois não é bom a gente saber tudo?

CARLOS – Para a menina, nem tudo.

ERSILIA – Mas[,] diga-me sempre, sim? Olhe, eu sou tão curiosa!...

CARLOS – Pois bem. Dir-lhe-ei. (*Ersilia mostra-se muito atenta e como quem se esforça por compreender*). As raças aperfeiçoam-se entre si e se apuram à proporção que vão se mesclando com os tipos intermediários e com os genuínos da melhor. Entendeu?...

²² Na edição original: “ERSILIA e ELVIRA”.



ERSILIA – Talvez. Então de um preto pode nascer um branco?

CARLOS – Pode. Se houver contato entre o preto e um tipo intermediário ou o branco propriamente.

ERSILIA – E que é isso de contato?

CARLOS (*admirado, à parte*) – É querer saber muito!... (*Alto*). Contato é o casamento.

ERSILIA – Ah! Então a mulher[,] não sendo casada[,] não pode ter filhos?

CARLOS (*consigo*) – Onde irá esta menina?... (*Alto*). Pode; mas são filhos naturais.

ERSILIA – Ué!... Então todos os filhos não são naturais?

CARLOS (*embaraçado*) – Sim... Mas chamam-se naturais aqueles que não têm pai legal, e que pertencem às mães unicamente.

ERSILIA – Ah! Então os filhos de uma mulher que não é casada pertencem-lhe sempre e só a ela.

CARLOS – Sim, se o pai os não reconhece por escritura pública.

ERSILIA (*fica alguns momentos pensativa, e depois[,] sorrindo se diz*) – Muito obrigado, senhor Carlos. Vou prevenir vovô de sua chegada. (*Sai*)

Cena V

CARLOS, depois ATAÍDE.

CARLOS (*olhando pasmado para Ersilia*) – E esta!... E não me enganou a pequena? Não estive a aprender comigo o que não convém[,] talvez[,] que ela saiba?!...

ATAÍDE (*entrando*) – Bom dia, Carlos.

CARLOS – Então, como vais?

ATAÍDE – Não passei bem. Tive sonhos agitados. Pensei toda a noite nesse homem que tem de vir hoje receber o dinheiro que me emprestou.

CARLOS – Mas não o tens?

ATAÍDE – Tenho-o, sim. Mas[,] à noite, ontem, ainda cedo, estava eu conversando com Ana e pareceu-nos ouvir do lado do jardim um rumor estranho. Mas como Ersilia e Elvira estavam lá para dentro, supusemos que fosse produzido por elas e não fizemos caso. Eu, porém, impressionei-me e sonhei até com ladrões.

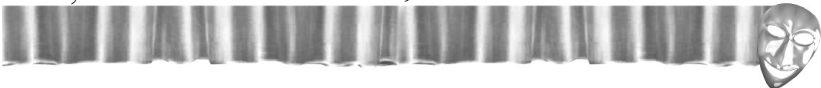
CARLOS – Ora, estás agora feito criança!...

ATAÍDE – Não. Passou a desagradável impressão. Já estou bom.

CARLOS – Vim hoje aqui[,] de propósito[,] para conversar contigo acerca do estado de tua vida. Precisamos arranjá-la.

ATAÍDE – Agradeço-te. Mas isso ficará para depois que eu houver me desembaraçado deste negócio.

CARLOS – Pois eu[,] também, se queres que te fale com franqueza, saí de tua casa ontem muito impressionado. Essa menina fez-me chorar, e as lágrimas em mim são o indício de extraordinária comoção.



ATAÍDE – É realmente admirável esta criança. Naquela idade em que a vês[,] tem uma intuição tal do mundo e das coisas que parece incrível.

CARLOS – A quem o dizes? Agora mesmo esteve ela aqui a fazer-me perguntas, que eram de deixar tolo ao mais sábio dos homens!

ATAÍDE – Sim?...

CARLOS – Esteve a perguntar-me umas coisas, que me fizeram conceber a ideia de que se ela não sabe que é filha de Elvira, ao menos o desconhecia.

ATAÍDE – Impossível!... Quem podia revelar-lhe esse segredo?

CARLOS – Quem?! Essa admirável intuição de que há pouco falaste.

ATAÍDE – Estás enganado, por força. Meu filho era o único que podia atrair-me e esse anda, Deus sabe por onde.

CARLOS – Enfim... Não quero ser contumaz. Mas olha que raras vezes me engano.

ATAÍDE – Pois sim, sim; mas desta, tenho eu certeza de que te enganaste.

CARLOS – Repetir-te-ei[,] agora[,] a minha frase favorita: *Assim seja. (Batem)*. Estão batendo.

ATAÍDE – Há de ser o agiota; recebe-o[,] que eu vou buscar as chaves da cômoda onde está o dinheiro. *(Sai)*.

Cena VI

CARLOS e BERNARDO.

CARLOS – Pode entrar.

BERNARDO (*tipo repugnante; modos bruscos e secos*) – Salve-o Deus! Está o senhor Ataíde?

CARLOS – Sim, senhor. Queira sentar-se.

BERNARDO – Estou bem de pé. A demora é pouca.

CARLOS – Não tarda aí o Ataíde. Foi lá dentro buscar um objeto de que precisava.

BERNARDO – Naturalmente[,] o meu dinheiro.

CARLOS – Eu não sei se era o seu dinheiro, nem lhe pergunto coisa alguma.

BERNARDO (*depois de pausa*) – É rico, o senhor?

CARLOS – Tanto quanto me basta para me poupar às visitas de homens como o senhor.

BERNARDO – Sabe que é muito pouco delicado?

CARLOS – E sabe que eu não preciso dar-lhe satisfações?...

BERNARDO – Está bom. Não se chegue tanto.

CARLOS – Não tenha medo. Não lhe quero pedir dinheiro. Aí vem Ataíde. *(A Ataíde[,] que entra)*. Vou conversar com a comadre. Avisa-me quando sair esse corvo. *(Sai)*.

BERNARDO (*entre dentes*) – Corvo será ele.



Cena VII

BERNARDO e ATAÍDE.

BERNARDO – Estou às suas ordens.

ATAÍDE – Trouxe a obrigação?

BERNARDO – Pois não havia de trazê-la? E previno-lhe que não posso reformar letras: nem é esse o meu costume[,] nem foi do nosso trato.

ATAÍDE – Eu não lhe estou pedindo nenhum favor. Quanto tenho de dar-lhe?

BERNARDO – 1:500\$000.

ATAÍDE – De maneira que[,] em um mês[,] vou pagar 50% de prêmio!?...

BERNARDO – O senhor Ataíde é como todos: depois que se apanham servidos e têm gasto o dinheiro[,] acham sempre que o juro é excessivo.

ATAÍDE – Tem razão: o meu dever agora é pagar e não...

BERNARDO – Bufar, segundo o rifão.

ATAÍDE – Vou-lhe buscar o dinheiro.

BERNARDO – Obsequia-me, que tenho pressa. *(Ataíde sai. Curta pausa, depois da qual entra desfigurado).*

ATAÍDE *(murmurando)* – Não está lá!!...

BERNARDO *(olhando para Ataíde[,] admirado)* – O que é que não está lá?

ATAÍDE – O dinheiro... Mas eu ontem mandei pô-lo ali...

BERNARDO – Ali – aonde?

ATAÍDE – Ali, na gaveta daquela cômoda.

BERNARDO – Ai! Ai! Ai!... Pior é a história!

ATAÍDE – Não! *(Com força)*. Não lhe admito insultos. Vou pagar-lhe, vai ver. Naturalmente[,] procurei mal. *(Sai de novo. Bernardo passeia[,] impaciente. Entra Ataíde[,] mais pálido ainda)*. Nada!... Nada!... Examinei todas as gavetas. *(Bernardo assovia entre dentes)*. Será possível, meu Deus, que o meu sonho se tenha realizado!?... *(Chamando)*. Ô Ana! Ana!...

BERNARDO – Com que[,] então... o dinheiro voou de dentro da gaveta?

ATAÍDE – Minha mulher aí vem, e naturalmente saberá dele.

Cena VIII

OS MESMOS e ANA.

D. ANA – Chamaste?... Bom dia, senhor. *(Reparando em Ataíde)*. Meu Deus! Como estás desfigurado! O que tens?

ATAÍDE – Tiraste de dentro da gaveta da cômoda o dinheiro que ontem mandei guardar lá?

D. ANA – Não. Pois[,] para que havia eu de tirá-lo? E quando o fizesse teria o cuidado de prevenir-te.

ATAÍDE – Não tiraste?!...

D. ANA – Não, já disse. Mas[,] por quê?

ATAÍDE – Porque fomos roubados!...

D. ANA *(aterrada)* – Roubados! Impossível! Estás delirando. Eu vou procurar... *(Sai)*.



Cena IX

ATAÍDE e BERNARDO.

ATAÍDE – Tenha a paciência, senhor. Espere um pouco[,] até que se decida este negócio.

BERNARDO – É que tenho muito que fazer e não posso perder tempo...

ATAÍDE – É um instante!

BERNARDO – Que remédio!...

ATAÍDE – Ontem mandei guardar ali 3:000\$, juro-lho por minha honra. Se esse dinheiro não aparecer é que fui roubado!...

BERNARDO – Olhe lá, senhor Ataíde, o que eu não quero é sair daqui sem o meu dinheiro.

Cena X

OS MESMOS e D. ANA.

D. ANA (*pálida*) – Não está... Procurei tudo.

ATAÍDE – E agora?... (*Bernardo continua a assoviar*).

D. ANA – Mas não é possível!... Tu mandaste guardar o dinheiro por Elvira, não foi? Ela, ao voltar dessa incumbência, entregou-me as chaves[,] aqui mesmo[,] nesta sala. Essas chaves não saíram de meu poder[,] até o momento em que mas pediste, há pouco. A cômoda não está arrombada. Como poderiam tirar de lá o dinheiro?...

ATAÍDE – É isso o que eu pergunto a mim mesmo. Como poderiam?...

D. ANA – Elvira é fidelíssima...

ATAÍDE – É; mas neste momento é a única pessoa sobre quem, sensatamente, todas as suspeitas recaem. Onde está ela?

D. ANA – Está lá dentro. Vou chamá-la. (*Vai a sair[,] quando entra Elvira*).

Cena XI

OS MESMOS, ELVIRA e depois CARLOS.

ELVIRA – O senhor Carlos manda perguntar se pode vir?...

ATAÍDE – Elvira, não te mandei guardar ontem um dinheiro naquela cômoda?

ELVIRA (*assustada e vacilante*) – Man... mandou... sim... *sinhô!*

ATAÍDE – E que fizeste dele?

ELVIRA – Botei lá.

ATAÍDE – Lá aonde?

ELVIRA (*cada vez mais confusa*) – Na gaveta...

ATAÍDE – Em que gaveta?

ELVIRA – Na gaveta que meu *sinhô* indicou.

ATAÍDE (*com força*) – Mentira!

ELVIRA (*estremecendo*) – Meu *sinhô*... A sua escrava nunca mentiu. Onde havia eu de pôr o dinheiro?



ATAÍDE – É isso o que eu quero saber.

D. ANA – Dize, Elvira, onde puseste o dinheiro?

ELVIRA – Botei lá, sinhá...

BERNARDO – Ô mulata! Fala a verdade. O que parece é que tu estás a representar muito mal o papel que te ensinaram.

ATAÍDE – Senhor!...

BERNARDO – Qual senhor, nem meio senhor!... O senhor não tem dinheiro para me pagar e combinou com a sua escrava toda essa história para me enganar!... É o que é.

ATAÍDE – Se eu não soubesse que tenho diante de mim um miserável agiota, para quem a virtude é uma palavra vã e a dignidade um fumo que facilmente se dissipa, dar-lhe-ia a conveniente resposta.

BERNARDO – O que eu quero é dinheiro... E não saio daqui sem ele.

Cena XII

OS MESMOS e CARLOS.

CARLOS – O que é isto?

BERNARDO – É aqui o seu amigo, que, para não pagar-me 1:500\$ que me deve[,] combinou com a sua escrava uma história de roubo, que eu não engulo.

CARLOS – Cale-se. (*A Ataíde*). O que há, Ataíde?

ATAÍDE – Esta desgraçada roubou-me o dinheiro que ontem recebi.

ELVIRA (*chorando*) – Oh! Eu não roubei nada!...

CARLOS (*a Bernardo*) – Venha daqui a uma hora buscar o seu dinheiro.

BERNARDO – Vejam lá. Não me façam vir aqui à toa!...

CARLOS – Já lhe disse. (*Bernardo sai*).

Cena XIII

CARLOS, ATAÍDE, D.ANA e ELVIRA.

CARLOS – Então, como foi isto?

ATAÍDE – Não me viste homem entregar 3:000\$ a Elvira[,] para que mos guardasse?

CARLOS – Sim, vi.

ATAÍDE – Não trouxe ela as chaves e não as entregou, também à tua vista, à minha mulher?

CARLOS – É exato.

ATAÍDE – Pois bem: essas chaves não saíram do poder de Ana[,] até agora, a cômoda não foi arrombada, mas o dinheiro não está lá.

CARLOS – E daí[,] o que concluis?

ATAÍDE – Que Elvira, em vez de guardar o dinheiro como se mandou, ficou com ele e deu-lhe outro destino.



CARLOS – É concluir muito depressa. Não podia ser aberta a gaveta com outra chave?

ATAÍDE – Podia. Mas de ontem para hoje, quem poderia suspeitar da existência desse dinheiro aqui em casa?

CARLOS – Tudo neste mundo se sabe. Não me disseste que ouviste ontem à noite rumores estranhos para os lados do jardim? Esse quarto em que está a cômoda não fica para esses lados?

ATAÍDE – Fica.

CARLOS – E as janelas estavam abertas?

ATAÍDE – Como sempre que faz calor. Mas o portão devia estar fechado. (*A Elvira*). Não estava?

ELVIRA – Estava, sim[,] senhor, e fui mesmo que o fechei.

CARLOS – Mas as grades também se pulam.

ATAÍDE – Não, Carlos. Elvira foi quem me tirou o dinheiro e é ela quem dele me vai dar contas.

D. ANA – Uma escrava tão boa, meu Deus!...

ATAÍDE – Aí tens... E depois[,] venham-me para cá os senhores abolicionistas[,] pregar as suas ideias revolucionárias!... Tratávamo-la como amiga; era a depositária de toda a nossa confiança, a companheira dos nossos infortúnios, o cofre das nossas confidências!... Eis aí a prova do seu reconhecimento! Ah! É bem certo que os escravos são como a serpente da fábula.

CARLOS – Ataíde! Eu não sei de nada. Mas tenho a certeza de que estás a fazer uma grande injustiça. (*Ersilia aparece*).

ATAÍDE – Não, não é injustiça. Mas o que vale é que o golpe que essa infeliz me vibrou resvala sobre a sua cabeça.

ELVIRA – *Sinhô*; eu lhe juro[,] por tudo quanto há de mais sagrado; pela menina Ersilia[,] lhe juro que não roubei o dinheiro.

ATAÍDE – Atraves-te[,] ainda[,] a negar?

ELVIRA – E sempre[,] até morrer!...

ATAÍDE – Pois eu afirmo que roubaste; e penso que[,] entre mim[,] que o afirmo[,] e tu[,] que o negas, ninguém deixará de acreditar-me. (*Ersilia desce*).

Cena Última

OS MESMOS e ERSILIA.

ERSILIA – Pois engana-se, vovô. Entre um – senhor que acusa, e uma escrava que se defende devem pender sempre para o lado do mais fraco os corações generosos. Pois bem: a *vósinha* diz sempre, em suas orações, que a causa dos oprimidos é a causa de Deus, e é porque eu creio neste princípio que lhe declaro neste momento: – Elvira está inocente.

D. ANA – Impossível!...



ATAÍDE – És uma cabecinha que muito cedo se imbuí de leituras romanes-
cas, não sabes nada da vida.

ERSILIA – Peço-lhes que me acreditem! Elvira é inocente!

ATAÍDE – Qual inocente! Pagará ela mesma o seu próprio crime. O credor
não levará o dinheiro, mas há de levar em troca a escrava que o roubou!

ERSILIA – Levar!... Levar a quem?

ATAÍDE – A Elvira... Quem mais há de ser?

ERSILIA – Vendida!... Ela! (*Correndo a Elvira*). Não... Não... (*Com gesto impe-
rativo*). Não quero que a vendam!...

ATAÍDE (*espantado da energia de Ersilia*) – Não queres?!...

ERSILIA (*resoluta*) – Não!

ATAÍDE – E com que direito o ordenas?

ERSILIA – Com que direito?!...

ELVIRA – Sinhazinha... Por Deus! Cale-se!...

ERSILIA (*sem ouvi-la, transfigurando-se pela indignação*) – Com o direito de
filha[,] que não quer separar-se de sua mãe!...

ATAÍDE e D. ANA – Que! Pois sabes?!...

ERSILIA – Sei, sim. Não quero que a vendam, sabem? Porque ela é inocente,
e porque entre o *pai e senhor* – que rouba, e a *escrava e mãe* – que sofre, a
filha extremosa não hesita, e foge dos braços do crime para refugiar-se nos
braços do martírio! (*Abraça Elvira*).

D. ANA – Ousas acusar meu filho?...

ERSILIA – Eu não acuso meu pai! Defendo minha mãe! Leia este papel que
vieram trazer-lhe. (*Dá um papel a Ataíde*).

ATAÍDE (*lendo*) – “Ontem[,] às nove horas da noite[,] pouco mais ou menos[,] a
polícia prendeu um homem que saiu a correr do jardim de sua casa. Em
poder desse indivíduo[,] conhecido por jogador, vagabundo e gatuno[,] e que
diz ser seu filho, foi encontrada a quantia de 3:000\$[,] que fica nesta secreta-
ria até que vossa senhoria aqui compareça para elucidar-se o fato. Sou, etc.,
etc.”. Oh! Meu Deus! Meu Deus!

CARLOS – Falta-lhe só isto: roubar a seu próprio pai, o que equivale a roubar-
-se a si mesmo!

ATAÍDE (*ajoelhando*) – Perdão, Ersilia; perdão... Elvira!

ELVIRA – Meu *sinhô*!...

ERSILIA – Vovô!...

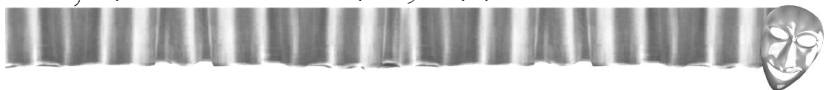
ATAÍDE – Tens razão, Carlos, é preciso extinguir a escravidão! (*Levanta-se*).

CARLOS – Ora, até que enfim!...

ERSILIA – E por que a não extinguem?

CARLOS – Porque os homens que têm escravos não querem perder o valor
deles!

ERSILIA – Só por isso?!



ATAÍDE – Elvira, de hoje em diante[,] não és minha escrava: és minha filha! Da vergonha do teu nascimento demasiado me compensa a grandeza da tua alma e a nobreza do teu coração. Mãe! Abraça tua filha!

ELVIRA (*abraça Ersilia e cai[,] com ela[,] aos pés de Ataíde*) – Oh! Obrigada! Obrigada!²³

ERSILIA (*levantando-se*) – Então... não se extingue a escravidão, porque os homens que têm escravos...

CARLOS – Não querem perder o valor deles!

ERSILIA – Pois olhe: é porque eles nunca viram um livro, onde eu li estas palavras, que decorei: – “O interesse egoístico de um indivíduo não pode prevalecer sobre o interesse coletivo de uma nação. Se há homens que não sabem ter a grande virtude do patriotismo, a geração moderna que se levante e, vestindo a clâmide do Direito e empunhando a espada da Justiça, espedace os grilhões do cativo, deixando[,] em toda a parte[,] por onde passar[,] os ecos deste brado de entusiasmo: – Abaixo a escravidão! Viva a liberdade!”.

FIM DO DRAMA.

²³ Na edição original, “Obrigado! Obrigado!”.



UM FRUTO DA ESCRAVIDÃO

*Drama em quatro atos
por
Boaventura Soares*

PELOTAS
Tipografia da Livraria Americana

—
1884²⁴

²⁴ Athos Damasceno, Guilhermino Cesar e outros (1975, p. 36) informam que o drama foi representado no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, em 1883. O único exemplar localizado integra o Acervo Júlio Petersen, da Biblioteca Central da PUCRS.



PRÓLOGO

É praxe dos autores de qualquer livro, quase sempre alegarem que foi publicado a pedido de seus amigos.

Eu, porém, vario.

A *Sociedade Literária 28 de Setembro* em Porto Alegre, deliberando promover um espetáculo para[,] com o produto[,] dar liberdades a alguns escravos, incumbiu-me de escrever um drama abolicionista.

Atendendo aos meus conhecimentos e ao meu pouco cultivo intelectual, devia indubitavelmente não aceitar tal missão; porém[,] não o fiz assim.

Quem[,] tendo por bússola a vontade, venceu tantos óbices que atalham os nossos passos e acrescenta mais o conhecimento perfeito dos homens hipócritas da nossa sociedade, não sente pavor em arrancar perante o público a máscara que os cobre.

Tanto mais quando a nossa consciência, revoltada pela humilhação da fraqueza, desenha-nos cenas horripilantes, abusos gerados pelo poder do ouro!

Falar sobre a escravidão, reproduzir[,] entre tantos[,] um fato onde a nossa alma congela-se pela dor, vendo um nosso irmão martirizado, sem poder oscular a felicidade, quando lhe sorri, é na verdade tarefa que só não enceta aquele que ou é protótipo do egoísmo ou então não compreende a grandeza da liberdade!

Eram as ideias que oscilavam-me no crânio, animando a conclusão do drama.

Transposta esta barreira, sem conselho de quem quer que seja[,] o atiro à publicidade.

Quanto aos louros que colhem os obreiros medíocres, os ignorantes audaciosos, deixai vir, que os receberei satisfatoriamente, porque são frutos dos meus esforços e da minha aplicação.

Pelotas, 20 de Março de 1884.

B. Soares



PERSONAGENS

EURICO	46 anos
(Velho acabrunhado)	
EDUARDA.....	32 “
(Mulher de Eurico)	
DR. JOSÉ LUIZ	38 “
(Compadre de Eurico)	
AMÉRICO	19 “
(Bastardo)	
CECÍLIA	13 “
(Filha de Eurico e Eduarda)	
HEMETÉRIO.....	20 “
(Jogador, aristocrata)	
JOÃO LISBOA.....	21 “
(Amigo do último)	
CRIADO	

A ação passa-se no Rio de Janeiro, no ano de 18...



ATO I

O cenário representa uma sala rica: sofá, cadeiras com crochê, tendo dois quartos dos lados. Eurico está sentado junto a uma mesa.

Cena I

EURICO, só.

EURICO (*comovido*) – Aproxima-se a hora do espinho trespassar-me o coração... (*Levantando-se*). E[,] no entanto[,] nem um consolo, nem uma palavra que atenuie a minha culpa... (*Pausa*). O meu amigo sincero, quem tem compartilhado da minha felicidade, parece que também já desapareceu... Ah! Momento crítico... Sinto até fugir a vida... (*Aparece o criado*).

Cena II

O MESMO e o CRIADO.

CRIADO – Está aí o senhor Dr. José Luiz.

EURICO (*atendendo*) – Diga que entre. (*Criado sai*).

Cena III

O MESMO e o DOUTOR.

EURICO (*ao ver entrar e indo cumprimentá-lo*) – Até que afinal, caro amigo.

DOUTOR (*apertando a mão*) – Mal recebi a sua carta, incontinenti vim receber as suas ordens, pois que o considero o meu mais íntimo amigo.

EURICO – Sim, sentemo-nos e conversaremos melhor. (*Vão sentar-se*). Não sei se tem observado a tristeza que sempre se lê no meu rosto, se tem notado a rápida mudança dos meus cabelos... Pois tudo isso é filho do remorso, da aflição que há vinte anos me persegue... Quantas noites de insônias tenho experimentado!... Todos me veem cercado da opulência, pensam que sou feliz... Mal sabem... Se penetrassem no meu pensamento e avaliassem a minha dor...

DOUTOR (*espantado*) – A vossa dor!... Ainda não compreendi.

EURICO – Ouça-me, amigo, que sois a única consolação que tenho neste dédalo²⁵ que me martiriza. (*Pausa*). Lembrai-vos de Américo, aquele órfão que sempre o abençoáveis e que mandei estudar em São Paulo[,] há 5 anos?

DOUTOR – Perfeitamente.

EURICO (*com a mão na cabeça*) – Bem; pois ele está prestes a chegar... E não vos digo nada. (*Levantando-se*). Ele é meu filho!...

DOUTOR (*espantado e erguendo-se*) – Américo, vosso filho!...

EURICO (*resignado*) – Sim, Américo é filho de um erro da minha mocidade!...

DOUTOR (*com ênfase*) – E não tivestes coragem de apresentá-lo à sociedade como vosso filho, furtando assim a este espetáculo digno de lástima?!

²⁵ Cruzamento confuso de caminhos; labirinto.

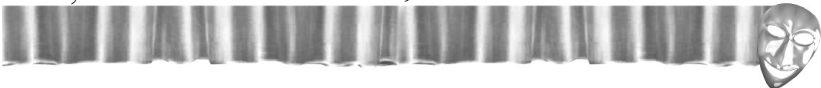


EURICO (*afrito*) – Perdoe-me, compadre, que vos explicarei a minha vida e[,] como juiz reto[,] lavrai a minha sentença. (*Vão sentar-se*). Era já casado, quando Américo veio à luz; sua mãe era uma triste mártir da escravidão. Como não compreendia o estado, vivia alegre, uma vez que[,] às escondidas[,] eu dispensava ao seu filho os carinhos de pai... No momento do batismo foi Américo forro, e[,] nesse mesmo dia[,] eu parti para companhia de minha esposa. Dois anos se passaram, Américo suportando maus tratos e sua mãe derramando lágrimas... Qual não foi a minha impressão, a minha dor, quando em uma manhã chego à janela e encontro uma criança de três anos com uma carta dirigida a mim?! Era o filho do meu erro... Era Américo. (*À parte*). Tive ímpetos de confessar o crime à minha mulher, porém[,] a covardia subjugou-me; os dias foram se passando e[,] por fim[,] nada lhe referi... O rapaz seguiu para os estudos e em todas as cartas me perguntava por sua mãe, seu pai! Oh! Não avalia o compadre o quanto sofria ao ler suas frases! (*Pausa*). Por fim, menti; disse-lhe que seus pais morreram, quando contava três anos[,] e que eu era o seu segundo pai, que o amava desmedidamente... Recebida a minha carta, replicou ele que ainda lhe restava um prazer[,] que diminuiria o seu pesar: desejava saber onde nasceu... Ontem[,] chegou-me a participação de ter recebido o grau e que partia para sua terra natal... (*Com a mão na cabeça*). Oh[,] Deus! No último recurso (*levantando-se*), no último recurso, a morte!!

DOUTOR (*imitando e com força*) – A morte!... A morte[,] para quem teve orgulho em sempre afrontar os perigos da existência?!... O suicídio concebido num homem que existe animando a fraqueza, consolando-a, fundamentado nas leis divinas?! É crime o suicídio, seja qual for a causa; é o dardo lançado à Onipotência, é o escarro da covardia, causando náuseas à sociedade... (*Pausa*). Amigo, não tendes virtudes para nos teus ombros sustentar o vento rijo da sorte?! Uma ideia de suicídio fender-vos o crânio... Oh! Deus!!

EURICO (*comovido*) – Oh! Deus!... Diz o pai com a alma em pedaços, significando isso o protesto contra a corrupção! (*Pausa e com monotonia*). Américo é meu filho; mas hoje manifestar, seria arrancar o sorriso para sempre, matá-lo moralmente... Não... Ouvir-se da minha boca – Américo é meu filho – é impossível! O mundo é vasto e quem ama o trabalho, possui forças para viver... Buscarei o degredo, chorarei esse chorar doce, gerado pelo amor de pai extremo, porém[,] meu filho não dirá que o cúmplice de seu sofrer foi um malvado, foi um perverso. (*Ao Doutor*). Vou descansar, compadre, vou ver se acalmo o sangue revolucionado pela dor. (*Tira o relógio*). São três horas, às cinco espero-vos aqui. (*Apertando a mão do Doutor e entra num quarto, ficando o outro para residência da família; o Doutor segue-o até a porta e volta*).

DOUTOR (*à plateia*) – É este um argumento firme[,] que vem corroborar a nossa indignação; é este mais um espetáculo trágico em que irão ser testemunhas as almas sensíveis e[,] quem sabe[,] se não será ocasião da consciên-



cia clamar energeticamente contra a violência e perversidade dos homens?! Só a lembrança gera a aflição!... Basta olharmos que Américo nasceu com a infelicidade, não sentiu o sacro afeto de mãe, não ouviu a voz da mulher adorável, que só tem o sorriso para mitigar a mágoa! Mal as ideias vigoraram, abandonou o teto natalício e vai à busca de ser homem! Eu não vi, porém ideio quanto pesar perseguiu esse jovem! Que viver melancólico! A honra talvez o dominasse; Américo hoje conquistou o pergaminho, volta para sanar as feridas, e encontra[,] para cura das saudades de cinco anos[,] o ferro do martírio moral! (*Pausa*). De um lado a notícia de ser um bastardo... Do outro, o desprezo, o desdém, finalmente, a ignorância crua... (*Criado fala*).

Cena IV

O MESMO e O CRIADO.

CRIADO (*da porta*) – Está aí o senhor Hemetério.

DOUTOR (*em tom de desprezo*) – O senhor Hemetério, o mais destemido jogador, o mais ignóbil fidalgo... (*Ao criado*). Que entre. (*Criado sai e o doutor vai recebê-lo a uns quatro passos de onde estava*).

Cena V

O MESMO e HEMETÉRIO.

HEMETÉRIO (*da porta*) – Com licença. (*Põe o chapéu na entrada e vai para cumprimentar[,] quando dá com o Doutor. Espantado*). Sois vós[,] Doutor. (*Recua*).

DOUTOR (*com calma*) – Nesta ocasião[,] o dono da casa, pois que o verdadeiro está incomodado... Desejavas alguma coisa?

HEMETÉRIO – Não, senhor. Soube[,] pelo jornal[,] que chegará por estes dias o Dr. Américo[,] afilhado do senhor Eurico, e[,] como admirador de sua amável família, corri a cumprir o meu dever, isto é, a felicitá-lo.

DOUTOR – Nesse caso[,] dar-me-á licença para chamar a senhora do senhor Eurico... Creio que só mais tarde voltarei... (*Busca o chapéu*). Às suas ordens. (*Cumprimentando com a cabeça; sai pelo centro, tomando o lado dos quartos habitados*).

HEMETÉRIO (*na volta de deixar o Doutor, dirige-se à plateia*) – Vejam que emboscada me estava preparada... Eu, um mancebo que só procuro a felicidade, seja embora necessário a infâmia, ser desmascarado neste paraíso[,] onde repousa a minha perfeita ventura!... Cecília, o meu sonho poético, a virgem casta que[,] além da beleza sem rival, possui o poder do ouro em favor, não pertencer-me? (*Pausa*). É impossível! Só desejo vê-la. (*Criado entra*).



Cena VI

O MESMO, O CRIADO e depois JOSÉ LISBOA.

CRIADO (*da porta*) – O senhor é que se chama Hemetério Cunha?

HEMETÉRIO (*voltando-se*) – Queres alguma coisa?

CRIADO – Tem aí um cavalheiro[,] que lhe deseja falar.

HEMETÉRIO – Entre. (*Criado sai*). Quem será que me procura em casa estranha! (*Acenando*). Que diabo... (*Lisboa aparece, põe o chapéu na entrada. Hemetério vai ao encontro*). Oh! Por aqui o Lisboa! Como descobristes que estava aqui[?]

LISBOA – Fui à tua casa e disseram-me que tinhas partido para visitar o senhor Eurico.

HEMETÉRIO – Sentemo-nos; (*sentam-se*) então[,] o que contas de novo em matéria de amor?

LISBOA (*com ar risonho*) – Ora, o que te posso contar, a ti, um verdadeiro conquistador de corações frágeis, um jovem que seduz a beleza com a simpatia?!...

HEMETÉRIO (*com satisfação, erguendo-se[,] acompanhado de Lisboa*) – O que é esta vida[,] senão um letargo que só os momentos de prazer despertam?! Viver-se uma vida melancólica e[,] muitas vezes[,] na idade dos amores, um dardo da fatalidade descarregar o seu infalível golpe!... Bem faço eu, caro Lisboa, nada possuo[,] a não ser um nome de fidalgo, amo a Cecília e sou amado; caso-me e a felicidade está completa... Depois[,] ela não conhece o que são os homens... Juro-lhe que é o alimento da minha vida penosa... Oh[,] céus! (*Entram Cecília e Eduarda*). Quão venturoso serei no momento em que...

Cena VII

OS MESMOS, CECÍLIA e EDUARDA.

EDUARDA (*entrando pelo centro[,] com Cecília, tendo passado pela janela[,] junto à porta do centro e do lado de seu quarto*) – Sei que nos esperam há muito; estávamos no fundo da chácara... (*Cumprimentando Hemetério[,] apertando a mão[,] e Lisboa[,] com a cabeça. Cecília[,] aos dois[,] com mesura*).

HEMETÉRIO – E vim perturbar a vossa alegria, porém[,] não podia furtar-me de o fazer, pois soube que[,] por estes dias[,] deve chegar o afilhado do senhor Eurico[,] com o troféu de sua vitória.

EDUARDA (*indo sentar-se no sofá[,] com Cecília, ao passo que Hemetério e Lisboa ficam sentados junto a uma mesa[,] em frente*) – É mais uma prova de sua bondade excessiva para conosco... Agradecemos muito essa consideração sem limites.

HEMETÉRIO (*levantando-se e apontando Lisboa*) – Tenho prazer de apresentar à vossa excelência e à senhora dona Cecília o senhor José Lisboa, um jovem distinto pelo talento e qualidades. (*Cumprimentos com a cabeça*).



Silêncio e senta-se). A senhora dona Cecília deve estar muito satisfeita com a chegada do companheiro de infância; virá com certeza lembrar o passado de delícias e poesias... Não acha vossa excelência[,] senhora dona Eduarda? EDUARDA (*risonha*) – É de crer, porém[,] há de ter recordação mui longe, porque Américo se retirou quando ela tinha oito anos...

CECÍLIA – Eu me lembro do dia que ele embarcou, quando fomos a bordo; mas de sua fisionomia não tenho lembrança alguma...

HEMETÉRIO – Eu avalio o prazer do senhor Eurico, vendo o senhor Américo formado, transformado num esteio[,] onde descansará para o futuro sua família. Feliz do pai que encontra um filho[,] ou mesmo um afilhado[,] que aproveita seu sacrifício e atinge a meta de seu desejo. (*Entra o Criado*).

Cena VIII

OS MESMOS e O CRIADO.

CRIADO – O carteiro trouxe esta carta. (*Entrega a carta, retira-se; os dois estão conversando e Cecília os olha*).

EDUARDA (*levanta-se e dá uns passos no palco*) – Reflitamos um momento... O prazer é um sentimento como o pesar, e eu vejo que meu marido sofre; por consequência, procuremos um meio de receber esta carta com calma, que traz quem sabe o quê. (*Pausa e a Hemetério*). O único recurso que posso buscar[,] para livrar-me desta situação falsa[,] é causar-lhe um incômodo...

HEMETÉRIO (*que tem atendido*) – Uma satisfação, digo eu.

EDUARDA – Obrigada. O senhor deve compreender a alegria de meu marido[,] com esta chegada; porém[,] eu não sei explicar... Ele[,] em vez de regozijar-se, apodera-se de uma tristeza, anda pensativo, pouco dorme; e[,] prevido que esta carta seja alguma notícia acabrunhadora, desejava que o senhor me chegasse à casa do Dr. José Luiz[,] para[,] em meu nome[,] pedir que se dirigisse à nossa casa.

HEMETÉRIO – Incontinenti. (*Vai buscar o chapéu*). Acompanhas-me[,] Lisboa? LISBOA (*indo buscar o chapéu*) – Sem dúvida.

HEMETÉRIO e LISBOA (*trazem o chapéu, e com mesura*) – Às ordens de vossas excelências. (*As damas vão até a porta*).

CECÍLIA (*na volta*) – Minha mãe, eu não sei a razão porque antipatizo com este moço... Ele lhe agrada tanto, entra alegre e eu, ao contrário, oprime-se-me o coração e nem posso lhe falar...

EDUARDA (*afagando-a*) – Mas[,] para que tanta crueldade?! É tão bondoso²⁶ e filho de uma família aristocrática...

CECÍLIA (*melancólica*) – Talvez seja essa a causa do meu ódio; eu amo a pobreza e a alma caritativa... Não sabe o quanto me alegro um rosto onde a melancolia dorme... Só me parece que essa pessoa está destinada por Deus a participar de meu sofrer... (*Triste*). Tenho um pressentimento, uma lembrança, minha mãe, só Deus sabe... É a visão dos meus sonhos...

²⁶ Na edição original, "bondadoso".



EDUARDA (*com ar risonho*) – Deixa-te de coisas... São frutos da idade os teus pensares, vai para o quarto e descansa... (*Cecília sai para o quarto[,] junto ao dos pais. Eduarda vai sentar-se no sofá*). Quando pensava eu que[,] até nesta idade[,] havia de experimentar as fezes da sorte... E depois um padecer inexplicável... Eurico prostrado, sem que saiba a moléstia; Cecília[,] com seu coração sensível, se vê a encarnação do padecer, vai compartilhar das dores do próximo! Oh! Céus! Se a mulher não tivesse lágrimas e essas lágrimas não fossem a consolação dissimulada, a dor já teria secado a fonte de minha alma e quem sabe se o sepulcro já não teria recebido o meu cadáver. (*Pausa, pensa e levanta-se*). Mas[,] o quê? Ser mulher covarde! Tombar abraçada com a fraqueza e com o coração dilacerado pelos martírios voluntários?! Nunca! Chegaremos ao termo da peregrinação.

CECÍLIA (*chamando[,] de dentro*) – Minha mãe!

EDUARDA – Quem chama-me? Ah! É Cecília. (*Sai*).

Cena IX

EURICO, só.

EURICO (*sai do quarto e senta-se numa cadeira*) – É sofrer demasiado; é suportar que a acre sorte tire desapiedadamente a sua dura arma; é ver o condenado à perversidade humana levantar o cadafalso, donde cairá a sua cabeça! (*Levanta-se*). Oh[,] Deus! Tu que tens o poder de penetrar nos recantos de nossa alma e sabes onde existe o arrependimento, esse alívio de tantas amarguras, fazes com que busque um paradeiro a este sofrimento, a esta pena que a sociedade corrupta colocou-me nos ombros!! (*Pausa e pensa*). É bem claro que estou sacrificando-me voluntariamente... O que tenho eu com a sociedade? Não vemos que o ladrão[,] hoje[,] é cortejado; que o crime, os assassinos, os infames sentam-se no banquete da opulência? (*Senta-se e resignado*). Vou ser um infame! Revisto-me com a hipocrisia. (*Pensa e[,] com a mão na cabeça[,] levanta-se*). Mas[,] que crime, meu Deus?! E Américo?! Meu filho, meu sangue!... Entregá-lo à sociedade[,] como um filho de escrava!... Matá-lo moralmente, a ele que perfeitamente interpreta os sentimentos! (*Com força*). Desgraçado de mim! (*Entra o Doutor*). Maldito e ilusório Deus[,] que...

Cena X

O MESMO e o DOUTOR.

DOUTOR (*atalhando[,] com voz imponente*) – Não! Não pode ser desgraçado quem abomina o vício! Não pode ser desgraçado quem[,] até hoje[,] encara os homens com altivez e aponta seus erros! Meu compadre, vós não sois desgraçado; cometestes um erro na vossa mocidade e esse erro hoje está agravado... Mas[,] que importa que a corrupção tenha estendido seu manto por sobre os caracteres, quando a vossa consciência está firme e não pode



haver juiz mais reto do que ela?... Revesti-vos de coragem e[,] antes da chegada do vosso filho, apresentai-o tal qual a sua origem... Confessai o vosso crime à comadre...

EURICO (*espantado*) – Eu[,] transformar-me em algoz moral, em lugar de curar uma cicatriz aberta desde o berço, ir com o ferro em fogo arruiná-la, sujeitando meu filho a uma queda mortal, no momento em que vai colher os frutos do seu trabalho? É ser cruel!... E o remorso, esse espectro justo[,] que segue as pegadas dos desumanos, quando me chamar às contas, quando em sonhos começar a perseguir-me... (*Vai recuando da boca do cenário[,] para cair numa cadeira*). Se há Deus, eu não creio, porque o Deus dos homens abraça a virtude, ouve as preces dos que[,] com fé[,] lhe pedem alívio à sua dor! Não! Deus é uma quimera, uma ilusão que o véu da ignorância ainda cobre! Deus é um pesadelo[,] que a instrução[,] paulatinamente[,] vai despertando! O crer em Deus é um crime para a humanidade. (*Com força*). Abomino essa ilusão fantástica! (*Cai numa cadeira encostada numa mesa; e o Doutor examina*).

DOUTOR (*depois do exame*) – É uma síncope... (*Dirigindo-se à plateia*). Vamos buscar o gérmen destas cenas dolorosas e vejamos se não é o fruto dos erros ou da perversidade humana! É a escravidão, a página dos dramas horripilantes da nossa pátria, a condenação perpétua dos nossos antepassados! E nós ainda não sentimos o seu mal... Ainda não feriram os nossos ouvidos os agudos gemidos das vítimas do cativo[,] que repercutem por essas matas[,] onde a barbaridade governa. (*Pausa*). Deixemos que os homens se regenerem ou que a consciência lhes fale... (*A Eurico[,] batendo nos ombros*). Eurico, desperta, coragem... paciência...

EURICO (*endireitando o corpo e com voz triste*) – Quem dirá que apelaria à morte, como felicidade única... (*Sacudindo a cabeça*). É triste o destino do homem, quando[,] na idade senil[,] a borrasca da desventura principia a soprar... (*Estendendo a mão ao doutor[,] que o levanta*). Acompanhe-me até o quarto, doutor, socorra-me. (*Vai para seu quarto[,] pela mão do doutor*).

Cena XI

EDUARDA, CECÍLIA e depois o DOUTOR.

EDUARDA (*entrando*) – Ainda não chegou...

CECÍLIA – Eu bem disse que o criado nos chamaria.

EDUARDA (*a Cecília*) – Volta, vai arrumando as flores, que eu o espero. (*Cecília sai; Eduarda senta-se no sofá*). Que luta tremenda travamos com a sorte... Até estas horas[,] nada do Dr. José Luiz, nem de Eurico. (*O doutor aparece à porta, dirigindo-se a ela, que levanta-se*). Já estava aqui?

DOUTOR – Há muito; desejava alguma coisa[?]... Falemos baixo...

EDUARDA – Por quê?

DOUTOR – Está um pouco incomodado o compadre.



EDUARDA (*espantada*) – Meu Deus! Onde? Ali? (*Apontando*).

DOUTOR (*segurando-a*) – Tenha paciência... É uma síncope passageira... É preciso deixá-lo adormecer.

EDUARDA – Oh[,] Céus! (*Pausa*). Eu mandei incomodá-lo[,] talvez, mas desculpe-me; recebi esta carta para Eurico e[,] tendo medo de ser portadora de má notícia, vindo agravar o seu estado, entrego ao compadre (*dando*), para dar o destino que achar conveniente.

DOUTOR (*com a carta na mão*) – Tudo isto desaparecerá com a chegada de Américo; os homens sensíveis como Eurico interpretam o que é a dor de um filho[,] que a fatalidade proibiu de ver sua adorável mãe... É um quadro trágico[,] que nós, os venturosos embalados nos braços maternos, não podemos compreender... Depois da tempestade virá a bonança... Permita que vá ver se passou a síncope.

EDUARDA (*com voz triste*) – Preste[,] pacientemente[,] todos os cuidados, doutor, que o reconhecimento de Deus vos cobrirá...

DOUTOR – Com licença. (*Sai para o quarto*).

EDUARDA (*senta-se e com voz triste*) – É dura a existência em que a mulher, depois de acalentada nos braços da felicidade, a sorte se torna adversa e continuamente faz sentir os efeitos de sua malevolência... Oh[,] Deus, é crueldade demais!...

Cena XII

A MESMA, CECÍLIA, depois o DOUTOR e EURICO.

CECÍLIA (*entrando*) – Minha mãe...

EDUARDA – Implorava à Providência coragem para sofrer heroicamente esses pedaços que me afligem... Sabes que teu pai teve uma síncope e teu padrinho presta-lhe os socorros precisos?!...

CECÍLIA (*espantada*) – Sim[?!]... Onde está ele? (*Querendo seguir*).

EDUARDA – Está no seu quarto... Deixa-o dormir. (*Cecília[,] no que segue para o quarto, Eduarda apressa-se para detê-la, de modo que ambas fiquem encostados ao quarto de Eurico e que ele[,] conduzido pelo braço do doutor, não as veja. Eurico sai do quarto apoiado nos braços do doutor[,] que o senta no sofá, onde recosta-se; o doutor toma o lado da cabeça, as damas contemplam compassivamente*).

EURICO (*com voz triste*) – Está perto o desfecho desta cena comovente! (*Endireitando a cabeça*). A vida desaparece como some-se[,] no horizonte[,] o manto crepuscular... (*Encarando as duas*). Estavam[,] há muito[,] contemplando-me?! Verdadeiramente[,] nada sinto... (*Movendo-se*). Onde está o doutor?

DOUTOR (*aparecendo*) – Sempre ao vosso lado.

EURICO (*levantando-se[,] dificilmente*) – É tempo de partirmos. (*Caminhando para a mesa*). Cecília[,] vai-te aprontar, que[,] na volta[,] traremos o teu



amigo de infância, Américo.

CECÍLIA (*satisfeita*) – Sim?! Oh! Que recordações não vou ter! (*Eurico toca a campainha e volta para sentar-se na mesma posição*).

Cena XIII

OS MESMOS e o CRIADO.

CRIADO – Às ordens de vossa senhoria.

EURICO – Vai à cocheira, que mandem-me um carro. (*Criado sai*).

CECÍLIA (*com ingenuidade*) – Meu pai tem que ir a bordo buscá-lo?

EURICO – Creio que não; o que diz, doutor?

DOUTOR – É provável que tenha já desembarcado e nos espere no *Hotel da Boavista*.

CECÍLIA – Então[,] não vos desgosta a minha companhia?

EURICO – Está no teu gosto; se quiseres, vai vestir-te.

CECÍLIA (*contente*) – Vamos, minha mãe?

EDUARDA – Vou te preparar, mas fico em casa. (*Saem. O doutor senta-se junto à mesa*).

EURICO (*com voz monótona*) – Há muito desejava este momento; vamos ouvir os conselhos do compadre, ainda uma vez.

DOUTOR – Para vos falar a verdade, caro amigo, considero este enredo tão intrigante[,] que acho melhor obrar conforme a vossa razão. Vejo que a sociedade não vos condena em manifestar o erro que cometestes, poderíeis fazê-lo sabedor; mas o pobre do rapaz é que é: jovem, com uma vida martirizada pelo sofrimento, será capaz de enlouquecer com a impressão.

EURICO (*erguendo-se e dirigindo-se para frente do palco; o doutor acompanha*) – Mudemos de conversa, doutor, que as suas palavras me esmorecem e trazem a dor à face... (*Ao público*). Oh[,] sociedade perversa[,] que se confunde com o pântano da impudicícia, levada pela tradição negra de espíritos medíocres! A luz[,] eclipsada por nuvens de caracteres baixos... O homem[,] condenado ao desprezo pelo erro de seu pai!...

DOUTOR (*com a mão no ombro*) – Basta, Eurico, que[,] lá mesmo[,] no tumulto[,] o remorso há de persegui-los com o seu poder mágico!... Desvanece-te dessa ideia e fica certo que[,] no céu[,] há um supremo juiz[,] que distribui a paciência a todos... (*Entram Cecília e Eduarda*).

Cena XIV

OS MESMOS, CECÍLIA e EDUARDA.

CECÍLIA (*entrando[,] com Eduarda*) – Estou pronta, meu pai.

EURICO (*à parte*) – Vamos ver se temos forças[,] para ser testemunhas deste encontro.

DOUTOR (*vendo o relógio*) – São horas, partamos... (*Eurico e o doutor buscam os chapéus[,] que estão em qualquer lugar no cenário; ao voltar à busca*



de Cecília, esta beija a mão de sua mãe e saem todos, exceto Eduarda[,] que vai até a porta).

EDUARDA (na volta[,] senta-se) – Ah! Aqui é impossível não haver mistério... Meu marido sempre viveu alegre... Hoje[,] cerca-lhe uma melancolia, uma tristeza, gerada pelo desassossego de espírito... Tudo isso é atestado pelas vigílias que marcam seu rosto!... (Pausa e levanta-se). Há mistério e decifrá-lo-ei... (Ouvem-se passos). Que barulho. (Mostra-se inquieta). Que será? É Américo[,] que foi encontrado[,] com certeza...

Cena XV

A MESMA, O DOUTOR, EURICO, CECÍLIA e AMÉRICO.

(Américo e Cecília vêm na frente[,] de braço; Eurico e o doutor, atrás).

EURICO (ao entrar[,] toma um lugar perto de uma cadeira) – Eis ali a tua mãe! (Américo corre a beijar-lhe a mão).

EDUARDA (com alegria e afago) – És tu, Américo, que[,] depois de tantos anos[,] vens nos ver?...

AMÉRICO (com voz sentimental e ênfase) – Sim, minha verdadeira mãe, sou eu; o órfão que a desventura afagou[,] que cumpriu a peregrinação, vindo hoje beber o cálix que alimentará a vida... É o órfão que, desterrado, encontrou uma mulher extremosa e um pai sincero, um enviado do Altíssimo[,] para não deixar um espírito em trevas! (Eurico senta-se e apoia a cabeça com a mão). Oh! Não há momento de tristeza! Não há dor mais terrível! Vir ao mundo e nem sequer uma lágrima! Onde eu nasci? (Olha para os lados; apontando para o lado que está Eurico). Ali... (Eurico deixa cair a cabeça sobre a mesa, desmaia; o doutor ampara-o e Américo corre a ele).

DOUTOR – Água! Água. (Cecília e Américo correm a buscar[,] pela porta do centro).

CAI O PANO.



ATO II

Representa a mesma sala, despida, tendo uma secretária colocada de maneira que não se veja quem lá escreve; Américo está sentado[,] com a cabeça apoiada.

Cena I

AMÉRICO, só.

AMÉRICO (*levantando-se*) – A vida para mim é um verdadeiro letargo! Onde quer que me ache, a pena me persegue... O meu espírito desassossega-se, todos me desprezam como se eu fosse um assassino... Por mais que force a inteligência, buscando a causa de semelhante injustiça, não a descubro... Quem sabe se não será a sorte? Quem sabe se a sociedade despreza o filho sem pai, quando devia abrir-lhe os braços?! Não! Não creio... É o destino que me traçou uma cruzada acre e longa... Buscou-me para exemplo, para ensinar os pósteros... Chegará o dia de finalizar a missão...

Cena II

O MESMO, CRIADO e depois HEMETÉRIO.

CRIADO – O senhor Hemetério deseja falar com vossa senhoria.

AMÉRICO – Manda-o entrar. (*Vai esperá-lo à porta*).

HEMETÉRIO (*cumprimenta-o*) – Tenho muito prazer em conhecer a vossa senhoria.

AMÉRICO – Da mesma maneira. (*Sentam-se*).

HEMETÉRIO – Tem o prazer de falar com vossa senhoria um admirador sincero das qualidades e virtudes do senhor Eurico da Cunha[,] que, obrigado pelas maneiras lhanas que lhe tem dispensado, deseja participar da amizade do seu distinto afilhado.

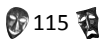
AMÉRICO – Já tive a satisfação de ouvir o nome do cavalheiro[,] nos limites que acabou de dizer-me, e tencionava mesmo ir visitá-lo logo que pudesse.

HEMETÉRIO – Obrigado.

AMÉRICO – Vim[,] depois de cinco anos[,] ver esta terra que tantas amarguras e recordações me fez experimentar. Não sei se será ocasião das pagas da consumição ou se estará ainda longe...

HEMETÉRIO – O doutor poderá ser muito feliz[,] desde que queira; formado como está, com a fama que o precede, envolver-se-á na política e[,] em breve[,] será assunto no poder.

AMÉRICO (*com certo ar*) – Não, meu caro amigo; seria macular minha honra ir me reunir aos homens ambiciosos que suplantam a dignidade pelos interesses da vida. (*Levantando-se e Hemetério acompanha-o*). Quem sabe se o senhor Hemetério acredita que na política há ainda caracteres respeitáveis?! Não pode e é impossível até, porque desde o instante que um lançar mão do





direito para livrar a dignidade, começará a perseguição até o momento da apostasia... Aí[,] então[,] para mais vergonha[,] os dissimulados estarão convertidos em amigos... Não pode haver política, quando não há lealdade... O dinheiro, o nosso maior inimigo, perverte tudo, até o caráter. *(Pausa)*. Buscarei uma ocupação que seja honrada... Mas não a mísera política, onde jaz adormecido o progresso de nossa pátria.

HEMETÉRIO – O que vossa senhoria diz é uma pura verdade... Mas eu, no caso do doutor[,] não me importaria, iria para o precipício; restava ao menos a consolação de ser igual aos outros.

AMÉRICO *(com alguma força)* – Nunca, senhor Hemetério, pisar um nome adquirido com trabalho, num ápice ver morta a minha consciência, na flor da juventude? Isso jamais! Persigam-me, maltratem-me... O meu nome será sempre o de quem me educou...

HEMETÉRIO *(resignado)* – Paciência... Todos nós pensamos e temos a nossa consciência...

AMÉRICO *(com ênfase)* – É um erro, senhor Hemetério; a consciência gera-se com a instrução; chega o tempo do combate na vida, ou arvora a palma ou desfalece...; no primeiro caso[,] segue para o futuro[,] como o veleiro batel nas águas plácidas; no segundo[,] some-se nas profundezas de um torvelinho: a vida é o barco sem leme, que a cada passo bate nos promontórios... E pode se passar com a alma tranquila[,] assim? Pois não nos lembramos que temos posteridade, temos filhos e eles necessitam de nomes honrados?! Oh! Meu caro amigo, desgraçado *(Eurico está na porta do seu quarto)* do pai que lega à sua prole um epíteto infame! Merece maldição eterna e muito justa.

Cena III

OS MESMOS e EURICO.

EURICO *(à porta)* – Mereço maldição eterna! *(A eles)*. Sou um pai ingrato!

HEMETÉRIO *(dirigindo-se a ele)* – Senhor Eurico, conversávamos sobre política e o doutor, apresentando as razões pelas quais não se filiava a partido algum, chegou a este ponto, isto é, disse-me que os pais que legam a seus filhos um nome manchado merecem condenação!

EURICO *(resignado)* – Ah! *(À parte)*. Ainda há segredo...

AMÉRICO *(com força)* – Oxalá visse um túmulo aberto a meus pés, e a sorte permitisse mendigar o pão coberto de andrajos... Mas... Oh... O meu padrinho suspeitar proferia uma palavra de ingratidão??... *(Põe as mãos na cabeça)*. Quando parece-me abrir um horizonte de consolo, vem a tristeza envolver-me no seu lúgubre crepe... Oh[,] Deus! Estará riscado[,] por Vós[,] esse atroz martírio durante uma vida inteira? Será possível que sejais tão desumano?

EURICO *(a ele)* – Américo[,] perdoa-me, se cometi um crime; mas[,] se soubesses, se compreendesses o quanto padeci durante a tua cruzada, poderias imaginar quem sou eu...



Cena IV

OS MESMOS e o DOUTOR.

DOUTOR (*entrando*) – Ora[,] muito obrigado... Esperando-os até agora e nada. (*Olha Américo e espantado*). O que tem, doutor, está pálido...

AMÉRICO – Nada, uma pequena alteração.

DOUTOR – Ora, desvança certos pensares, lembre-se que não é só quem sofre. (*A Eurico*). Vamos ao nosso passeio. (*A Américo*). Vamos, doutor. (*A Hemetério*). O senhor dar-nos-á o prazer de acompanhar-nos.

HEMETÉRIO – Teria nisso muita satisfação, mas é impossível; tenho de achar-me às seis horas em casa de um amigo... Acompanhá-los-ei até o cais. (*Tomam o chapéu e saem; passa-se um minuto para entrar Cecília*).

Cena V

CECÍLIA, só.

CECÍLIA (*entra apressada e declamando*) – Oh! Não está mais!... Julguei encontrá-lo, porque havia de contar-lhe tudo... Deus não me ajuda! É impossível compreender o meu amor!... Serei a mulher mais feliz, terei uma vida doce para recompensar tantos sofrimentos, se vir a meu lado Américo... (*Em delírio*). Américo! Américo! Só nas faces se lê a virtude, a honra, o amor, tudo o que há de grande! (*Refletindo*). Quem sabe se ele me ouviu! Ora, que importa, quando eu sofro uma dor terrível[,] desde o momento em que o vi? (*Pausa*). Não posso me compreender; tenho um instante de prazer e[,] subitamente[,] muda-se em letargia. Não me acho com coragem para expandir meus sentimentos! (*Entra Eduarda*).

Cena VI

A MESMA e EDUARDA

EDUARDA – Não os encontraste mais?

CECÍLIA (*dissimulada*) – Não, minha mãe.

EDUARDA (*indo sentar-se no sofá; Cecília acompanha-a*) – Quem sabe se foram para Petrópolis? É uma felicidade, porque só assim Américo melhora de seu abatimento e Eurico fica mais satisfeito. Já reparaste, Cecília, o amor que teu pai consagra a Américo?

CECÍLIA – E com muita razão; pois ele é tão bom, tão agradável, mostra ter-me muita amizade... Respeita a minha mãe e a meu pai, como se fossemos irmãos... (*Pausa*). Vosmecê não calcula o quanto me aflige esse tratamento... Só me lembrando que ele é só, não tem quem lhe admire... De tarde, quando se debruça no peitoril da janela, parece que é movido pelo padecimento!! Aquilo obriga-me a derramar lágrimas... Dá vigor a uma prisão que martiriza-me...

EDUARDA (*levantando-se; Cecília acompanha-a*) – Ah! Cecília, bem desditoso



é quem não conhece a sua mãe! Cerquem-no de doçuras porque aí mesmo estará o ferro da saudade; corram o mundo, que nunca hão de achar consolação! Nas noites de silêncio, quando surge a lua, a mãe do sofrer, atestada pela palidez de seu rosto, figura-se-nos que ela interroga onde está a tua mãe, quem compartilha de tua dor? Mãe, eu posso dizer o nome sagrado deste ente venerável, porque tive mãe! (*Cecília chora*). Não chores, minha filha, desenho-te unicamente o sublime que sou[,] a ti[,] para nunca me seres ingrata, para avaliares o santo afeto do amor materno.

CECÍLIA – Compaedecei-vos de sua sorte, desse coração tão misericordioso! (*Sacudindo a cabeça*). Oh!...

EDUARDA (*afagando-a*) – Vamos, Cecília, tem fé Nele, o grande Deus, que estenderá a mão a quem sofre. Vamos passear pelo jardim, desvanecer essa ideia. (*Saem*).

Cena VII

HEMETÉRIO, só.

HEMETÉRIO (*depois de chegar à boca da cena*) – Sim, é esta a casa onde jaz a ventura; é esta a casa onde criou-se a virgem pudica dos meus sonhos... Cecília, a única companhia que me serve, a única mulher que tem o coração como o meu, porque ambiciona o poder da glória e quer o sossego da vida, é aqui que dorme²⁷... É sobre este assoalho onde pisam seus pés! Oh! Não pode haver sorte mais amena! Eu, um fidalgo[,] que possui ingresso em todos os salões da aristocracia, ver[,] num instante[,] uma esposa ao lado[,] que[,] além do encanto não ideal[,] traz o que é o verdadeiro poder! (*Pausa e pensa*). Ah! Não estou bem... O doutor Américo poderá trair-me... Preciso levantar uma barreira para esse ataque... (*Vai direito à secretária; Cecília entra, ele esconde-se*).

Cena VIII

O MESMO (escondido) e CECÍLIA.

CECÍLIA (*entra apressada e em delírio*) – Oh! Não está?!... Era capaz de jurar que o ouvi falar!! Américo, para que demoras! Não queiras que eu conserve mais tempo a minha confissão!... Eu te amo[,] Américo!! (*Sai*).

HEMETÉRIO (*saindo do esconderijo*) – Oh! Infelicidade sem nome! Traído em tão pouco tempo! Deus! (*Pausa*). Vingar-me-ei! Mostrar-te-ei quem é mais poderoso... Cecília, ingrata! (*Com força*). Miserável, que não estremeceu ante a prática de uma infâmia! Desmascarar-te-ei perante à sociedade, proibindo-te [de] entrar em casas honestas ou há de voar pelos ares o teu crânio! (*Pensa*). Ah! Buscarei saber se és o bastardo que diz o povo. (*Senta-se e*

²⁷ Na edição original: "... que tem o coração como o meu (porque ambiciona o poder da glória e quer o sossego da vida) é aqui que dorme...".



pensa e levanta-se). Cecília cair nas mãos de um carrasco[,] que não aprecia a vida... Quem sabe se nas mãos de um filho bastardo!... Nodoad sua família. Os homens devem aplaudir[,] em vez de criminalar-me, se em poucos dias fizer desaparecer da terra este ente ignóbil! O senhor Eurico talvez ignore; vou escrever-lhe uma carta anônima, chamando atenção. (*Dirige-se à secretária e[,] no ir sentar-se[,] dá com um papel semi-fechado; volta à cena[,] olhando para os lados*). Um papel fechado! Um papel fechado!! (*Olhando para os lados*). Não terá ninguém? Vou cometer um crime. (*Abre e lê*). Um testamento!!! (*Vira a folha*). Do senhor Eurico!! (*Espanta-se*). “Hoje termino a vida[,] por meio do suicídio, visto não poder mais suportar o remorso!! Américo é meu...” (*absorto*). Reticência... (*Pausa e pensa*). Ah! Compreendi! Descobri o bastardo[,] que julga-se feliz, quando perto de seus pés está o despenhadeiro[,] donde tombará para a sociedade iludida conhecê-lo! Retiremo-nos, enquanto ele não chega! (*Sai*).

Cena IX

CECÍLIA e depois EDUARDA.

CECÍLIA (*entra apressada*) – Ainda não veio! Onde estará ele? Américo, vinde saciar esta vontade de ser uma condenada aos pés do juiz!! Vinde ouvir minha voz, implorando compaixão, apagando o fogo que me abrasa o peito! Oh[,] Américo (*entra Eduarda*), mancebo do meu ideal!!

EDUARDA (*entrando*) – O que estás fazendo aqui, Cecília?

CECÍLIA (*com calma*) – Nada, minha mãe, distraindo as ideias.

EDUARDA (*sentando-se*) – Senta-se e ouve-me. (*Cecília senta-se*). Eu bem conheço a mudança repentina que tens tido.

CECÍLIA (*admirada*) – Como?

EDUARDA – Sim, Cecília; é meu dever mostrar-te certos abismos[,] onde as mulheres como tu, pela sua fragilidade[,] tombam... Os homens, talvez ignores, são uns carrascos, destruidores das mais sãs virtudes... Sorrindo, eles nos fazem tragar venenos que medram o martírio perpétuo... São covardes, porque valem-se da fraqueza nossa, para estigmatizar, transformar-nos em instrumentos de mediocridades, quando não os conhecemos... A virgindade, a candura, a pureza são para eles o alvo onde procuram atirar a seta[,] que tudo mudará num caos! (*Pausa*). Não crê nos homens, minha filha; não entregues teu coração límpido, senão a quem conheças que te ama! Lembra-te que o casamento é o liame que une dois corações ou duas almas e não dois entes! E quando o homem é um inconsciente, a queda é mortal, a vítima cai da guilhotina[,] indubitavelmente...

CECÍLIA (*perturbada*) – Mas... Minha mãe... Se eu conseguisse um coração como o de Américo (*chegando-se a ela*), não seria ditosa[?]...

EDUARDA – Sim, serias muito feliz, porque Américo é honrado[,] e o homem honrado abomina a ignobilidade!



CECÍLIA (*contente*) – Oh! Minha mãe!... Mas...

EDUARDA (*com malícia*) – Basta, queres talvez me falar no senhor Hemeté-rio, não?

CECÍLIA (*com energia precisa e erguendo-se*) – Não me pronuncie esse nome[,] que aborreço e detesto... Um homem que é o protótipo da vaidade, corrompido, que só fala em grandezas... Eu entregar o meu coração? Será mais fácil a morte prender-me na tumba...

EDUARDA (*resignada e erguendo-se*) – Se o teu coração repele, abandona-o... Eu não sigo os exemplos de obrigar-se a casar a quem não tem amor, porque este é a base da união...

CECÍLIA (*dissimulada*) – Mas[,] que demora? Onde andarão eles?

EDUARDA – Eu também estou aflita por essa demora... (*Dirigindo a Cecília*). Vamos dar um passeio pela chácara, que as horas passam-se despercebidas²⁸. (*Saem*).

Cena X

EURICO, DOUTOR e AMÉRICO.

DOUTOR (*sentam-se*) – Eis o termo da nossa viagem, depois de admirarmos a variedade da natureza! (*A Américo*). Não inspirou-se por essas campinas, doutor?

AMÉRICO – Pelo contrário, creio que avivou a tristeza que sempre me segue.

EURICO (*com monotonia*) – A mim[,] só serviu para oprimir a consciência.

AMÉRICO (*atalhando e erguendo-se; Doutor[,] também*) – Há muito que pressenti haver um certo mistério na minha existência... O abatimento do meu padrinho não afirma descanso de espírito...

DOUTOR (*a Américo*) – Ninguém mais do que eu pode qualificar estas cenas: o doutor[,] abandonado no mundo, entregou a alma ao sentimento triste, à poesia doce e monótona e[,] hoje[,] não se extasia pelos prazeres da juventude... (*Com mofa*). Acho melhor encerrar num claustro... (*A Eurico*). Eurico, entusiasmado por essa vida solitária, preso pela poesia de quem sofre, vai compartilhando da letargia do doutor... Só eu é quem falta compartilhar da comédia...

AMÉRICO (*com ênfase*) – Se vossa senhoria pudesse internar-se por onde jaz o fiel das comoções sentimentais e lá observasse a lembrança que me enluta, o doutor havia de absolver-me.

DOUTOR – Vossa senhoria engana-se completamente... Era mister que eu ignorasse o que é essa romaria – a vida –[,] desconhecendo as tempestades que a desequilibram, causando um baque que quase sempre desmoraliza-nos, fazendo pender as forças! Não sei o qualificativo verdadeiro à covardia de quem sente pavor pelo sofrer, quando este é a condição da vida.

²⁸ Na edição original, “desapercebidas”.



EURICO (*erguendo*) – Apraz-me muito ouvir este diálogo, porém[,] desculpem-me, vou descansar este corpo martirizado...

DOUTOR – E eu vos sigo. (*A Américo*). Fica por cá[,] doutor?

AMÉRICO – Vou ver se escrevo ainda uma carta... (*Despedem-se e saem; Américo senta-se*).

Cena XI

AMÉRICO e depois CECÍLIA.

AMÉRICO (*senta-se*) – E não creem que vivemos sepultados, como se fossemos cadáveres[,] que as labaredas do sepulcro consomem... Têm razão porque esta gota de fel não são todos que tragam! Não são todos que suportam[,] com energia[,] a existência do condenado pela natureza[,] a viver no abismo da tristeza, sem nunca sorrir, pensar na ventura! (*Pausa*). Oh! Quanto dói na alma, quanto experimenta o coração, sem os olhos verterem uma só lágrima, no momento em que a imaginação desenha o passado, investigando um segredo e[,] repentinamente[,] a inteligência recua esbaforida [,] como que vendo uma visão! Uma mulher escrava eu vejo erguer do túmulo e quer abraçar-me! (*Levantando-se ligeiro, esfrega os olhos*). Eu sonho... Eu sonho... (*Resignado*). Oh[,] Deus! (*Pensa*). Ah! Tenho de escrever. (*Vai dirigindo-se à mesa[,] quando Cecília entra*).

CECÍLIA (*entra apressada*) – Américo! Américo! (*Dá com ele*). Oh!! (*Pensa e dirige-se a ele, ajoelha-se*). É impossível conter por mais tempo esta dor! Mata-me[,] se lhe não depositar estas palavras que profere meu coração. (*Américo está perturbado, estende a mão para levantá-la; ela toma-a e aperta no peito*). Américo[,] não olhes a minha loucura! Oh! Sorte cruel! (*Levanta-se pela mão de Américo*).

AMÉRICO – Dona Cecília, eu compreendo o que é o amor e não duvido das palavras de vossa excelência[,] mas... pesa sobre estes ombros a honra e essa não admite um só sorriso de admiração, quanto mais uma correspondência amorosa! Oh! Nunca! Dona Cecília! Um atrevimento, um crime perante às nossas consciências! Perdoe-me, mas custa-me a crer! Parece uma experiência!

CECÍLIA (*resignada*) – Mas[,] como! Não compreendi.

AMÉRICO – Quero dizer que vossa excelência deseja estudar o meu coração...

CECÍLIA – Desejo unicamente um bálsamo[,] para mitigar a dor que surpreendeu-me no momento de sua entrada nesta casa.

AMÉRICO (*atrapalhado*) – Perdoe-me, vossa excelência, retire-se, que se crimina em estar só comigo. Quem vir[,] fará uma ideia injusta.

CECÍLIA (*resoluta*) – Satisfar-lhe-ei os desejos, irei buscar um remédio, terminar com a vida, talvez, e[,] amanhã[,] quando ouvir a voz do remorso pronunciar – Cecília é morta! – não se arrependa, não vá a meu túmulo derrra-



mar lágrimas aflitivas; porque um coração de bronze não se reveste de sensibilidade.

AMÉRICO (*perturbado*) – Vossa excelência confunde-me[,] com o que não compreendo... Como ser possível que eu viesse perturbar o seu recato, vós que sentis ainda as ilusões infantis?!...

CECÍLIA – Interpreto o epigrama... Retiro-me convencida de que é ingrato e não ouviu as súplicas dos meus sentimentos... Passe bem... (*Sai; Américo acompanha com os olhos[,] até sair*).

AMÉRICO (*na volta*) – Compreenda-se esta série de enigmas que acompanham-me... Era só o que faltava[,] para me preocupar o espírito... Cecília apaixonar-se por mim em tão breve tempo e logo afrontar-me com a morte, se não lhe corresponder... (*Passa a mão pela testa*). Felizmente[,] sou arrojado e não temo a desgraça, sofrerei tudo calmamente e[,] no último caso[,] ganharei a palma. (*Pensa*). O que ia fazer? Ah... Escrever uma carta. (*Dirige-se à secretária, atalha o criado*).

Cena XII

O MESMO, CRIADO e depois HEMETÉRIO.

CRIADO – O senhor Hemetério manda pedir permissão para falar-lhe.

AMÉRICO – Manda-o entrar. (*Criado sai; entra Hemetério*).

HEMETÉRIO (*entra com o chapéu na mão, com voz grave*) – Tenho muito prazer em cumprimentá-lo. (*Hemetério fica colocado do lado da porta da cena*). Custa-me muito a representar este papel, vir fazer estalar um laço de amizade, contraído em tão pouco tempo! Mas é impossível! (*Com certo tom*). O senhor Américo é um infiel!

AMÉRICO (*espantado*) – Como[,] infiel?

HEMETÉRIO – Sim; foi a desgraça que penetrou nesta casa... Iludiu a inocente Cecília.

AMÉRICO – Oh! Senhor Hemetério[,] não diga semelhante coisa, que atira uma injustiça à face de uma família pudica...

HEMETÉRIO (*com escárnio*) – Infâmia sem nome! Falsidade miserável e baixa!!

AMÉRICO (*semi-forte*) – Insulta-me inocentemente e não admito; veja o senhor que estou em minha casa.

HEMETÉRIO – O cinismo retratado no rosto de um traidor!

AMÉRICO (*colérico*) – Retire-se, que a um mazorro²⁹ a delicadeza excita o atrevimento... Retire-se (*apontando a porta*) ou então far-lhe-ei saltar aquela janela... (*Vai-se dirigindo a ele[,] que recua*). Ter a coragem de insultar-me vilmente, com calúnias?

HEMETÉRIO (*com certa voz de medo*) – O senhor impõe em sua casa...

²⁹ No original, “um mazorra”. Preguiçoso, indolente. Grosseiro, rude, incivil.



AMÉRICO (com força) – Desgraçado! (Investe contra ele[,] até o centro). Some-te... (Hemetério[,] recuando[,] atira uma cadeira ao chão e para na porta). Macular a minha honra! (Entram correndo Cecília e Eduarda).

Cena XIII

OS MESMOS, CECÍLIA e EDUARDA.

CECÍLIA e EDUARDA (correndo) – O que é isto?

HEMETÉRIO (da porta[,] com força) – Espera[,] que a máscara que esconde teu pai será rasgada e a sociedade verá um bastardo, um negro, e não um afilhado do senhor Eurico!

CECÍLIA e EDUARDA – Oh! Insultos!!...

AMÉRICO (com força) – Caluniador! (Corre à porta; Hemetério foge).

EDUARDA (com afago) – Américo, calma, não te impressões.

AMÉRICO (senta-se[,] abatido) – Quem pode aturar um infame[,] que penetra nesta casa insultando-me... dando-me o epíteto de traidor...

CECÍLIA (com ingenuidade) – Mas[,] por quê?

AMÉRICO (erguendo-se) – Não vos sei explicar! (Cecília vai sentar-se[,] com as mãos nos olhos).

EDUARDA – Ainda mais esta[,] para o incomodar. (Vira-se e vê Cecília chorando). Estás chorando, Cecília?... Era só o que faltava.

AMÉRICO – A justiça sempre predominou! (Pequena pausa). Tinha sete anos quando senti-me no mundo, rodeado dos carinhos desta mãe (mostra Eduarda), que sempre me estimou; preocupado com os brincos infantis que tudo esquecem, adquirir forças para a vida de forasteiro. (Cecília presta atenção). Um dia[,] recebi ordem de deixar esses tempos doces e eis-me abandonado, resistindo heroicamente, tendo só em vista ser homem! As trevas rompem-se e a voz da consciência me interroga: onde está tua mãe? É morta!! O luto cobre-me; o sorriso da infância³⁰[,] enrobustecido pelo bafejo das primaveras, trocou-se pela dor e pelo martírio... Começa a luta... (Pausa) Depois de tantas contrariedades[,] consegui a vitória!! Ah!! Vou sossegar o meu espírito cansado de tantas fadigas, disse eu... Completo engano... Surgem de todos os lados a perseguição, calúnias no intuito de suplantarem-me!!! Cospem-me na face, chamando-me bastardo, como se o bastardo tenha a culpa do erro de seu pai... (Pausa e pensa). Eu! Bastardo?!... Meu pai[,] quem será?! (Senta-se).

EDUARDA – Américo, a política tem estragado de tal forma esta terra, que só se ouvem calúnias, nada se respeita; se deres ouvidos ao que dizem[,] ficarás louco!

AMÉRICO (erguendo-se) – Não pode deixar-se incólume aquele que ousa insultar a uma família! Vossa excelência desculpe o espetáculo...

³⁰ Na edição original, “o sorriso da infâmia”.



EDUARDA (*com ar alegre*) – Está desculpado... O senhor presta-me um obsé-
quio?

AMÉRICO – Com muito gosto.

EDUARDA – Vamos desvanecer esta raiva no jardim[,] apreciando as flores!
(*A Cecília*). Vamos, minha filha.

CECÍLIA – Eu fico[,] minha mãe. (*Saem*).

Cena XIV

CECÍLIA, só.

CECÍLIA – Como se paga o amor!... Desprezando-me, como se estivesse cor-
rompida! Américo é muito ingrato e a sua ingratidão[,] se me levar à tumba,
resta-me o consolo de se lhe chamar alma perversa... Deus é justo e onipo-
tente... Dá forças para resistirmos à crueldade dos homens. (*Pausa*). Eu fui
desprezada, ele menoscabou da minha fraqueza; mas os céus me ouvirão e
alguém me vingará... Vou abandoná-lo. (*Pensa[,] com pausa*). Não! Não
posso... Estas palavras já me feriram o coração!! Não posso desprezar quem
alimenta a minha vida!! Repila-me[,] embora, amá-lo-ei.

Cena XV

A MESMA, EURICO e o DOUTOR.

EURICO (*reparando na filha*) – O que tens, Cecília?

CECÍLIA – Meu pai... Estava sozinha e comecei a pensar em vosmecê.

EURICO – Onde está Américo?

CECÍLIA – Saiu a passear com minha mãe.

EURICO (*semi-perturbado*) – Estavas presente na ocasião do pugilato que
aqui houve?

CECÍLIA – Chegava quando o senhor Hemetério saía, no mesmo momento em
que[,] da porta[,] chamava a Américo bastardo!

EURICO (*admirado*) – Bastardo! (*Senta-se[,] com a mão na cabeça*). Meu
Deus!

DOUTOR (*a Cecília*) – Cecília, vai para dentro[,] que desejamos ficar sós.
(*Cecília sai. Pausa e o doutor*). E esta, meu caro amigo, o que reputávamos
segredo, falado pelo público...

EURICO (*erguendo-se*) – É a confirmação da ideia que já lhe expus; a desgraça
me acompanhará até o túmulo... Uma série contínua de sofrer... Oh! Hora
maldita[,] que não pensei ser hoje castigado tão acremente; os homens
indignados lançarem à face do meu filho a luva do escárnio... Chamarem-
-lhe[,] com desdém[,] bastardo! Quando a culpa é de seu pai! Se o bastardo é
um cão para se expelir da sociedade, quando este é o retrato fiel da inocên-
cia! (*Pausa*). É impossível resistir a esta dor, vou acomodar-me e o doutor
espera[,] para o aconselhar. (*Segue para o quarto[,] acompanhado do doutor,
que volta da porta*).



DOUTOR – Tudo isto é uma das tantas cenas que se representam à frente de nossa pátria, cujos cúmplices são os nossos antepassados[,] que não previram as desgraças trazidas pela maldita escravidão! O homem sem lar descrê de tudo, impressiona-se pelas futilidades[,] e essa impressão é o remorso que não o deixa! O escravo[,] que possui as mesmas faculdades que nós, curvado ante seu próximo, morre muitas vezes sem saber que teve vida! O senhor, o miserável, nem se recorda que ele é um algoz que subjogou uma consciência, que pisou a própria natureza, não dando luz a um crânio, que seria um obreiro da pátria! É incrível que não haja um momento de pensar e esses homens malvados não se lembrem que manter um irmão em algemas é uma afronta à sociedade, um crime perante Deus! Ó cidadãos, lembrai-vos que a liberdade é a vida e a vida é a conquista do progresso e da ciência, restabelecendo a nossa grandeza!! Como quereis que sigam nessa vereda plana os vossos irmãos, se agrilhoais a inteligência, maculando a vossa pátria, com a vergonha que lhe reveste, quando quer atirar um louro à ciência, cume da liberdade? É tempo de lançardes um olhar retrospectivo (*entram Eduarda e Américo*) e corardes de pudor[,] ante tantos quadros angustiosos...

Cena XVI

O MESMO, EDUARDA e AMÉRICO.

EDUARDA (*entrando*) – Recebeu o meu recado, doutor[?]

DOUTOR – Tive esse prazer.

AMÉRICO (*ao doutor*) – Vossa senhoria já teve conhecimento do insulto que me veio atirar à face o fidalgo, senhor Hemetério?

DOUTOR – O próprio relatou-me[,] ligeiramente.

AMÉRICO – Talvez não lhe dissesse que, caluniando-me, ofendeu a família de que faço parte. Miserável! Falsário! Que não respeitou a ingenuidade de uma menina...

DOUTOR – De uma menina?!...

AMÉRICO – Sim, doutor, proferiu[,] em voz alta, que tinha conquistado o coração de Cecília... Eu, que a considero como uma irmã... Que sempre dediquei-lhe profundo respeito... Arrependo-me de não lhe ter feito voar a cabeça, porque só assim saciaria o meu ódio... Vingaria uma afronta[,] jogada por um infame...

DOUTOR – Vossa senhoria acalme-se e procure esquecer o passado, porque o miserável que lhe ofendeu é indigno de todas as considerações... Filho de um fidalgo, por herança de seu pai[,] recebeu uma grande soma, meteu-se nos bordéis e hoje só lhe resta o nome aristocrático, que só lhe serve de vaidade... Está completamente pobre e[,] além disso[,] desmoralizado, pois não paga aos credores... Eu[,] há muito[,] compreendi as suas visitas nesta casa, mas engana-se...

EDUARDA – Então[,] Hemetério tem esses predicados? Pois eu ignorava...



DOUTOR – E outros que oculto por compaixão...

AMÉRICO – Arrependo-me de ter repellido tão acremente a afronta; nem todos os homens são dignos do meu ódio...

DOUTOR (*a Américo*) – O doutor já está resignado, já conhece o senhor He-
metério. Bem, agora é bom retirar-se, ir deitar-se, sossegadamente... Eu vou
fazer o mesmo. (*Despedindo-se*). Amanhã[,] estarei por cá bem cedo. (*A*
Eduarda). Dona Eduarda[,] até amanhã. (*Américo e Eduarda o acompanham*
até a porta).

AMÉRICO (*com certo tom*) – Repetem-se[,] quotidianamente[,] cenas trági-
cas... Passam-se todas as alegrias da juventude e só um tema retém-se no
meu cérebro... Olho o passado e me parece que[,] ao longe[,] distingo uma
luz que tremula, a luz da desventura... Corroboram-se as minhas suspeitas...
(*Com tristeza*). Só me parece que algum mistério envolve o meu nascimento;
os sonhos que me preocupam não cessam de me dizer; o abatimento de meu
padrinho também atesta alguma coisa... Dona Eduarda[,] é só a quem me
resta indagar se não se lembra da minha infância, como vim parar nesta
casa?...

EDUARDA – Eu também de nada me recordo... Lembro de uma manhã que
ouvi uma criança chorar no meu quarto; perguntei a Eurico quem era, disse
[que] era seu afilhado, cuja mãe tinha morrido, deixando-o na orfandade!...
(*Américo mostra-se aflito*).

AMÉRICO – Continue...

EDUARDA – Depois[,] essa criança se fez homem... Nesse longo espaço de
tempo[,] meu marido viveu oprimido por uma ideia, que lhe fazia até cho-
rar... Por mais que lhe pedisse uma explicação das lágrimas, nunca de sua
boca nada ouvia a não ser: é tarde! É tarde!!

AMÉRICO (*depois de um breve silêncio*) – Hoje[,] irei interrogar o silêncio da
noite sobre esse mistério e[,] amanhã[,] serei sabedor[,] para dar um destino
à alma esfacelada! Agradeço-lhe muito esta explicação...

EDUARDA – Acho melhor ir descansar... Já é tarde... (*Estende a mão*). Até
amanhã. (*Sai; Américo a acompanha até a porta*).

AMÉRICO (*na volta[,] senta-se, põe a mão na cabeça e[,] depois[,] levanta-se*)
– Que vida romântica é esta! O martírio sempre ao meu lado e parece que
será a lousa do meu túmulo... Que suplício!! Órfão!! Bastardo!! Não ter com
quem repartir o seu padecer!! O desterro ser a sua habitação!!! Peregrinar
através de espinhos!! (*Atiram uma carta pela janela; Américo vê e vai apa-
nhar; volta e lê[,] para si[,] com força*). Oh! Raça impudica!! Homens miserá-
veis!! (*Atira a carta no chão; pensa e[,] com voz monótona e alta*). Miséria!
Fraqueza! Egoísmo! Perversidade[...] são a bússola da sociedade hodierna!!

CAI O PANO.



ATO III

Sala pobre, com sofá, cadeiras; Eurico[,] em trajos caseiros e já de cabelos brancos[,] está sentado junto à mesa[,] com ar triste.

Cena I

EURICO e depois o DOUTOR.

EURICO (*com voz alta e melancólica*) – Que estado crítico é o da nossa sociedade!! Estamos reduzidos a um instrumento vil, levados pela nossa boa fé!! (*Levanta-se*). Caráter, honra e dignidade são símbolos iníquos, selos da ignomínia, íngremes barreiras para a prática de infâmias; é mister seu desmorroneamento e[,] como acontece ao cancro, é preciso cortar a última raiz, evitando o contágio! É preciso exemplo do nosso desvario[,] à face de todos[,] para que se degenerem os homens e atinjam com ufania o alvo, o poder, o cume da hipocrisia, do bordel, filho da nossa ignorância, onde se aglomeram os sinceros sectários do crime e os verdadeiros desmoralizadores da pátria! Eis o progresso, essa palavra que ressoa em todos os ouvidos! A sociedade[,] convertida em palco[,] onde se representam os dramas de imoralidades, traçados pelo punho da aristocracia! Triste situação! Se existe um audacioso que tenta reformar a tradição, o passado da ignorância, a perseguição começa... Quem ousa colocar a justiça acima dos preconceitos sociais? Oh! É um réu, cuja paz deve ser perturbada até o momento de a necessidade lhe obrigar a seguir a vereda da desonra! (*Pausa*). Almas endurecidas pelos lamentos e lágrimas!! Corações sepultados no mar do egoísmo!! Adoradores da religião anti-filantrópica! que nem o próprio remorso dobra ao peso de tanta crueldade! Só queda! Só miséria!! Não choremos, cidadãos, que não mui longe nos espera um abismo[,] onde submergirão esses apóstolos da história negra, que escarram à face da honradez!! (*Entra o doutor*).

DOUTOR – Caro amigo (*pondo o chapéu na mesa*), já sei que dormiu descansadamente... (*Aperta a mão*).

EURICO – É verdade, passei perfeitamente a noite.

DOUTOR – E assim deve sempre fazer, porque o sono é o principal alimento do corpo e o essencial do espírito. (*Senta-se no sofá; Eurico[,] numa cadeira*).

EURICO – Levantei-me hoje disposto a ouvir os lamentos de nossa pátria e apreciar os verdugos que a representam, celebrizando-se pelas suas atrocidades e crimes... De todas as partes[,] rompem protestos contra os desrespeitos às leis, dando lugar a que nos confundamos com os antigos súditos da feudalidade[,] que insensivelmente se impressionavam com as ideias torpes, hasteavam a bandeira do triunfo e seguiam com a convicção tranquila[,] à busca de um troféu inútil, onde só jazia o desejo do sangue... Hoje[,] o que vemos, meu caro amigo? Só a desgraça!

DOUTOR (*levantando-se*) – Só a desgraça, abraçada com a miséria!... Bradem



os mártires, cujos lamentos profundos[,] no silêncio da noite[,] repercutem por essas florestas virgens e ferem os nossos ouvidos! Digam lá[,] no túmulo[,] os infelizes escravos[,] que morreram sem saber que tiveram vida, porque a sociedade egoísta roubou-lhes o nome, a razão e a própria consciência, a nossa mãe moral!!! Chorem[,] verdadeiros filhos do martírio[,] e façam com que essas lágrimas secas venham aquecer as almas marmóreas e elas compreendam a crueldade e sua perversidade!! Ó malditos antepassados[,] que acompanharam a ignorância, não interpretando os sentimentos grandes, firmando um alicerce que toldava o entusiasmo da glória!! Desgraçados dos entes que buscam o seu bem-estar, atirando uma nódoa na história de um povo[,] que enobreceu-se pelo poder do trabalho. (*Entra Américo*).

Cena II

OS MESMOS e AMÉRICO.

AMÉRICO (*saindo do seu quarto*) – Bom dia, meu padrinho. (*Mesura*). Bom dia, doutor.

DOUTOR – Já estamos mais satisfeitos... Parece que há alegria no vosso rosto! (*Senta-se*).

AMÉRICO (*sentando-se no sofá*) – Certamente, que a tristeza corre, quando observo dois íntimos amigos passeando distraidamente! É uma verdadeira felicidade...

DOUTOR (*sorrindo*) – Julgo mais feliz quem, possuindo talento, aspira um grande nome no seu país.

EURICO (*atalhando*) – Mas nunca esquecendo-se que foi amigo das grandes virtudes, e...

AMÉRICO (*idem*) – Basta, meu padrinho, entendi tudo... E juro-lhe que acima de todas as perseguições estão³¹ a minha honra e a vossa...

DOUTOR – Oxalá que assim seja... Porém[,] as apostasias são muitas, os exemplos são produzidos continuamente, seja em que vista encaremo-los... Na política, por exemplo, esse tablado onde tudo se vende pelo egoísmo e pelos sentimentos baixos, o que percebemos? Os homens que nos representam, a quem confiamos os destinos de nossa prosperidade, animados pelas suas eloquentes palavras, que são a síntese do amor à civilização, ao progresso, subitamente esquecendo o prometido, quebrando a sua confiança íntima, tudo oriundo da sórdida ambição, que lhes não deixou refletir um só momento!

EURICO – É a verdade patente.

AMÉRICO – Assim procedem todos aqueles que, ignorando o que são ideais, levados pelo fogo da mocidade, defendem uma crença... E[,] passados tempos, sem pudor, são adversários de seus amigos... Comigo não acontecerá o

³¹ Na edição original, "está".



mesmo, porque[,] em primeiro lugar[,] estudei as crenças dos grandes homens, estabeleci um paralelo entre todas e tirei uma conclusão. Esta conclusão foi a ideia que abracei e pela qual derramarei o meu sangue.

DOUTOR (*levantando-se*) – Grande lição à mocidade que[,] mal saindo das trevas[,] brada em todos os lugares partidários e admiradores de vultos políticos! Que excelente modo de pensar! Eu só lastimo essa plêiade de jovens que se embriaga pelas ideias modernas, não ouvir este conselho!

EURICO (*idem*) – Deixemo-nos de política... A verdadeira política não existe entre os homens... (*A Américo*). Vamos sair. Vou te levar à casa do amigo Afonso Menezes, um dos respeitáveis caracteres desta cidade; busca o chapéu.

AMÉRICO – Então[,] com licença. (*Sai*).

EURICO (meio *admirado*) – Doutor, o que diz?... Não notou a mudança?... Satisfeito, amável, conversador! Faz suspeitar alguma coisa...

DOUTOR – Não há nada que desconfiar, meu caro amigo; tudo tem seu termo... Américo consolou-se... Os meus conselhos foram-lhe movendo pouco a pouco... Agora só nos resta uma coisa: é cobrir o passado com uma pedra e nunca mais nele falar.

EURICO (*satisfeito*) – Está dito. (*Entram Cecília e Eduarda*).

Cena III

OS MESMOS, CECÍLIA e EDUARDA.

EDUARDA (*entrando com Cecília[,] pela porta do seu quarto*) – Já que não apareceram, vimos cumprir a nossa obrigação.

DOUTOR – Íamos para lá[,] agora; sente-se, comadre; Cecília[,] senta-te. (*Sentam-se*).

EURICO (*que conserva-se de pé*) – Vosmecês, fiquem na palestra, que vou vestir-me. (*Sai*).

EDUARDA (*espantada*) – Que mudança observei em Eurico... Vejo-o tão satisfeito... Não achas, Cecília?

CECÍLIA (*com ingenuidade*) – É exato...

DOUTOR – Qual, dona Eduarda, Eurico foi sempre o que sabe; mandou o afilhado estudar e[,] com certeza[,] devia ter cuidados, porque Américo estava ainda menino, sem pai e sem mãe! Essas vigílias deviam[,] indubitavelmente[,] prostrá-lo! Adquiriu o hábito de sempre viver triste, magoado; porém[,] pouco a pouco[,] terminará!

EDUARDA (*com tom melancólico*) – Muito também sofri!... Só Deus o poderá saber!...

CECÍLIA – Houve quem mais sofresse!...

EDUARDA – Quem foi?

DOUTOR (*atalhando*) – Com certeza[,] foste tu... Não?

CECÍLIA – Não senhor, meu padrinho; foi o senhor Américo... Eu é que posso



dizer, porque três noites consecutivas o observei apreciando o luar e pude compreender o seu desassossego.

EDUARDA (*semi-admirada*) – Mas[,] como foi que viste?

CECÍLIA – Muito bem; a janela do meu quarto tinha ficado aberta sem eu saber... Estava deitada quando percebi; levantei-me para fechá-la e[,] exatamente ao colocar a mão, ouvi um suspiro prolongado; parei absorta e[,] olhando para cima, vi que Américo conjeturava. Desde este instante[,] não dormi mais; quis ver o final dessa vigília! As horas passavam-se; de quando em quando[,] o velho bronze repercutia pelo espaço e confundia-se com o silêncio! Finalmente[,] dominada pela fadiga[,] fui deitar-me e ele[,] sem mover os lábios[,] olhava para o horizonte.

DOUTOR – Não é muito bom tanta curiosidade.

EDUARDA – Eu já disse a ela[,] tantas vezes... Podias apanhar um vento ao levatares e estavas morta.

CECÍLIA (*com certo jeito*) – Ora!... (*Entra Américo*).

Cena IV

OS MESMOS, AMÉRICO e depois EURICO.

AMÉRICO (*pondo o chapéu em cima da mesa*) – Já me esperavam... (*Vendo-as*). Ah! Por cá? Também nos acompanham à casa do amigo Afonso Menezes?

EDUARDA – Não, Américo... O passeio foi desprezado por Cecília; precisa muitos rogos e[,] assim mesmo[,] vai contra a vontade.

AMÉRICO – Oh! Admira muito que[,] na sua idade, o tempo dos sonhos de amor, quando tudo é a ventura que desponta... Dona Cecília coberta de tristeza, deixando a juventude evaporar-se!!

CECÍLIA (*perturbada*) – Não... Estou contente... Não manifesto, porque o senhor deve saber que há sentimento interno e externo... Muitas vezes[,] sorrimo-nos e só Deus sabe o que em nossa alma contém!...

DOUTOR – Sempre revelas inteligência... (*Entra Eurico*).

EURICO (*com chapéu*) – Estou pronto. (*Vai à mesa, põe o chapéu, bate a campainha; aparece o criado*). Vai à cocheira[,] que me mandem um carro. (*Criado sai. Eurico senta-se na cadeira[,] em frente a Américo; Cecília e Eduarda no sofá, e o doutor na cadeira junto à mesa*). Não sei explicar o júbilo que de mim se apodera, quando vou visitar um amigo.

AMÉRICO – Rivalizamos neste ponto...

DOUTOR – Eu, que bem compreendo a amizade dos áulicos, sinto até pesar.

AMÉRICO (*movendo-se*) – Doutor, queira não profanar ao menos a palavra – amigo – esse nome que tem concentrado em si a maior das virtudes!... O amigo, como se fosse o matrimônio, tem um laço e[,] desde que contraído, dois homens têm cumprimentos mútuos de representar papel de pai, mãe e irmãos. Assim faz o amigo sincero, aquele que, vendo ao longe lutar com as



ondas encapeladas, atira-se às garras da morte[,] no intuito de salvá-lo ou de terminar a vida, porque ele faria o mesmo...

DOUTOR (*sorrindo*) – É heroico o ato, mas tem aspecto de fantasia...

AMÉRICO – Pois creia vossa senhoria que é uma particularidade que goza o meu entender e pô-lo-ei em prática[,] em ocasião azada³².

DOUTOR (*a Eurico*) – O que diz a este pensar, compadre?

EURICO – Que é grande e nobre... Mas...

DOUTOR (*sorrindo*) – Pôr em prática é difícil. (*Ouve-se rodar de carro*).

EURICO (*levantando-se*) – Está aí o carro... Vamos... (*Levantam-se; Eurico e doutor saem – Américo despede-se[,] sem tocar em Cecília*).

Cena V

EDUARDA e CECÍLIA.

(*Cecília vai sentar-se perturbada*).

EDUARDA (*à plateia*) – Vejam se isso não se assemelha a um verdadeiro drama da vida de uma família... Eurico, em sua juventude, o maior folgazão possível, amigo dos prazeres familiares, um verdadeiro lírico inspirado no perfil, no simpático rosto das filhas de beleza; o poeta, querendo imitar Gonçalves Dias, ao cantar, em sua frase, a protagonista das grandes epopeias; pouco depois de casado[,] transforma-se em descrente, parece que abomina o mundo, detestando até a vida. (*Pausa*). Eis o seu estado durante muitos anos, que passaram-se regados pelas lágrimas de uma esposa... A única consolação que restada era a morte; o próprio tempo já ninguém julgava capaz de o alegrar... Hoje[,] vemos uma metamorfose! O sorriso veio-lhe ao rosto... Desvaneceu tudo... Até o próprio Américo[,] conversando com alegria, trocando sorrisos com Cecília!

CECÍLIA (*levantando*) – O quê; minha mãe?

EDUARDA – O estado de Américo...

CECÍLIA (*alegre*) – É verdade... Tão alegre... Tão contente... (*Triste*). Oh! Se ele imaginasse...

(*Criado na porta*).

Cena VI

AS MESMAS, CRIADO e depois HEMETÉRIO.

CRIADO (*da porta*) – O senhor Hemetério pede licença para falar com vossas excelências.

CECÍLIA (*com escárnio*) – Que peste!... Minha mãe, eu vou-me embora, não fico aqui...

EDUARDA – Cecília, isto é uma indiscrição; quem sabe se ele já não ouviu a tua voz...

³² Propícia, oportuna, própria.



CECÍLIA – É impossível, minha mãe: me aflige muito a presença deste moço... Tenha paciência. (*Sai por um lado*).

EDUARDA (*ao criado*) – Que faça o favor de entrar. (*À plateia*). Vejamos o negócio que o faz vir aqui[,] depois do espetáculo de que foi causador...

HEMETÉRIO (*ao deixar o chapéu*) – Finalmente[,] chegou a hora desejada! (*A Eduarda; cumprimentando*). Como tem passado? E vossa respeitável família?

EDUARDA – Sem novidade, graças a Deus. (*Dirigem-se ao sofá[,] para sentar-se*).

HEMETÉRIO – Há muito[,] esperava ocasião de visitar a vossa excelência, quando estivesse ausente o senhor Américo. Agora[,] felizmente[,] descia à rua do Visconde do Rio Branco e vi o carro que o levava. Julguei feliz e não me fiz esperar.

EDUARDA – Eu creio que o senhor Hemetério não tem a menor razão de queixa para com ele...

HEMETÉRIO – Vossa excelência, pelo que vejo[,] ignora tudo...

EDUARDA – Talvez.

HEMETÉRIO – Vou ser franco e desculpe[,] se é que há ofensa... O fogo intenso do amor[,] há muito tempo[,] me abrasava[,] por almejar um coração puro e virgem como o de Cecília.

EDUARDA (*semi-espantada*) – De Cecília?...

HEMETÉRIO – Sim, foi ela quem me alimentou com a sua ingenuidade... Cria-me feliz, quando chegou o Dr. Américo. Um dia entrou nesta sala e ouvi de sua própria boca um lamento de amor, um choro de coração!...

EDUARDA – Mas quem é que chorava?

HEMETÉRIO – Dona Cecília, a inocente que arrebatava-se pela voz do condenado[,] que lhe quer atirar de um precipício!

EDUARDA (*levanta-se e Hemetério acompanha-a*) – Pelo amor de Deus[,] não faça um juízo temerário de Américo! Uma alma inofensiva, débil como a vergôntea viva[,] que quebra ao sopro brando da brisa... Temos ali o protótipo do verdadeiro filho, do verdadeiro homem honrado...

HEMETÉRIO – Quanta ignorância! Verdadeiro filho... Eu o conheço desde a infância.

EDUARDA (*com resignação*) – O senhor Hemetério ainda não teve ocasião de apreciar as nobres qualidades de Américo. Irei buscar uma laje para cobrir o passado, trarei Américo para o reconhecer como amigo e ficará convencido da realidade...

HEMETÉRIO – Aceito.

EDUARDA – Permita-me um momento[,] para eu ir ao jardim chamar Cecília. (*Sai; Hemetério a segue até a porta*).

HEMETÉRIO (*à plateia*) – Talvez seja isto o horizonte da felicidade... Se conseguir esta paz, ele saberá a sua condição social, saberá que é um bastardo, filho de uma escrava... E[,] com certeza[,] a impressão invadirá o espírito, a morte será inevitável... E eu serei feliz... (*Pausa*). Mostrarei que o poder da



infâmia dominará sempre a sociedade, transformemo-nos embora em Judas! Arrancarei uma mulher das mãos de um sicário! (*Pausa*). Cecília ter como esposo um homem de nascimento obscuro, podendo ter um fidalgo, podendo frequentar a alta sociedade, os teatros, passear pela Europa...

CRIADO (*da porta*) – Um cavalheiro precisa falar com vossa senhoria.

HEMETÉRIO – Quem é? Não o conheces?

CRIADO (*entrando*) – É aquele que já veio outro dia procurar a vossa senhoria; ele me disse que morava com vossa senhoria.

HEMETÉRIO (*com ar*) – Ah! Já sei... Diz-lhe que entre.

Cena VII

O MESMO e JOSÉ LISBOA.

LISBOA (*furioso e com o chapéu na mão*) – Meu amigo, estamos mal; os meirinhos foram em casa e levaram os nossos trastes...

HEMETÉRIO (*tímido*) – Fala baixo... Baixo. (*Olha para os lados*).

LISBOA – Eu sempre lhe disse: lá[,] um dia[,] estamos na rua... Você não paga o que deve; isto é uma vergonha...

HEMETÉRIO (*desapontado*) – E esta... Bem... bem... Vai, que eu já vou...

LISBOA – Não; vá você... Arranje-se...

HEMETÉRIO (*pegando no braço*) – Mas vê... Isto é uma vergonha! Deixa-me só... Espera-me em qualquer parte, que eu vou já...

LISBOA – Bem; eu vou[,] por muito favor. Se demora, eu volto outra vez.

HEMETÉRIO (*acompanhando-o até a porta*) – Sim, sim. (*Na volta; sem jeito*). Esta chegou a propósito. Precisa coragem... Onde o meu entusiasmo?

Cena VIII

O MESMO, EDUARDA e CECÍLIA.

EDUARDA (*entrando com Cecília*) – Já deve estar cansado de esperar-nos.

HEMETÉRIO – Não por isso. (*Cumprimenta Cecília; esta vai sentar-se longe*).

EDUARDA (*indo sentar-se com Hemetério*) – Pois Cecília apreciava a variedade das flores.

HEMETÉRIO – Só mesmo quem vive uma vida de encantos é quem pode apreciar o que produz a natureza! (*Levanta-se; todos acompanham*). Tive o prazer de falar com vossas excelências... Um amigo espera-me e não posso deter-me. Hoje, mal desocupe-me, virei conversar e apertar a mão do amigo Dr. Américo. (*Despede-se e sai*).

CECÍLIA (*na volta[,] senta-se e Eduarda idem*) – Oh! Homem aborrecido, cuja presença me causa nojo! Não posso olhá-lo, porque o meu sangue revolta-se.

EDUARDA – Para que lançares um qualificativo num moço que não conheces?! Sabes, por ventura[,] o teu futuro? Quem sabe se o destino não o guarda para teu esposo e vás observar a verdadeira antítese do teu conceito em



relação a ele?! Diz o velho anexam: Nunca se diga desta água não beberei, nem deste pão não comerei.

CECÍLIA (*levantando-se e com força*) – Oh! Deus! Prefiro mil vezes a vida flagelada, a vida da miserável[,] que bate de porta em porta, pedindo uma esmola em Vosso nome... Prefiro que a desgraça veja[,] todos os dias[,] de meus olhos[,] a lágrima do infortúnio... Esperarei com resignação a sina de exalar o suspiro último num catre onde a infelicidade sorri amargamente... Mas... Minha mãe, esse homem não compartilhará do meu coração. (*Pausa; pensa comovida*). Uma dor me domina, um sonho de ventura não me deixa! Ah! Bárbaro! Cruel! Repeliu o meu amor! Lançou-me a indignidade na face!

EDUARDA (*ergue-se espantada*) – Explica-te, que eu não compreendo.

CECÍLIA (*com certo ar e apontando o coração*) – Não, minha mãe, esse pedaço sublime é como uma saudade que se conserva no vaso do coração e que ainda o próprio sepulcro guarda em segredo.

EDUARDA (*com raiva*) – Sim, filha, queres dizer à tua mãe que ela não pode saber de um segredo teu, quando Deus determina à mãe riscar com a sua sabedoria uma vereda onde a filha marche, afastada do erro, preparando para o seu papel futuro... Não é?

CECÍLIA (*a ela*) – Não diga isso, minha mãe!

EDUARDA (*recuando*) – Então[,] o que queres dizer?

CECÍLIA (*aflita*) – Eu confesso... Mas[,] perdoe-me, porque eu não sei explicar a origem deste amor... Eu amo Américo e ele me detesta! (*Encobre o rosto com a mão*).

EDUARDA (*com monotonia*) – Tu amas Américo e Américo te detesta! Como sabes disto?

CECÍLIA (*tirando a mão do rosto*) – Foi uma vergonha... Comecei a sofrer por ele e[,] um dia[,] tomei uma resolução definitiva... Esperei-o[,] até chegar; quando o vi entrar, lancei-me aos seus pés, dizendo que o amava. (*Pausa*). E o ingrato mandou-me retirar[,] imediatamente. (*Vai para o sofá, onde chora*).

EDUARDA (*pasma*) – Que cena bonita! E a cúmplice de toda ela é a mãe, que não ensinou a ciência difícil do coração. Quis que o amor arremettesse o seu dardo e a vítima sentisse todos os seus efeitos. Estou convencida de que o coração também se educa... (*Ouve-se rumor de carro*). Cecília[,] vai para dentro[,] enxugar os olhos, eu ouço rodar de carro. (*Cecília sai ligeiro*).

Cena IX

EDUARDA, AMÉRICO, EURICO e o DOUTOR.

(*Ao entrar[,] Eduarda vai ao encontro; os que chegam colocam os chapéus na mesa; Eurico e o doutor sentam-se*).

AMÉRICO (*cumprimentando Eduarda*) – Estamos de volta.

EDUARDA – O que viram de novo? (*Sorrindo*). Américo veio mais contente...

DOUTOR (*sorrindo*) – Creio que alguns olhos fascinadores.



AMÉRICO – Se ainda o século fosse apaixonado do lirismo, talvez movido pelo costume tivesse impressão... (*Américo senta-se e Eduarda*).

EURICO – Tens razão, Américo, hoje devemos seguir o movimento do século, ilustrando o povo...

EDUARDA – Creio até que o ofendi com o meu gracejo.

AMÉRICO – Pelo contrário, deu-me muito prazer.

EURICO (*vendo o relógio*) – Compadre, são horas, a alfândega fecha-se às três; aproveitemos o carro. (*Buscam os chapéus*). Até logo.

DOUTOR – Com licença. (*Saem*).

Cena X

EDUARDA e AMÉRICO.

EDUARDA – Estava aflita para encontrar-me contigo, só para um pedido te fazer.

AMÉRICO – A mim? (*Ouve-se rumor de carro*).

EDUARDA – Sim, vai custar-te muito...

AMÉRICO – Julgo que não; um pedido de dona Eduarda é uma ordem para mim.

EDUARDA – Obrigada. Ainda te lembras da cena que aqui se deu[,] com o senhor Hemetério?

AMÉRICO – Perfeitamente.

EDUARDA – Conservas algum ódio dele?

AMÉRICO – Arrependo-me até de lhe ter ofendido; fui muito precipitado.

EDUARDA – Pois eu teria muita satisfação em vê-los novamente amigos; quero que conheças a sua alma...

AMÉRICO – Dizem que é pessoa indigna de consideração, porém[,] far-lhe-ei a vontade.

EDUARDA – Esteve ele[,] aqui[,] acusando-te horrivelmente; como defesa tua[,] combinamos esta paz; resta-me apresentar-te a ele, que me espera bem próximo daqui. Espera-me, que já volto; se Cecília por mim perguntar, responde que não tardarei. (*Sai*).

Cena XI

O MESMO e CECÍLIA.

AMÉRICO (*à plateia*) – É uma amizade que pouco durará... Mas[,] enfim... Seja o que for, de nada me será útil. Até acho que não devo dar o nome de amigo a um tal homem[,] que dizem ser ladrão. O próprio doutor já confirmou-me ser o autor de um rapto que[,] não há muito[,] deu-se em plena luz do dia! Outros dizem ser quem assassinou seu pai[,] para ser herdeiro mais depressa... (*Entra Cecília*). Enfim...

CECÍLIA (*para absorta*) – Minha mãe?

AMÉRICO (*com afabilidade*) – Não deve demorar, dona Cecília; podemos conversar até sua chegada.



CECÍLIA – Como?

AMÉRICO – Vossa excelência pode esperá-la, dando a honra de deleitar-me com a sua voz...

CECÍLIA (*com energia*) – Talvez não se lembre do passado!...

AMÉRICO – Oh! Dona Cecília! Não me compreende? Não sabe o que é o amor? Não lhe passa pela mente que nesse passado[,] em que me confessou o seu afeto, uma só ideia me preocupava? Curar a chaga do apartamento! Buscara o desterro, as trevas! Hoje[,] só sede de ventura!

CECÍLIA (*aproximando*) – E eu só quero vingar-me, porque já sofri.

AMÉRICO – Oh! Cecília, não sejas vingativa! Lembre-se do abandono, da dor do filho!

CECÍLIA (*acovardada*) – Então[,] acha-se arrependido?

AMÉRICO (*com afago*) – A prova está no perdão que lhe peço, Cecília... Cecília. (*Vai sentar-se no sofá e ele[,] em frente[,] na cadeira*).

CECÍLIA (*com ênfase*) – Ah! Homem de coração duro, que parece regozijar-se com o meu padecer.

AMÉRICO – Perdoa-me, Cecília, que não refleti; tudo o que me disseste julguei uma mentira.

CECÍLIA – Só Deus, que me acompanhou, poderá avaliar as lágrimas que derramei; as vigílias que[,] de manhã[,] meus olhos diziam e todos me interrogavam! Se não fosse a esperança, esse alimento triste e doce...

AMÉRICO (*atalhando*) – Mas fui cruel! Agora iremos ser felizes, Cecília, porque te amo e só a morte nos poderá separar. (*Ajoelha, levanta-se, pega-lhe nas mãos*). Serás minha esposa, iremos viver na solidão, onde a vida se passa com calma, com poesia; onde só se ouça a queda das águas ao longe e a música amena das aves que cercam a inocência!...

CECÍLIA (*que se tem levantado*) – Juras?...

AMÉRICO – Juro[,] por minha honra!

CECÍLIA (*implorando*) – Oh! Deus! Já compreendi que és grande e onipotente! Tiveste piedade de uma filha[,] que sempre pediu consolação!

AMÉRICO (*que durante esta fala está com os olhos tapados com as mãos*) – Cecília, retira-te[,] que não tardará o senhor Hemetério[,] com a tua mãe.

CECÍLIA – Pois bem! (*Beija a mão e sai*).

AMÉRICO (*à plateia*) – Estou convencido de que teve um paradeiro o meu sofrimento... Vou começar a viver a vida da ventura... Cecília é a mulher que escolhi para esposa, a virgem pudica que a prostituição teme, a filha que seus pais não consentem entrar nos bailes, esse verdadeiro cenário onde aprende-se a devassidão dissimulada em divertimento e se corrompe a alma ingênua... Só assim poder-se-á compensar a mocidade cruel...

(*Entra Eduarda*).



Cena XII

OS MESMOS, EDUARDA e HEMETÉRIO.

EDUARDA – Estamos de volta; lembra-se do nosso trato? (*Hemetério cumprimenta Américo*).

AMÉRICO – Nesse caso[,] espero que seja satisfeita a vontade de dona Eduarda. (*Senta-se*).

HEMETÉRIO (*sentando-se*) – E eu[,] contudo[,] não deixarei de pedir desculpa ao doutor, pela maneira bruta.

EDUARDA (*idem*) – Já não vão cumprindo o prometido.

HEMETÉRIO – Não, dona Eduarda, não faço mais que a minha obrigação.

AMÉRICO – Fui o próprio a confessar, passada a minha cólera, que retirei as expressões injuriosas desde que soube que era o senhor...

EDUARDA (*atalhando*) – Cecília não procurou-me?

AMÉRICO – Sim, dona Eduarda, e dei a resposta combinada.

EDUARDA (*erguendo-se*) – Se permitem, com licença, vou vê-la. (*Erguem-se e acompanham até a porta[,] por onde sai ela*).

AMÉRICO (*na volta*) – Não sabe o senhor o quanto estimei esta paz... Cada vez mais me convenço de que a felicidade me acompanha. Tivemos uma questão, hoje somos amigos e essa amizade é movida pela mãe de Cecília, minha segunda mãe... Deve o senhor recordar-se das palavras que pronunciou da porta...

HEMETÉRIO (*fingindo-se esquecido*) – Não, não me recordo.

AMÉRICO (*com raio de cólera*) – Disse que iria romper a máscara, pois que não passava eu de um bastardo...

HEMETÉRIO (*com ar de riso*) – Foi efeito da ira; lance essas palavras no esquecimento.

AMÉRICO (*com ênfase*) – Mas como foi que teve coragem para uma calúnia tão vil? De que forma gerou-se essa ideia na mente?

HEMETÉRIO (*atrapalhado*) – Ouvia dizer que o senhor não tinha pai nem mãe e essa desconfiança me levou para o ataque...

AMÉRICO (*com desdém*) – E o senhor não se envergonha de ter-me por amigo? Acredito que é louco...

HEMETÉRIO – Não insulte-me!

AMÉRICO (*colérico*) – Não o insulto... Repilo um insulto.

HEMETÉRIO (*idem*) – O senhor obriga-me a dizer a verdade!

AMÉRICO – Diga!

HEMETÉRIO (*com força*) – É voz do povo que não sois mais do que um órfão, encontrado na porta do senhor Eurico.

AMÉRICO (*idem*) – Ó homens miseráveis!!

HEMETÉRIO (*atalhando*) – Basta, doutor, eu retiro-me. (*Vai saindo*).

AMÉRICO – Far-me-á grande favor, deixando assim de perturbar o sossego... (*Hemetério vai saindo*). Vai mísero fidalgo! (*Hemetério sai. À plateia*). Mal desponta a felicidade, a nuvem da desventura encobre. (*Senta-se*). Enfim... (*Cecília entra[,] com arrebatamento*).



Cena XIII

O MESMO, CECÍLIA e HEMETÉRIO.

CECÍLIA (*entrando*) – Américo! (*Ajoelha-se para beijar-lhe a mão e conserva-se assim; Américo está indiferente a esse afago, com uma das mãos na cabeça; Hemetério está na porta espiando; Cecília dá outro beijo*). Morria só pela tua lembrança. (*Dá outro beijo*). O que tens?

AMÉRICO (*ergue e vai caminhar*) – Nada! Só eu sei. (*Dá com os olhos em Hemetério*).

HEMETÉRIO (*da porta[,] com força*) – Vi, infame! Homem ignóbil[,] que não trepida em transpor o limiar de uma porta[,] para prostituir um coração puro!! Um desgraçado[,] sem pai, órfão, e descendente de uma negra, esse infame é que quer menoscar de um fidalgo!...

AMÉRICO (*idem*) – Sabes o que é infâmia? É o filho cravar o punhal no peito de seu pai, para apossar-se mais ligeiro de sua fortuna! É cobrir-se com a hipocrisia[,] para penetrar no seio de uma família e cometer um crime de monstro... Raptar uma donzela!! (*Enérgico*). Some-te, miserável! (*Dá uns passos para a porta; Hemetério foge; Cecília conserva-se estática. Na volta[,] à plateia[,] abatido*). Oh! Orfandade!!

CAI O PANO.



ATO IV

Sala pobre, cadeiras, sofá, em ordem.

Cena I

DOUTOR e depois EURICO.

DOUTOR (*entrando*) – Ainda não chegou o pai, a quem a sorte registrou uma existência penosa! Pobre amigo, que imaginava uma velhice pacífica, quando a desventura o destrói! De que serve respeitar as virtudes, clamar honra, procurando castigar moralmente à sociedade pervertida, se isso é uma espécie de pesadelo[,] que se apaga na memória? De que serve a indignação bradar em nome das vítimas da malevolência dos antepassados[,] desenhandos esses quadros horripilantes, se a perversidade entoa hosanas aos sectários do crime vergonhoso que conserva a traição? (*Pausa*). Quem são os autores destes painéis que enlutam de tristeza esta família honrada? Investi-gai os tempos passados, rasgando o véu que esconde a ingratidão e vede se o princípio desta tragédia não é gerada pela negação do direito natural ao homem, pela escravidão, a página da história brasileira salpicada de sangue tirado do corpo dos infelizes[,] nossos irmãos[,] com o látego, com sevícias bárbaras!! Corações duros!! Almas de ferro!!

EURICO (*entrando com passos difíceis, senta-se e com voz monótona*) – Até que afinal pude chegar ao rumo.

DOUTOR (*aproximando-se*) – E que novas traz?

EURICO – Que os homens pretendem roubar-me a vida, tirando até o nome que adquiri com trabalho e sacrifício – querem roubar-me o nome de honrado!

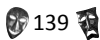
DOUTOR – Como?

EURICO – Hoje[,] pelo jornal[,] verá a injustiça com que me tratam – homem infame[,] que não se envergonha de ter em casa um filho de escrava, que violentou a sua legítima filha!! (*Perturbado[,] descansa a cabeça nas mãos*).

DOUTOR (*com força*) – Deixai, compadre[,] que esses vis caluniadores profiraram à vontade as frases, empreguem os estratagemas precisos para satisfazerem seus ódios... Mintam, infames! Escarneçam do honrado senil que vos despreza!! O futuro é longe e o acaso também castiga!

EURICO (*resignado*) – Que crime cometi? Que culpa pode ter o pai de um filho bastardo, quando ilustra-o e faz dele o benfeitor da humanidade! Que importa sua mãe ser escrava, quando isso é uma glória, é ser mártir?

DOUTOR (*com certo tom*) – Escrava?! Onde existe a lei divina que condena essa mulher? Que direito tem o bárbaro senhor, o homem monstro[,] que apodera-se de uma mulher, a figura de sua mãe[,] para conservá-la curvada? Porventura[,] essa mulher não será mãe? Não terá amor filial? Ou quem sabe se as lágrimas suas não têm privilégios? (*Pausa*). Reflitam[,] homens perversos!!





Cena II

OS MESMOS e AMÉRICO.

AMÉRICO (*entra e melancólico*) – Horror! Horror! Que quadro de angústia! Que protesto enérgico!

DOUTOR (*semi-absorto*) – O que significa isto, doutor?

AMÉRICO (*com o tom necessário*) – Um espetáculo... Atravessava a rua Direita, e[,] em frente a um sobrado[,] a multidão estava apinhada... A curiosidade induziu a aproximar-me... Arrependi-me... Uma mulher despenhara-se de um alto sobrado para livrar-se da perseguição de sua malvada senhora!! O crânio estava em pedaços! E os filhos, pobres criancinhas, cercavam-na, banhados em pranto!

DOUTOR – Oh! Crueldade!

EURICO – E o povo[,] com certeza[,] havia estar revoltado!

AMÉRICO – Eram protestos de todos os lados...

DOUTOR – Isso é em vão... A justiça são os homens e estes[,] sem disputa[,] devem reconhecer impunidade no crime... São frutos da escravidão !

AMÉRICO – São frutos da escravidão!! Só eu sei a lembrança que fuzilou-me o crânio[,] no momento de contemplar essa cena... Minha mãe[,] que (*Eurico conserva-se com a cabeça apoiada na mão, indicando pensar, desde que Américo principia esta fala*) dizem ter sido uma mísera escrava! A não ser o meu padrinho amar a verdade como o próprio Epaminondas, e me ter dito que conheceu meus pais, que eram casados, já teria acreditado na voz dos inimigos gratuitos, que clamam pelo meu nascimento.

EURICO (*que o tem encarado[,] com um movimento*) – Américo...

DOUTOR (*atalhando[,] ergue-se*) – É preciso não ter comoção, pode ter algum ataque! (*Já tendo-o segurado*). Resigne-se, compadre, tenha energia capaz de apresentar-se à sociedade. (*Eurico continua na mesma prostração*).

AMÉRICO (*com força*) – Ó ignorância bruta[,] que conserva-se inabalável no espírito dos homens! O que importa que eu seja esse filho?! Quem ousa vir lançar-me em rosto o epíteto de infame? Quem será capaz de fazer-me curvar a cabeça à busca de um consolo, ordenado pelo remorso? Ninguém!... Mas vivo abatido, porque o acaso não favoreceu-me para encontrar um amigo de meu pai!

EURICO (*que tem prestado atenção, comovido e resoluto*) – Teu pai, Américo...

DOUTOR (*atalhando*) – Calma, calma, compadre. (*A Américo*). Acho mais prudente retirar-se, a ver se consigo levá-lo a descansar um momento... Isto passará dentro de duas horas...

AMÉRICO – Pois não. (*Pega no chapéu e sai*).

DOUTOR (*a Eurico*) – Aconselho um momento de repouso... Vamos destruir essa lembrança... Fingir valor[,] para ferir esses hipócritas com o desprezo...

EURICO (*erguendo-se[,] auxiliado pelo doutor*) – É impossível... Tudo me



abate! Estou morto; já arrancaram-me o próprio caráter! O homem[,] nas minhas condições[,] é um cadáver que a morte martirizou e só arranca um lamento dos corações sensíveis!

DOUTOR (*com imposição*) – Nunca concebi, compadre, que a franqueza viesse lhe acovardar na situação mais crítica da vossa existência! É mister um esforço de resignação[,] para alcançarmos o que desejamos! Lembre-se que tem uma filha ainda criança, é necessário preparar um futuro: esta impressão irá[,] pouco a pouco[,] debilitando-o e a morte será inevitável!

EURICO – Tem razão, porém...

DOUTOR – Esforce-se, distraia, entregue-se aos passeios campestres... (*Seguindo*). Vamos descansar.

EURICO (*ao seguir*) – Oxalá muitos se mirassem neste espelho... (*Saem*).

Cena III

EDUARDA e CECÍLIA.

EDUARDA (*com voz melancólica*) – Onde repousará o velho esposo[,] que lamenta diariamente o seu destino atroz! (*Cecília senta-se*). Blasfema contra o Altíssimo, chora lágrimas de sangue, só pela sua caridade sem limites, pelo seu amor à pobreza!! Instante maldito em que penalizou-se de um órfão que lhe atiraram à porta, quando isso lhe vinha impor uma peregrinação atroz! A sua mocidade ativa teve como remuneração a luta na senilidade!

CECÍLIA (*que não presta atenção, levantando-se*) – Quem é, minha mãe? Américo?

EDUARDA – Não; é teu pai que[,] ultimamente[,] tem sido vítima de injúrias, de invejosos que o querem desmoralizar!

CECÍLIA (*ingenuamente*) – Como?

EDUARDA – Sim; propalam que Américo é seu filho e não afillado!

CECÍLIA (*espantada*) – Oh, que calúnia, meu Deus!

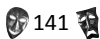
EDUARDA – Já levaram ao conhecimento do público...

CECÍLIA (*sentimental*) – Pobre Américo! Nasceu para sofrer! Oh! Que sorte infeliz! É tão doce o procedimento àquele que resume as grandezas, como é sublime a um mártir morrer pelo engrandecimento da pátria! E quanto mais excitam-se os ódios para suplantar o seu talento, o gérmen do amor que a simpatia atirou no meu coração, tanto mais vigora-se, tanto mais!! (*Com a voz triste*). Ah! Minha mãe, Américo é quem conserva-me a existência; um sorriso dele[,] para mim[,] é um bálsamo às minhas dores!... Se a fatalidade medonha quiser castigar-me, descarregando seu golpe mortal, vedando a união na terra, havemos de nos unir lá na mansão, onde os vícios torpes não recendem seus marasmos...

EDUARDA – És filha ingrata, Cecília...

CECÍLIA – Mas[,] por quê?

EDUARDA – Na ocasião que necessitamos coragem para animarmos Eurico, que precisa de consolação, tu prevês destinos fatais; depositas um óbolo que fará voar a vida de teu pai...





CECÍLIA – Mas se eu não posso deixar de pronunciar o que me diz a alma... (Senta-se).

EDUARDA – Seja o amor como for, faça a tua felicidade como imaginas; porém[,] não será comprada³³ com a saúde de teu pai... Sentirás prazer em[,] hoje[,] receber um amor sincero e[,] amanhã[,] o teu extremoso pai descer ao túmulo? Por certo que não!... E como estás macambúzia, com aspecto de múmia! (Segurando). Levanta-te, vai para dentro, prepara-te, que sairemos a passeio...

CECÍLIA (erguendo-se) – Aonde?

EDUARDA – Veste-se, traz o meu chapéu, depois saberás! (Cecília sai. À plateia). Isso não foi mais do que um artifício[,] para evitar o encontro dos dois apaixonados... (Ouve-se passos). É ele[,] com certeza...

Cena IV

EDUARDA e AMÉRICO.

AMÉRICO (depois de colocar o chapéu) – A todo instante[,] maldigo a hora que vi a luz do mundo...

EDUARDA (absorta) – Qual a causa?

AMÉRICO – Só falta atirarem-me insultos à face, ou então dar-me pontapés[,] como se faz aos cães... (Senta-se). Entenderam uns sacripantas³⁴, que gozam do nome de patriotas, que eu devo[,] de toda a forma[,] acompanhá-los em suas ideias errôneas; protestei acremente, manifestando asco às opiniões retrógradas e esse é o motivo da guerra renhida, de uma luta, cujo fim é desmoralizar-me... Até pelo jornal deitam-me epítetos de infame, insultam a inocência personificada em Cecília...

EDUARDA – E poder-se-á admitir que os homens sensatos deem crédito a esses jornais sem critério, onde o próprio prelo geme de vergonha? Ainda não ouve um aluvião, um cataclismo que pervertesse toda a sociedade... Invadir a modesta casa do pobre, que se inspira nos atos de patriotismo, embora a sua mãe pátria lhe despreze, aí terá um cidadão que nos rende preto!!...

AMÉRICO (levanta-se[,] resignado) – É a realidade pura... Na choupana do pobre há dignidade e verdadeira modéstia... Está de acordo com a ciência. (Pausa). A cada momento[,] mais convenço que tenho uma mulher mãe, que desperta-me a letargia... Que poder têm suas palavras, que riscaram do crânio[,] instantaneamente[,] um pensar lúgubre?

EDUARDA (sorrindo) – As palavras da verdade têm o poder do silêncio, como instrumento de represália... O mesmo sermão irei pregar a Eurico.

³³ Na edição original, "comparada".

³⁴ Pessoas desprezíveis, abjetas.



Cena V

OS MESMOS e CECÍLIA.

CECÍLIA (*entra[,] sem chapéu*) – Senhor Américo!!

AMÉRICO (*com afago*) – Dona Cecília! Sempre bonita e encantadora. (*Cecília se ri*).

EDUARDA – Te esqueceste do chapéu, Cecília.

CECÍLIA (*pondo a mão na cabeça*) – É verdade...

EDUARDA – Está bom. Eu vou buscar. (*Sai*).

CECÍLIA – Que saudades eu tinha, Américo...

AMÉRICO (*pega-lhe na mão*) – Cecília, tu és a imagem que[,] a todo o instante[,] o pensamento desenha-me; és a visão que[,] nos meus sonhos[,] vem aureolada do belo e sublime, do encanto que se pode idear, tudo revestido de simplicidade! Eu te amo[,] como o poeta ama a música, a água cristalina, que desce mansamente da fonte...

CECÍLIA (*olha para o céu*) – Oh! Se fosse verdade...

AMÉRICO – Eu juro!... Juro como serás a minha esposa; ou terei a tumba por descanso!!

CECÍLIA – Oh! Deus! Sou muito feliz!

AMÉRICO – Cecília, o nosso casamento será breve, já é tempo de aliviar esta vida sem prazeres...

CECÍLIA – Sim?!

AMÉRICO – Serás pedida[,] por estes dias...

Cena VI

OS MESMOS e EDUARDA.

EDUARDA – Vamos. (*Apresenta a mão de Américo*). Até à volta. (*Estende a mão*).

AMÉRICO (*aperta a mão com força, vai à porta*) – Vou ver despontar uma aurora feliz, presságio do termo de tanta infelicidade! Vou ser venturoso, porque encontrei uma mulher virtuosa[,] que energicamente pode resistir às funções desta vida, que é um martírio duro! Ah! É quando me virá a doce palavra “ventura”³⁵, que sempre me tem desprezado! É quando eu conheci o amor, o sacro liame que liga dois corações da terra aos céus! Parece um sonho fantástico! Mas não é! Que eu seja bastardo, que a minha mãe fosse mártir do cativo, eu sou homem honrado, trabalhador! Irei viver longe, onde tudo é singelo e cândido, onde não se ouça senão a voz da inocência!!

CRIADO (*da porta*) – O moço da briga com o senhor, está aí...

³⁵ Sem aspas, na edição original.



AMÉRICO (*preocupado*) O moço da briga?... (*Lembrando-se*). Ah! O senhor Hemetério?

CRIADO – Sim; sim, senhor...

AMÉRICO – Diz-lhe que entre...

CRIADO (*com graça*) – Não é entre... É entrem.

AMÉRICO – Então são dois?

CRIADO – Sim[,] senhor. (*Sai*).

AMÉRICO – E este infame ainda volta aqui...

Cena VII

O MESMO, LISBOA e HEMETÉRIO.

LISBOA (*com o chapéu na mão[,] meio de longe*) – Cavalheiro, goza vossa senhoria de um prestígio elevado; não deve desconhecer, portanto, que a civilização crimina todos aqueles que correm ao caminho do duelo da força física[,] para um desforço³⁶; há o poder magnético da palavra[,] que vence com a razão, combate proporcionalmente. Vossa senhoria acha-se ofendido pela verdade que lhe lançou à face o meu amigo, discutiremos...

AMÉRICO (*com voz imponente*) – Ficai certo que a luva atirada aceito em qualquer campo, ficando vossas senhorias cientes de que não desço a medir-me com homens cobertos de pântano! (*Vai se aproximando e os outros recuando*).

HEMETÉRIO (*com força*) – Nem nós[,] com homem sem nascimento honroso!...

AMÉRICO (*medindo-o com os olhos*) – És tu[,] homem degenerado, que faldas?! Tu, um assassino, um covarde, um ladrão[,] que[,] há poucos dias[,] foste assunto de uma vergonha?! Compaixão, compaixão[,] é só o que excitas, desgraçado fidalgo! Ignoras[,] talvez[,] que está descoberta a tua vinda nesta casa?! Querias martirizar uma pobre inocente, para enriqueceres, saciar tua ambição sórdida! Estás satisfeito?!...

HEMETÉRIO (*atrapalhado*) – Eu quero ver quem casa...

AMÉRICO – Não é um tartufo do teu quilate.

HEMETÉRIO – Nem é um bastardo, cuja mãe foi uma negra!

AMÉRICO (*com força*) – Será esse filho[,] que interpretou os sentimentos honestos, apesar de obscuro nascimento; mas não o desgraçado[,] que desconhece os nomes de seus pais... e...

HEMETÉRIO (*interrompendo*) – Vamos, Lisboa... (*Sai*).

AMÉRICO (*com força*) – É uma lição, homem vil, para reconheceres que só há uma nobreza, só há uma glória, é ser honrado. (*À plateia*). Deixai que[,] em seu trânsito[,] refira a seus amigos, amigos dos alcoices³⁷, e eles que pensem maduramente neste cinismo inqualificável, para que não se espalhem esses carrascos que, bebendo o fel dos bordéis, desconhecem família, lar e caracteres.

³⁶ Vingança, desforra, desagravo.

³⁷ No original, "alcouces". Prostíbulos.



Cena VIII

O MESMO e o DOUTOR.

DOUTOR (*entrando*) – Por cá... Só...?!...

AMÉRICO – Sim, doutor, trilhando uma planície, onde de vez em quando surge um que requer um desfalecimento!...

DOUTOR – Quer dizer que empregará todos os meios ao seu alcance[,] para descobrir os infames que o injuriam...

AMÉRICO (*com ênfase*) – Há uma vingança que vale pela mais sublime das vitórias, e significa um louro adquirido com a espada da honra.

DOUTOR (*curioso*) – Qual será?

AMÉRICO – O meu casamento com Cecília.

DOUTOR (*espantado*) – O seu casamento com Cecília? Então[,] que resolução repentina...

AMÉRICO – Engana-se, doutor, desde a minha chegada, ao encarar essa menina, senti o amor trespassar o meu peito... Respirei suavemente e[,] durante as horas de contrariedades, sua imagem era um consolo[,] que dava-me forças...

DOUTOR (*perturbado*) – E Cecília aceita essa união?

AMÉRICO – Tanto aceita[,] que será em breves dias...

DOUTOR (*com a mão na cabeça*) – Deus! (*À parte*). Situação triste! (*A América*). Ignora[,] talvez[,] que o compadre está doente?!

AMÉRICO (*com ênfase*) – O sofrimento de meu padrinho[,] sei que é gerado por mim; os homens acusam o velho que estendeu a mão à pobreza, que teve pesar de mim... Pois bem, dar-lhe-ei um remédio... Terei como esposa sua filha, a inspiração de Deus, mandarei levantar uma choupana lá no deserto e viveremos com alegria e entusiasmo!...

DOUTOR (*perturbado*) – Mas é impossível !!!...

AMÉRICO (*com força*) – Por quê?

DOUTOR (*natural*) – Cecília está tão menina, tem tanto amor à família, não compreende o que é ser esposa.

AMÉRICO (*com a mão na cabeça*) – Oh! Doutor, seja embora um sacrifício, mas arrancar-me Cecília é cravar um punhal no peito e cair exânime!³⁸ ...

DOUTOR (*segura-o*) – Doutor, lembre-se de minhas palavras, vá refletir e veja se tenho razão!... Peço que se retire, proibindo um encontro com o compadre, pois que[,] se lhe falar assim, seu incômodo se agravará...

AMÉRICO – Obedecerei às ordens. (*Sai pela esquerda*).

³⁸ Inanimado, ou morto. Na edição original, "inânime".



Cena IX

DOUTOR e depois EURICO.

DOUTOR – Que quadro angustioso! Que crime nefando perante Deus!! Américo, irmão de Cecília, casados!... (*Com força*). Não! Serei quem vai descobrir a verdade!! Como, senhores, deixar praticar esse crime que a consciência repele? (*Pausa*). Ó cidadãos, que sustentais ainda a raça de infelizes, que tendes em vossas casas verdadeiras protagonistas de tantas cenas funestas, correi rapidamente o olhar sobre este pai, sobre este filho e ide[,] em horas de silêncio [,] despertar a vossa crueldade sem qualificativo!...

EURICO (*com passos difíceis*) – Quanto já me custa andar... (*Bengala*).

DOUTOR (*espantado[,] à parte*) – Vem o protótipo da sorte rija. (*Conduz ao sofá*).

EURICO (*sentado*) – Está aqui o velho pai ferido de todos os lados[,] com os dardos do remorso! Está na última fase da vida... Esperando[,] a cada momento[,] o golpe terrível da morte, o tributo que purificará a alma negra...

DOUTOR (*que o contempla*) – Compadre, custa-me a falar, já vos pedi que vos lembrásseis da menina que vos ama! O que será dela na orfandade? Eu[,] velho também, pobre, sem poder ajudá-la? (*Pausa*). Irá ou para o túmulo[,] definhada pelo sofrimento[,] ou irá[,] louca[,] buscar o pão na espelunca da desgraça!...

EURICO (*fortemente comovido*) – Não fale assim!

DOUTOR (*com energia*) – Como não falar desta forma, se o compadre[,] em vez de ter coragem, abate-se na ocasião mais difícil... mais necessária...

EURICO (*levanta-se*) – Como[,] difícil?

DOUTOR – É tempo de descobrir o pai de Américo, ou cometer um sacrilégio....

EURICO (*espantado*) – O que diz, compadre?!

DOUTOR – Que a verdade, embora fatal, será apregoada por mim, sem o que Américo[,] dentro em poucos dias[,] será esposo de sua irmã!...

EURICO (*se senta[,] com a mão na cabeça, levanta-se com ímpeto*) – Mentira! Tu não existes, ó Deus!! (*Desespero*).

DOUTOR (*atalhando com energia*) – Nada de blasfêmias! Sede homem[,] até o último instante da vida!

EURICO (*sentando*) – Sou um desgraçado!! Sou um desgraçado!!

DOUTOR (*com força*) – Sede homem[,] até o último instante da vida!...

EURICO (*ergue-se*) – Vou retirar-me, compadre; não quero encontrar-me com Américo. (*Sai. O doutor senta-se*).

Cena X

O MESMO, EDUARDA e CECÍLIA.

EDUARDA (*entram, deixam o chapéu na mesa, cumprimentam-se*) – Oh! Meu compadre, aqui!!

DOUTOR (*em pé*) – Conjeturava na fatalidade em tantas coincidências...



EDUARDA (*atalhando*) – Quer[,] finalmente[,] dizer-me que ainda está revestido de melancolia?

DOUTOR – Se ainda vejo vosso esposo prostrado... abatido pelas calúnias!

EDUARDA (*apressadamente*) – Eu sei o que precisa... O mesmo que Américo... (*A Cecília*). Sabes? (*Sorri*). Não, Cecília?

CECÍLIA (*sorrindo*) – Sei, sim[,] senhora.

DOUTOR (*com voz monótona*) – Eu é que sei o que é a fatalidade...

EDUARDA (*alegre*) – E nós sabemos o que é alegria!

DOUTOR (*impressionado*) – Pode haver alegria com o vosso esposo!...

EDUARDA – Se eu lhe referir uma nova, garanto-vos, compadre, que logo se alegrará, se julgará ditoso.

DOUTOR (*sacudindo a cabeça*) – E que teremos a ver?...

EDUARDA – Se eu lhe disser que Cecília é hoje noiva de Américo...

DOUTOR (*perturbado, afastando-se*) – Noiva de Américo? E a licença de seu pai onde está, Cecília?

EDUARDA – A mãe tem o mesmo poder que o pai...

DOUTOR (*com a mão na cabeça*) – Meu Deus! (*Senta-se*). Que cena horripilante.

CECÍLIA (*com ar majestoso*) – O meu padrinho desculpe, se há atrevimento na minha pergunta: quem é o indigno da união? Américo, o jovem de 22 anos, que sempre soube manter a sua dignidade[,] ou eu, a filha que sempre o amou com sinceridade, a filha, que ouviu a voz de seus pais?

DOUTOR (*com afago*) – Não te respondo, filha... Desculpe-me, comadre... Vou ver quem ignora completamente este prazer. (*Sai para o quarto de Eurico*).

Cena XI

AS MESMAS e AMÉRICO.

AMÉRICO – Oh! Cecília!...

EDUARDA – Estávamos ansiosas...

AMÉRICO (*a Cecília*) – Lembrava-me só de ti, Cecília... Imaginava só não te encontrar... E meu padrinho, onde está?...

EDUARDA – Esperei-te[,] só para assistir à completa metamorfose que vai ter na ocasião do pedido... Vou chamá-lo. (*Sai*).

AMÉRICO (*toma-lhe a mão, beija e curva o joelho*) – Oh! Cecília, custa-me a passar estes dias.... Parecem anos!!! (*Levanta-se*).

CECÍLIA (*sentimental*) – O prazer é tanto[,] que o meu coração me diz que terei como esposo um jazigo singelo, assinalado com uma cruz de madeira!

AMÉRICO (*sentimental*) – Oh! Cecília! Nunca, nunca! Uniremos-nos[,] lá no céu! (*Cecília ajoelha-se*). Seremos felizes!... (*Ajoelha. Beija a mão*).





Cena XII

OS MESMOS, HEMETÉRIO e LISBOA.

LISBOA (*do meio do palco*) – Não pode-se insultar tão escandalosamente uma família!! (*Américo levanta-se, calmo; Cecília dá um grito*).

CECÍLIA – Ah! (*Separam-se*).

LISBOA – O senhor invadir uma sala[,] para desprestigiar uma sociedade em peso!.. Beijar uma menina ingênuo, empregando os seus estratagemas infames!

AMÉRICO (*com energia, segurando-a*) – Esta menina é minha esposa!!

HEMETÉRIO (*com força*) – Impossível!!

CECÍLIA – É meu esposo!! (*Ajoelha-se*).

Cena XIII

OS MESMOS, EURICO, EDUARDA e o DOUTOR.

EURICO (*espantado*) – Oh! Que cena é esta!!

HEMETÉRIO (*com energia*) – Um escândalo!!

AMÉRICO (*com calma*) – Não, meu padrinho; é este órfão que[,] em nome de sua honra[,] pede a mão de sua filha!!

EURICO (*com as mãos na cabeça*) – Nunca! Nunca! (*Américo encara[,] desvariado; Cecília corre à mãe[,] assustada*).

AMÉRICO (*com desvario*) – Oh! Por quê?... Sou um desgraçado... Cecília não ser minha esposa?

EURICO (*imponente*) – Não! Cecília não é tua esposa, é tua irmã!.. Eu sou teu pai!...

AMÉRICO (*como louco*) – Meu pai!... Meu... pai... Meu... pai. (*Dá uma gargalhada e sai correndo*).

(*Confusão dos personagens, ouve-se um estampido de um tiro*).

CRIADO (*à porta[,] com grande algazarra*) – Suicidou-se!... Suicidou-se.

CECÍLIA (*dá um profundo gemido e desmaia nos braços de Eduarda*).

DOUTOR (*com voz imponente e sentimental, apontando para Eurico, que está firme*) – Eis um fruto da escravidão!!

CAI O PANO.

NOTA: No fim da edição, o autor apresenta uma “Errata”, que foi considerada na fixação do texto, sem a consignação de notas.



O FILHO DUMA ESCRAVA

*Drama em um prólogo e três atos
por
Apparício Mariense*

*CRUZ ALTA
Tipografia da Descentralização
Rua do Comércio, número 20*

1882³⁹

³⁹ O acervo Júlio Petersen, da Biblioteca Central da PUCRS, possui exemplar da edição.



O filho de uma escrava

*À veneranda memória do
Visconde do Rio Branco*

D e C.

O AUTOR

A todas as sociedades abolicionistas do Brasil.

Oferece.

A publicação deste drama tem um único fim; e é: aplicar o produto que resultar em benefício da escravatura.



PERSONAGENS DO PRÓLOGO

PAULO DA COSTA
ADELAIDE, sua esposa.
MOISÉS
JOANA
OSCAR, seu filho.

PERSONAGENS

PAULO DA COSTA
ELISA, sua filha.
OSCAR
DR. MOISÉS
COMENDADOR NUNES
DR. QUINTILIANO
OLIVEIRA
CRIADOS

A ação passa-se 18 anos depois do prólogo.



PRÓLOGO

Sala de visita com portas laterais. Mobília singela. Ao levantar o pano, Adelaide está em cena bordando, sobre um bastidor.

Cena I

ADELAIDE, e depois PAULO.

ADELAIDE – Dez horas e Paulo sem aparecer!... É muita disposição para trabalhar. Se o não conhecesse, julgá-lo-ia entregue a alguma distração amorosa. Mas sinto passos... É ele que chega, sem dúvida.

PAULO (*entrando*) – Ora[,] viva senhora D. Adelaide.

ADELAIDE – Viva, senhor passeador.

PAULO – Passeador?! São pouco agradáveis estes passeios, onde não se folga, não se goza e torna-se à casa com muita fome.

ADELAIDE – Entendo: quer almoçar.

PAULO – Sem dúvida. Mas, não tens ouvido o barulho, a pancadaria que tem havido em casa do vizinho?

ADELAIDE – Não. Estava entretida com o meu bordado: nada ouvi.

PAULO – Este nosso vizinho é um carrasco. Aqueles dois últimos escravos que morreram, foram vítimas de maus tratos.

ADELAIDE – E admira que a autoridade não intervenha!

PAULO – A autoridade nunca intervém em benefício dessa raça infeliz; raça que o bafejo civilizador deprimiu em vez de engrandecer: e os brasileiros, recebendo como herança todos os prejuízos de seus ascendentes, excedem-nos nesse tráfico ignominioso, reduzindo essa miserável criatura, o escravo, a um estado inferior ao dos irracionais. Aquele que assim maltrata esses infelizes é um desses presentes gregos, que nos mandou o velho Portugal. Tenho vontade de mudar-me desta casa, para não aturar tão importuna vizinhança.

ADELAIDE – Mas, por que te incomoda tanto com os males alheios, dos quais não és causa, nem tens parte?... Sejamos bons, e deixa que os outros sejam maus.

PAULO – Condói-me a sorte desses infelizes; porque sou testemunha do quanto sofrem. Aquele que[,] há poucos dias, barbaramente espancado, veio pedir-me que o comprasse, se não o fiz, foi porque não tinha dinheiro, o que hoje faria.

ADELAIDE – E para quê, se não necessitamos?

PAULO – Para salvá-lo[,] apenas; porque gosto do fazer benefícios.

ADELAIDE – É nobre a tua intenção; mas[,] em vista de nossas circunstâncias, não é muito justificável.

PAULO – Tenho disposição para trabalhar; não vivemos na miséria: por que[,] então[,] não fazer-se um benefício?

ADELAIDE – Tens razão. Aquele que tem nos dado até hoje o necessário, vendo que não somos surdos aos gemidos alheios, há de abençoar-nos.



Cena II

OS MESMOS e MOISÉS.

MOISÉS (*entra cantarolando*) – Hei de amar-te, hei de amar-te até morrer! (*Representando*). – Adeus, Paulo. Adeus, Adelaide.

PAULO – Ah! Seu tratante! Que anda você fazendo?

MOISÉS – Trazer-lhe dinheiro, que é tudo quanto posso fazer[,] que mais lhe agrade.

PAULO – Dinheiro? Nem tanto assim... Fazes coisas que me agradam mais. Mas que dinheiro é esse?

MOISÉS – Talvez seja todo o que tens: é aquele que me emprestaste há um mês.

PAULO – Então não precisas mais?

MOISÉS – Não: obrigado. O velho mandou-me a mesada por partidas dobradas.

ADELAIDE – Tiveste carta do papai?

MOISÉS – Tive, é verdade.

ADELAIDE – Se eu não perguntasse, nada me dizias?

MOISÉS – Supus que também tivesses recebido; e como não partilhavas da mesada...

PAULO – Este senhor estudante é, como todos, um...

MOISÉS – Acabe; que há de vir, como sempre, com suas amáveis *sansfaçons*. Mas, sabem de uma coisa?

ADELAIDE – O que é?

MOISÉS – Espero uma *raposa* este ano.

PAULO – Eis o que não duvido.

MOISÉS – É verdade. O tempo é pouco para contemplar Leonor e ainda estudar. Adelaide, Leonor está bela como tu não imaginas.

PAULO – Então[,] perdeste a cabeça?

MOISÉS – Estás com a vista cansada; pois não a vês presa a este formidável pilar, que nós chamamos pescoço, e os senhores franceses chamam – *cou*.

ADELAIDE – Tu gracejas.

MOISÉS – Falo sério, como sempre. Leonor é a minha vida no presente. Se hoje tomo *bomba* por causa dela: mais tarde será a Pitonisa, que me inspirará o gênio. Que bonita maninha terá!

ADELAIDE – E que mau gosto tens!

MOISÉS – Não duvido. Incorri em grave crime: chamar a uma mulher – bela, na presença de uma feia.

ADELAIDE – És muito engraçado.

MOISÉS – Ao contrário, sou muito *sem-saborão*. O que é preciso é que entretenhas relações com ela.

ADELAIDE – Para aturar-te constantemente, não?



MOISÉS – E achas pouco o resultado dessa amizade? A minha companhia e a de Leonor valem tudo.

PAULO – Fala-nos em coisas sérias.

MOISÉS – Falar mais sério que isto, nem um capuchinho em preleções de santidade. Adeus. (*Sai*).

Cena III

PAULO e ADELAIDE.

PAULO – Moisés está apaixonado e este amor o tem prejudicado.

ADELAIDE – Convém afastá-lo daqui; devemos prevenir a meu pai.

PAULO – Por enquanto, não; vamos empregar os meios.

ADELAIDE – Se ele for reprovado, meu pai sentirá muito.

PAULO – Não creias que ele seja: tudo aquilo é gracejo para maçar-te. Talvez bem pouco se importe com Leonor.

ADELAIDE – Não é gracejo[,] por que há muito ele fala-me nessa moça; mas como foi sempre muito volúvel, não tinha ligado apreço ao que dizia.

PAULO – O que for há de soar. Sabes que minha proposta foi aceita.

ADELAIDE – Sim?... Quando soubeste?

PAULO – Ontem, por uma carta de Alberto. Afinal, deixo de ser empregado público para ser comerciante: é melhor. Além disso, o meu chefe, já me tem acenado com a demissão. Bem sei que cá e lá más fadas há; que a vida comercial tem também muitos dissabores, mas, quando não traga maiores vantagens, é independente.

ADELAIDE – E por que não compras escravos?

PAULO – Traficar com carne humana, – nunca!... Nem fales nisso. É um comércio indigno, e que[,] entretanto[,] não se envergonham de empreendê-lo! Vendem uma criatura, como o negociante vende um retalho de chita; arranca uma criança aos afetos maternos para trocá-la por meia dúzia de moedas... E não lhes comove o pranto da mãe desgraçada!... Expõem à venda, na praça pública, ao correr do martelo, umas dessas vítimas, que aguardam silenciosas as decisões do acaso[,] esperando ver quando este lhes depara, ou a figura de um algoz, ou a bondade de um senhor complacente. Ao escravo não é permitido ter uma esposa, nem ter afetos. Para esses homens, ele partilha o materialismo irracional, não conhece amor!... Arrancam ao consorte a esposa, que se não uniram-se à face da Igreja, por que não lhes foi permitido, uniram-se à face de Deus... e arrojam-na à longínquas plagas[,] sem se importarem com a mágoa que a separação desperta.

Cena IV

OS MESMOS e JOANA, trazendo uma criança ao colo.

JOANA (*vem vestida de andrajos, com as faces sevicizadas: atirando-se aos pés de Paulo*) – Meu senhor! Valha-me[,] pelo amor de Deus!... Tenha pena



de uma escrava infeliz... Eu não posso mais suportar as crueldades de meu senhor!... Olhe... Veja bem o meu estado... (A Adelaide). Minha boa senhora!... Salve-me... Por piedade... Salve-me...

ADELAIDE – Pobre infeliz.

PAULO – Mas o que é que te fizeram!... Levanta-te e diz-me o que queres?

JOANA – Quero misericórdia!... O meu senhor mata-me... Eu não esqueço as minhas obrigações... E ele não deixa de sovar-me!... O trabalho que me dá é muito... Eu vivo muito doente... Já não posso mais!... Eu quero que meu senhor me compre... Eu quero servir a meu senhor... Eu prometo que hei de ser boa escrava...

PAULO – Mas[,] para comprar-te, é preciso que teu senhor queira vender-te.

ADELAIDE – Está bom. Torna à casa de teu senhor, que meu marido irá falar-lhe.

JOANA – Agora eu não volto lá[,] só, porque sei o castigo que me espera... Compre-me com meu filho... Se eu durar pouco... Ele será um bom escravo... É muito sadio... E, enquanto viver, servirei o melhor que puder... Veja como está o meu rosto... As minhas costas... E tenha pena de mim... E de meu filho... Eu sei que o senhor não me compra, porque não quer comprar um defunto; mas fica com este mulatinho.

PAULO – Mas o senhor João Maria deu-te permissão para procurares outro senhor?

JOANA – Não senhor. Eu fui castigada agora mesmo, e desesperada, me lembrei de fugir para sua casa.

ADELAIDE – Mas, se ele não te quiser vender, não terás remédio senão voltar.

JOANA – Meu senhor me vende, eu sei; porque já estou muito doente, quase não posso trabalhar, e ele costuma comprar escravos enquanto estão sãos; dá trabalho dia e noite; e, depois que ficam doentes, ele vende-os barato.

ADELAIDE – Bem, espera um instante. Passa. (*Indica-lhe a porta*). Vai para a cozinha e lá espera.

Cena V

PAULO e ADELAIDE.

PAULO – Devo comprar esta infeliz. O Galego não há de querer muito dinheiro... Ela está quase inútil.

ADELAIDE – Isto não é comprar, é salvar uma infeliz: seria crueldade abandoná-la.

PAULO – Não imaginas, Adelaide, quanto comoveu-me esta cena! São cenas destas que testemunha-se, mas quase se não acredita. Que lastimável condição!... Como pode apreciar a existência uma criatura assim tão infeliz?!... Que vale a vida?!...



Cena VI

OS MESMOS e JOÃO MARIA.

JOÃO MARIA (*fora*) – Dá licença?

ADELAIDE – Ai! Que é ele!

PAULO – Queira entrar.

JOÃO MARIA (*entrando*) – Muito bons dias, meus senhores.

ADELAIDE e PAULO – Bom dia.

JOÃO MARIA – Desculpem se lhes venho incomodar; mas venho também prevenir à *Bós-mecês*⁴⁰ que vou dar parte à polícia que o senhor Paulo e a senhora D. Adelaide acoitaram uma escrava fugida, quando deviam saber que as leis castigam àqueles que assim procedem. Tenho essa escrava muito ruim[,] mas que *Bós-mecês*, sem dúvida, achando-a boa, lhe dão agasalho.

PAULO – Peça-lhe que vá mais devagar com o seu aranzel. Não dei direito a pessoa alguma para vir à minha casa fazer-me recriminações. Vem o senhor grosseiramente ameaçar-nos com a lei, o que eu desculpo, atendendo que é o senhor João Maria, por ter dado entrada em minha casa a uma infeliz escrava[,] que veio implorar a nossa compaixão. (*Com força*). – Sei, senhor João Maria, que há leis em nosso País, mas infelizmente sem ação para punir os algozes da humanidade.

JOÃO MARIA – Seja como *Bós-mecê* quiser. Afinal[,] o que eu quero saber é onde está a minha *boda*.⁴¹

PAULO – A sua escrava, ou antes[,] a sua vítima, está aqui; mas não acoitada, como o senhor julga. Veio apenas pedir-me que a comprasse; porque o senhor[,] com o excessivo trabalho e mau tratamento[,] assassina lentamente os seus escravos.

JOÃO MARIA – Não aprendi a ser bom como *Bós-mecê*.

PAULO – Mandei-a esperar[,] para daqui a um instante fazê-la regressar, acompanhada, visto que só, a vítima receava.

JOÃO MARIA – Pois, meu amigo, é o meu negócio: compro e vendo. Se quer os escravos, é só entrarmos em preço. Ora, se fôssemos a comprar escravos só para tratá-los bem, antes cuidar de outro ofício. Mande vir a *boda*.

PAULO – Adelaide, diz a essa infeliz que venha aqui.

⁴⁰ Grifamos essa expressão aqui e nas vezes que ela aparecer mais adiante. Na edição original, ela sempre consta grafada como “*Bós-mecês*”.

⁴¹ O grifo é nosso. O termo “*boda*” é aqui utilizado no sentido de fêmea do bode. Logo adiante, a mesma personagem chamará o filho da escrava Joana de “*bodete*”, termo que igualmente grifamos.



Cena VII

OS MESMOS e JOANA, que entra trêmula.

JOÃO MARIA – Vê... A peça não é lá muito ruim; por isso[,] não lhe darei muito baratinho.

PAULO – Sim; estando, como ela está, próxima à sepultura, vale muito!... Pois não...

JOÃO MARIA – Mas e aquele *bodete*? Não é rica peça?... Velhaco! E quase branco o ladrão!... Veja se não vale uns bons cobres. (*Para Joana*). Então fugiste, heim?

PAULO – Senhor João Maria, diga-me, quanto quer por esta escrava e seu filho?

JOÃO MARIA – Por vê-lo tão interessado, e o bode não ser mau... Enfim, por fazer negócio... Dê-me... quinhentos mil réis. (*À parte*). É boa venda.

PAULO – Já vejo que é bom negócio; convém-me, pois não. Aqui está o dinheiro; passe-me um recibo, que resgatará quando passar a escritura.

JOÃO MARIA – Pois[,] não. (*Passa o recibo*). Logo passaremos a escritura. Às suas ordens. (*Sai*).

Cena VIII

OS MESMOS e ADELAIDE.

JOANA (*caindo de joelhos aos pés de Paulo*) – Deus há de proteger aos meus senhores e aumentar os seus bens. Eu agradeço a minha salvação. Agora sou feliz!... Parece que já não sinto nada...

PAULO – Não. Ainda falta alguma coisa, que é tudo. Assim como te salvei de teu bárbaro senhor, quero também dar-te a liberdade e à teu filho. Viverás em nossa casa, mas sem o peso da escravidão. Basta o que sofreste. Tu e teu filho são[,] de ora em diante[,] livres.

JOANA – Meu Deus! Tanta felicidade me mata!

FIM DO PRÓLOGO.



ATO I

Sala mobiliada com elegância.

Cena I

OSCAR e ELISA; o primeiro desenha sobre uma mesa, esta, conserva-se atrás da cadeira, sem ser pressentida.

ELISA – De quem é esse retrato?

OSCAR – Ah! És tu, Elisa... Lutava com o impossível... Procurava retratar um anjo, e é tão difícil!... Não é?

ELISA – Qual; anjos há de formas tão grosseiras que, um hábil pintor como Oscar não se deve dar ao trabalho de retratá-los.

OSCAR – Há outros...

ELISA (*interrompendo-o*) – Há outros de formas tão delicadas, dotados de tal perfeição[,] que só com muito trabalho um êmulo de Rafael os retrataria... Mas não é destes que retratas.

OSCAR – É destes e ainda mais: é a mais perfeita criação de Deus, lançada à terra para dar aos homens um testemunho da corte celeste. Hei de lutar, Elisa, porque ao menos o meu trabalho quero deixar-te quando partir...

ELISA – Partir! Por que a todos os momentos falas-me em tua partida?!... Por que[,] de instante a instante[,] repetir-me essa palavra terrível?!... Não sabes que me atormentas? Gostas de ver-me triste?!...

OSCAR – Não. Preciso partir, Elisa, por mim e por ti. Quero conseguir uma posição digna, um nome importante, para oferecer-te. Entre as paredes deste crânio, eu sei que o gênio revolteia; preciso, pois, à banca do estudo, alargar-lhe os horizontes. Eu sonho entre a febre desse amor com os louros que me aguarda o futuro. Quero alcançá-los em uma coroa para oferecer-tos. Tranquiliza-te, porque levo-te no coração. Agora, tenho certeza, teu pai impedirá a nossa união; e[,] entretanto, depois... depois... Oh! A nossa felicidade será completa.

ELISA – Mas a ausência?! Esse martírio mudo, longo, indefinível e atroz!? Os risos da esperança não conseguem abafar os gemidos da saudade. O coração, na luta desse santo sentimento, esquece a felicidade que nos espera no futuro para sofrer as agonias que nos cercam no presente. Depois...

OSCAR – Depois, Elisa, tu deves resignar-te. Olha, imagina que vês uma criancinha loura, travessa, correndo veloz por entre as perfumadas flores[,] que se ostentam belas em um jardim cultivado por fadas, semelhante ao Éden[,] onde o Criador lançara o primeiro casal... Vês?... Pois, assim como essa criança loura e risonha, – será a nossa vida no futuro. Olha!... Vê ainda... (*levantando-a à janela*) – o quadro que nos apresenta a natureza. – É a risonha estação das flores. Os passarinhos correm apartando os ares e vão modular sobre a folhagem da mangueira os seus hinos festivos! É uma esplêndida manhã de



primavera... E assim como esta manhã tão bela, tão risonha – será a nossa felicidade. Crê e espera.

ELISA – Crê e espera!... E que posso mais fazer do que crer em tuas palavras e esperar da bondade de Deus a realidade do que descreves?!

OSCAR – Ouve-me ainda: fascina-me o nome desses homens ilustres, que a história registra com orgulho; e, não tenho acanhamento em dizer-te, invejo a sua glória. Eu quero sentar-me no banquete festivo das letras à par de Bossuet, Chateaubriand, Byron, ou Milton. Quero sonhar, como Washington, com a liberdade de um povo; ou, como Lamartine, com a liberdade da França!... Quero as concepções maravilhosas de Shakespeare, já que não tive uma juventude rica como a de Hugo.

ELISA – São nobres as tuas aspirações. São nobres, porque não tem a ambição avara do agiota, que sonha e desespera por acumular moedas; reduzindo todos os seus sonhos, toda a sua felicidade, no domínio egoísta das riquezas que nada valem.

OSCAR – Depois... Quem sabe o que pensará teu pai acerca da nossa união? Eu sou um pobre enjeitado, e ele pode[,] em um momento[,] desfazer toda a felicidade que me tem proporcionado, toda afeição que me consagra há tantos anos!...

ELISA – Não creias, Oscar; porque meu pai estima-te muito, para assim proceder. E acredita que ele não ignora a afeição mútua que nos consagramos desde a infância. Ele deve ter adivinhado o nosso amor... E talvez o tenha abençoado!...

OSCAR – Se, em vez de suposição, fosse uma realidade o que dizes, eu seria muito feliz! Mas, perdoa-me. Fazias-me esquecer o meu dever. Meu padrinho não tarda e eu estou encarregado de um pequeno trabalho. (*Sai*).

Cena II

ELISA, só.

[ELISA] – Partir! Quando a vida se escoava na doce intimidade de um afeto tão santo! Quando estou acostumada a vê-lo todos os dias, a todos os instantes!... Passamos horas e horas em mútuas confidências!... Oh! Quanto é difícil a separação!... (*Indo ver o retrato*). E o meu retrato[,] como está perfeito!

Cena III

ELISA e MOISÉS.

MOISÉS – Que fazes, Elisa?

ELISA – Vendo este trabalho de Oscar.

MOISÉS – Que trabalho? – Ah! O teu retrato é muito perfeito. (*À parte*). Não há dúvida, o incêndio lava.

ELISA – Oscar tem muita habilidade para o desenho.



MOISÉS – E para o amor.

ELISA (*disfarçando o enleio*) – Se quer falar com o papai, vou chamá-lo: talvez que já voltasse. (*Sai*).

Cena IV

MOISÉS e depois PAULO.

MOISÉS (*só*) – Paulo é pouco cauteloso. Eu sempre tive receios do resultado desta intimidade em que vivem Oscar e Elisa. Eis o resultado: amam-se. Agora talvez desponte o infortúnio para ambos. Esta união por maneira alguma se deve efetuar. Oscar não pode continuar em casa. É preciso afastar um do outro; mas o remédio já será tardio. Este rapaz devia viver em casa com certas restrições, ou então, Paulo, só a ele devia ter ocultado sua obscura origem; mas Elisa devia saber. Tem sido[,] até hoje[,] apresentado como um enjeitado, porque não quer que ele e a sociedade conheçam a história de seu nascimento. Tanto extremo o prejudicou.

PAULO (*entrando*) – Que esteja o médico em casa, mas não consultando o formulário.

MOISÉS – Para debelar o mal de que vou tratar[,] o formulário é muito deficiente, e talvez seja-o até a própria ciência.

PAULO – Que novidade é essa?

MOISÉS – São as suas facilidades, as suas imprevidências.

PAULO – Sim!

MOISÉS – Oscar[,] quando parte?

PAULO – Logo que eu tenha ultimado um negócio, cuja decisão não excederá a um mês.

MOISÉS – Convém fazê-lo partir antes.

PAULO – Por quê?

MOISÉS – Há razões para isso.

PAULO – Razões para isso!... Quais são?

MOISÉS – Vou dizer-tas sem preâmbulos... Oscar e tua filha amam-se.

PAULO – Como irmãos, em cuja intimidade os criei.

MOISÉS – Não. Como dois corações que estremeçam ao contato um do outro... Como duas almas que desejam unir-se à face da Igreja.

PAULO – Por que o supões?

MOISÉS – Surpreendi-os ainda há pouco nesta sala. Não testemunhei cena alguma desagradável; mas ouvi a confissão recíproca de dois noivos.

PAULO (*refletindo*) – É possível, porque Elisa interessava-se muito por sua vinda... Depois... Aquele retrato que ocultou-me!... (*Alto*). Mas, não hão de casar. Não consentirei nessa desgraça!... O opróbrio em minha família!... Nunca!

MOISÉS – Calma, precisas de calma. Não há necessidade de te agitares. Podemos terminar este incidente, sem trazer-nos o menor incômodo.



PAULO – Nada! Vou fazê-lo partir amanhã e não consentirei que volte tão cedo, se não quiser perder a minha amizade e arruinar o seu futuro!... Eu tive a culpa! Fui um imbecil em ocultar a sua origem. Devia ter-lhe dito que nasceu escravo, que comprei-o e que dei-lhe a liberdade...

MOISÉS – Não o acuses, porque ele não cometeu um crime. Julga-se igual à tua filha e[,] por isso[,] digno de possuí-la. Um moço amar a uma moça – é muito natural. Depois, esta convivência íntima...

PAULO – Não admito! Devia esperar que eu lhe desse a entender que desejava casá-lo com minha filha; ou então falar-me com franqueza, porque eu lhe responderia, entregando-lhe a única herança que lhe deixou sua mãe.

MOISÉS – Não; é ser demasiadamente austero. É humilhá-lo, sem haver uma causa justificável. Seria para ele um suplício atroz – ouvir de tua boca essa verdade amarga, proferida como um escárnio à sua presença; quando até hoje o tens estremecido tanto, cercado-o sempre de blandícias, a que ele é reconhecido e grato, vendo em ti um pai e um protetor.

PAULO – Qual! É um ingrato que, esquecendo quanto me deve, quer introduzir em minha casa a vergonha e o opróbrio!

MOISÉS – Escuta!... Não confias em mim?

PAULO – Muito... Mas, o que queres fazer?

MOISÉS – Prometo-te terminar tudo do melhor modo. Descansa.

PAULO – Mas, espera; preciso ver uma coisa.

MOISÉS – Mas não lhe fales. Prometes?

PAULO – Prometo. (*Sai*).

Cena V

[MOISÉS, só.]

MOISÉS – Pobre rapaz!... Tem de passar pela mais cruel das decepções... Mas eu devo protegê-lo nesta emergência. Só! Sem um ente caro neste mundo para enxugar-lhe as lágrimas no dia em que lhe voltarem as costas aqueles que julga seus... (*Ouve tocar a campainha*). Quem é?... Pode entrar.

Cena VI

MOISÉS e QUINTILIANO.

QUINTILIANO (*entrando*) – Então só eu é quem pode ter saudades dos amigos?

MOISÉS – Ah! És tu, Quintiliano! (*Abraçam-se*). Quando chegaste?

QUINTILIANO – No pacote de ontem, e admira não saberes, porque os jornais anunciaram a minha chegada.

MOISÉS – Poderia saber se tivesse tido hoje tempo para ler jornais.

QUINTILIANO – Informei-me onde moravas e lá fui; mas disseram-me que estavas aqui, e não pude resistir ao desejo de ver-te e abraçar-te.

MOISÉS – Dever que não só a amizade como a civilidade, impunha-me.



QUINTILIANO – Isso era se soubesses... Mas afinal, abracei-te.
MOISÉS – Demoras na Corte, ou tens algum destino?
QUINTILIANO – Fico algum tempo na nossa bela capital. Depois talvez vá para o Sul, experimentar o amargo dos Guascas.
MOISÉS – Já tiveste notícias dele!
QUINTILIANO – Deu-mas um rio-grandense, meu companheiro de viagem.
MOISÉS – Tinha ele uma bonita filha, não?
QUINTILIANO – Qual! Era solteiro o pobre diabo.
MOISÉS – Ainda não casaste?
QUINTILIANO – Ainda não me dispus ao suicídio.
MOISÉS – Mas não és mais o grande pancada de outrora?
QUINTILIANO – Não. Hoje sou a seriedade personificada.
MOISÉS – Admirável transição!
QUINTILIANO – Não há tal! Apenas dominei o gênio.
MOISÉS – E é a primeira vez que vens à Corte?
QUINTILIANO – É; e por isso desejo ver a cidade. Vamos passear.
MOISÉS – Espera: ainda não apresentei-te meu cunhado.
QUINTILIANO – Aceito agradecido a consideração. Como se chama tua irmã?
MOISÉS – Chamou-se Adelaide.
QUINTILIANO – Ah! Já não existe?
MOISÉS – Morreu há oito anos.

Cena VII

OS MESMOS, PAULO e ELISA.

PAULO – Senhor... (*Cumprimentam-se*).
MOISÉS – Apresento-te o meu amigo, Dr. Quintiliano dos Santos. (*Para Quintiliano*). É meu cunhado Paulo da Costa, e minha sobrinha Elisa.
QUINTILIANO – Tenho prazer conhecendo parentes de Moisés.
PAULO – Obrigado. E nós[,] um amigo.
MOISÉS – Tem um gênio como eu tive.
QUINTILIANO – Como eu tive! O que o berço dá...
PAULO – Foram contemporâneos?
MOISÉS – Em preparatórios; porque ele estudou Direito.
QUINTILIANO – Eu procurei um meio de flagelar a humanidade e tu de suavizar-lhe os males.
MOISÉS – Ou vice-versa.
CRIADO (*aparecendo*) – O senhor Dr. Moisés?
MOISÉS – O que queres?
CRIADO – O senhor Gabriel da Silveira reclama a presença de vossa senhoria.
MOISÉS – Está bem. (*Para Quintiliano*). É um doente que está em perigo. Vamos até lá e[,] depois[,] à minha casa.
QUINTILIANO – Vamos; se vossas senhorias permitem...



PAULO – Tem um amigo e esta casa às suas ordens.

QUINTILIANO – Agradecido. (*Cumprimentam-se, e este, olhando de revés para Elisa, diz à parte*) – Fico na Corte, não há dúvida.

Cena VIII

PAULO e ELISA.

PAULO – Elisa, vai chamar Oscar. Preciso terminar estas cenas desagradáveis que se dão em minha ausência. Minha filha é uma criança[,] este rapaz um atrevido, um ingrato. Se não fosse a minha dignidade[,] havia de fazê-lo tornar à miserável condição escrava. Devia fazê-lo tornar à sua origem[,] para castigar o seu arrojo; mas sou ainda complacente, não o faço. Castigá-lo-ei, fazendo apenas saber[,] diante de Elisa[,] como veio a esta casa.

Cena IX

PAULO, ELISA e OSCAR.

PAULO (*para Oscar*) – Tem vosmecê abusado de minha bondade, ultrapassando os limites concessionários que tenho prescrito. Mas é lógico; os entes de sua raça pagam as gratidões por esse modo!...

OSCAR – Meu pai!... Por piedade[,] diga o que fiz?!

PAULO – Minha filha, sei infelizmente do que se passa... Provocas a minha austeridade paternal...

ELISA – Meu Deus! Meu pai!...

PAULO – Eu sei uma história que nunca quis referir... Era para mim um segredo[,] que não pretendia violar; mas hoje sou abrigado a fazê-lo, bem contra a minha vontade, infelizmente; mas as circunstâncias e o seu procedimento assim exigem: ouçam[,] pois. (*Pausa: mudando de tom*). Na época em que se deu o episódio, achava-me na Bahia, onde tinha há pouco realizado meu casamento. Não tinha ainda fortuna: era empregado público e residia numa habitação modesta, reunindo o pequeno fruto de minhas economias e fazendo os poucos benefícios que meus escassos recursos permitiam. Morava na vizinhança um português, cujo comércio exclusivo era a compra e venda de escravos. Esse homem tinha as entranhas de Nero. As vítimas que caíam em seu cativeiro tinham a figura esquelética de múmias animadas... Ouvia-se o estalar do látigo dia e noite... E também os gemidos. Fui testemunha dessas cenas que faziam estalar o coração. Em um dia, de volta de meu trabalho, passando por casa do algoz, vi que era castigada uma pobre escrava, amarrada a um poste... Passados poucos momentos, depois de ter chegado em casa, entra precipitadamente essa infeliz, com as faces sevicidas, coberta de andrajos, as carnes retalhadas... e uma criança ao colo!... Um filhinho que amamentava!...

ELISA (*à parte*) – A que propósito esta história?

OSCAR (*comovido, – à parte*) – Será possível?!



PAULO – Vinha pedir-me que a comprasse, que a salvasse das garras desse mostro, a quem temia, não por si, mas por seu filho. Logo depois[,] veio procurá-la seu senhor, o português João Maria, o qual, naturalizando-se, veio mais tarde a fazer parte da nobreza do Brasil. Ameaçou-me esse imbecil com a lei, por ter acoitado uma escrava foragida. Repeli a ofensa e disse-lhe o que queria essa infeliz; e, lembrando-me do diminuto pecúlio reunido a custo de sacrifícios, propus-lhe a compra, que aceitou. Ajustamos o preço e comprei Joana e seu filho. E[,] em seguida[,] dei-lhes a liberdade.

ELISA – É ele! E eu amar o filho de uma escrava!

OSCAR – Por piedade[,] diga, diga-me o que é feito desses infelizes que lhe devem tanto?

PAULO – Joana morreu, porque veio para minha casa, quase morta... O filho, eu e Adelaide criamos, levamos à pia batismal... E viveu até hoje em minha casa, cercado do carinho que só se dispensa a um filho estremecido...

OSCAR (*com a voz embargada*) – Sou eu?!... Minha pobre mãe!...

ELISA (*à parte*) – Ainda salvei-me?

OSCAR (*ajoelhando-se aos pés de Paulo*) – Meu padrinho!... Meu pai... Deixe-me beijar-lhe as plantas... Oh! Minha mãe!... Mártir[,] que vives no céu... Testemunha o reconhecimento de teu filho...

PAULO – Levante-se. Conhece, pois, a sua origem e, se quer ainda uma prova, aqui tem. (*Dá-lhe a caixinha*). São os únicos legados que Joana deixou a seu filho!... Meia dúzia de moedas de cobre e a sua carta de liberdade!... Agora[,] prepare-se para partir amanhã.

OSCAR – Ah! Meu benfeitor, antes de partir quero confiar-lhe um segredo, pois que não devo tê-los para com o meu melhor amigo. Salvou-me... dando-me a vida e a liberdade! Salvou minha mãe... Agora[,] quero pedir-lhe a consumação de tanta felicidade... Amo Elisa e sou amado...

PAULO (*interrompendo-o, imperioso*) – Silêncio!

ELISA (*sarcástica*) – Ah! Ah! Ah!... Enlouqueceu?!... É mentira o que diz esse rapaz, meu pai.

OSCAR – Meu Deus! A vida e[,] ao mesmo tempo[,] a morte!

ELISA (*o mesmo*) – Muito depressa esqueceu a sua história.

OSCAR (*à parte*) – Que transformação! (*Alto*). Meu padrinho, eu quero partir; agora sou eu quem lhe pede. Nunca esquecerei a grande soma de benefícios recebidos, nunca, nunca!... Sempre abençoarei seu nome... Mas preciso partir; preciso esquecer sua casa[,] por muito tempo. Tenho uma educação suficiente e quero dirigir-me. Aqui encontrei a felicidade, mas também, se não tivesse resignação, neste momento encontraria a morte!

PAULO – Silêncio! Parta.

FIM DO PRIMEIRO ATO.



ATO II

Gabinete contíguo à sala de um baile. Ao levantar o pano[,] ouvem-se os sinais para uma contradança.

Cena I

ELISA e QUINTILIANO.

ELISA – Não sei por que, mas desde que conheci este homem votei-lhe certa antipatia[,] que até hoje não pude dominar.

QUINTILIANO – E tens razão para isso. Teu pai nunca devia ter exigido de ti semelhante sacrifício.

ELISA – Que queres! Meu pai é daqueles que julgam que a felicidade consiste na posse de fortunas colossais; e nesta convicção julga-me feliz, casando-me com Nunes.

QUINTILIANO – Engano funesto, Elisa. Só no leilão das consciências gastas, o ouro arremata aquilo que o amor possuiria com um sorriso; e à essa pancada sinistra[,] que anuncia a consumação da permuta fatal, o destino responde com uma gargalhada de escárnio. Eis o resultado dessas transações ignóbeis. Qual é hoje tua vida?

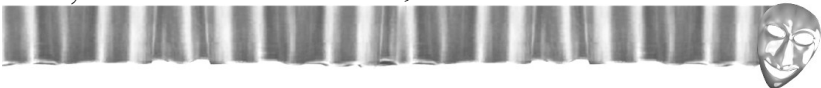
ELISA – Um martírio interminável! Um cilício atroz! Obrigada a sujeitar-me a um homem que, conquanto procure fazer-me feliz, satisfazendo as minhas mais insignificantes vontades, não posso deixar de aborrecer. E então[,] para maior tormento, quando sofro, quando me vê chorar, chama-me nervosa, atira-me em um carro, senta-se a meu lado; supondo assim dar-me distrações que nunca encontro: ou então procura divertir-me, dando estas partidas, que são tão insípidas.

QUINTILIANO – Por que o suportas ainda? Não tenho eu querido arrancar-te deste cansaço, para dar-te a felicidade de que és digna? Não tenho te mostrado a vida que, longe deste lar de angústias, nos espera, em risonhas plagas?

ELISA – Tens, tens me mostrado o paraíso, quando vivo no inferno: mas como nos julgará a sociedade, que exige da mulher o sacrifício de uma vida inteira, em satisfação de seus mais pueris caprichos?...

QUINTILIANO – Ora! A sociedade! Porventura[,] não temos o direito de exigir vida, quando nos sentimos morrer? Não temos o direito de saltar por cima de todas as considerações, partir todas as suas peias, em busca da felicidade, que ela nos veda com suas leis absurdas? Ah! Elisa, não me ocultes a causa de tua recusa...

ELISA – Não queiras tu acusar-me. Bem sabes que, solteira, amava-te com todas as forças de um coração virgem; casada, amo-te com todas as forças de um coração que sabe compreender o amor. Tenho-te provado suficien-



temente. Estas cenas, que se um dia propalasses, faziam a minha desonra, não bastam? Por que então arguir-me?

QUINTILIANO – Não, Elisa. A brasa começa a tornar-se em fria cinza. Sofres, chamas tua vida um martírio, esta casa um inferno, e rejeitas o paraíso que te ofereço!... Como queres então que me convença de teu amor? Ah! Elisa! As minhas esperanças de felicidade vão[,] pouco a pouco[,] dissipando-se como esses véus etéreos, impelidos pelos bafejos de ligeiras brisas.

ELISA – Continuas a acusar-me. Não sejas ingrato. Se tudo sacrifiquei ao teu poder, que mais exigis?

QUINTILIANO – Quero que faças a tua felicidade e a minha. A esta vida, cercada de cuidados, a estes sobressaltos constantes, eu quisera que pusesse um termo.

ELISA – Oh! Não exijas mais! (*Tomando-lhe as mãos*). Eu amo-te e basta.

Cena II

OS MESMOS e o COMENDADOR NUNES.

NUNES – Muito bem! São dignos um do outro! Senhora, o vosso lugar é no salão, dispensando considerações aos convidados, e não aqui, em uma sala retirada, em galanteios com seu amante. O seu desaparecimento[,] há tanto tempo[,] tem dado lugar a comentários. Vamos; não me provoque a maior escândalo. Já que não sabe respeitar meu lar, respeite ao menos a sociedade nele reunida. (*Sai com Elisa*).

Cena III

QUINTILIANO, só.

QUINTILIANO – Estamos perdidos? Mas não importa; terei cinismo bastante para demorar-me aqui até o fim[,] se antes não tiver ocasião de falar-lhe. Agora é preciso vencer, ou morrer. Elisa há de ser minha, talvez hoje mesmo. Hei de convencê-la, e esta surpresa concorrerá para o meu triunfo. Sou a causa de seu sofrer, e hei de salvá-la!...

Cena IV

QUINTILIANO e OLIVEIRA.

OLIVEIRA – Vocês são umas crianças. Eu vi tudo quanto se passou. Nunes, desde o começo da partida, mostra-se agitado. Talvez alguém o prevenisse. Eis o resultado de tuas irreflexões. E o que esperas ainda demorando-te aqui? Vamos!

QUINTILIANO – Não; agora quero triunfar. Hei de sair daqui, mas Elisa há de acompanhar-me; não a deixarei suportando este velho imbecil. Abandoná-la agora seria covardia.



OLIVEIRA – Deixa-te disso. Queres perder-te por uma mulher que não pode pertencer-te? Se tens esse procedimento, qual deve ter seu marido! – Qual dos dois tem a ela mais direito, tu, ou Nunes?

QUINTILIANO – Não importa. Hei de possuir Elisa, ou morrer!...

OLIVEIRA – Para a esquecer amanhã?

QUINTILIANO – Para não abandoná-la nunca.

OLIVEIRA – Rapaziadas[,] que cedo trazem o arrependimento. Hoje desesperras por essa mulher, amanhã a julgarás um fardo inútil. É natural.

QUINTILIANO – Parece escarneceres-me, Oliveira? Gracejas, quando eu soffro!

OLIVEIRA – Não. Aconselho-te, como é um dever. Mostro-te a verdade que o teu estado não permite ver.

QUINTILIANO – Deixa-me. (*Senta-se*).

OLIVEIRA – Não. Vamos daqui!

QUINTILIANO – Vamos, mas não abandonemos esta casa.

OLIVEIRA – Para onde quiser. (*Saem*).

Cena V

COMENDADOR e MOISÉS.

COMENDADOR (*sentando-se*) – Estou disposto a acabar com isto, e qualquer desfecho me serve.

MOISÉS – Então, é uma verdade?

COMENDADOR – Vi tudo, e já suspeitava há muito tempo.

MOISÉS – E ele retirou-se?

COMENDADOR – O infame creio que tem ainda coragem de demorar-se. Quando vínhamos, pareceu-me vê-lo passar.

MOISÉS – É tão degradante o que diz, que chego a vacilar.

COMENDADOR – Sou um infeliz! Eu mesmo fui testemunha de minha desonra.

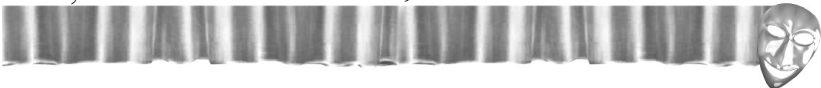
MOISÉS – Hei de aconselhar Elisa, e repreendê-la severamente. E este libertino, que deve tantos favores a mim e a Paulo, há de arrepender-se de suas infâmias.

COMENDADOR – Não faltam ganhadores ainda para as mais indignas comissões. Com meia dúzia de moedas[,] encontrarei quem livre a sociedade desta úlcera.

MOISÉS – Não é necessário; ele pouca demora tem. Não proporcione ocasião de encontrarem-se. Observe os passos de Elisa, prive-lhe os teatros, os bailes, reduzindo-a à vida de um claustro. Se isso não for bastante, há recolhimentos, onde ela pode viver.

COMENDADOR – E o infame há de ficar impune?

MOISÉS – Não; mas agora podemos ser ouvidos. Depois falaremos.



COMENDADOR – Mas ao menos faça com que ele se retire. Se não quiser, obrigue-o.

MOISÉS – É um escândalo, que não passará despercebido às pessoas presentes.

COMENDADOR – Mas eu não quero vê-lo em minha casa.

MOISÉS – Mas também não deve dar a saber o que se passou.

COMENDADOR – Então[,] faça o que entender; porque eu sou um desgraçado!

MOISÉS – Tenha coragem, e deixe-me um instante.

(O Comendador sai).

Cena VI

MOISÉS, só.

MOISÉS – Aqui esperarei o libertino infame, que não tardará a vir. Penaliza-me este pobre homem, vendo a ingratidão de sua mulher. Deve ser uma dor muito funda, e é necessária grande resignação para conter o desespero.

Cena VII

MOISÉS e QUINTILIANO, que entra precipitadamente.

QUINTILIANO – Oh! Tu aqui?!

MOISÉS – Sim, e a vossa espera. (*Ouve tocar uma valsa*).

QUINTILIANO – Então vamos para o salão, que tenho par para esta valsa.

MOISÉS – Facilmente encontrarás quem te substitua. Preciso falar-te.

QUINTILIANO (*à parte*) – Mau. Temos coisa. (*Alto*). Às tuas ordens.

MOISÉS – Quintiliano, fizeste-me passar pela mais cruel das decepções: nunca te supus capaz de infâmias.

QUINTILIANO – E não erraste em tua suposição, asseguro-te; porque até hoje não as tenho cometido.

MOISÉS – Tens. Eu sei do que se passa; e venho exigir-te uma explicação, em nome de um marido que desonras, pelo aviltamento da esposa.

QUINTILIANO – De um marido que desonro? Não sei.

MOISÉS – Admiro a desfaçatez.

QUINTILIANO – Não te posso compreender.

MOISÉS – Compreendes-me perfeitamente; tanto assim que essa explicação eu a quero e ma darás hoje.

QUINTILIANO – Vejo que estás iludido: vamos para o salão.

MOISÉS – Não. Se ainda pode valer essa amizade da qual abusaste, ordeno-te que fiques. (*Decisivo e enérgico*). – E a despeito de tudo hás de ficar e ouvir-me.

QUINTILIANO – Mau. Olha que esse tom arrogante já não pertence à escola moderna.



MOISÉS – Cínico, apesar de te servires desse predicado infame, como uma evasiva, diz-me: um dia, quando aqui chegaste, entre estranhos, sem recomendação, sem teres mão amiga que te amparasse e um teto onde te abrigasses, não foste logo procurar aquele que chamavas amigo, e não encontraste amistoso acolhimento?

QUINTILIANO – Encontrei, é verdade.

MOISÉS – Quando, depois[,] sem recursos, ias constantemente, como tantos outros, fumar nos corredores das Secretarias dos Ministros, esperando a nomeação para um emprego que mendigavas, não encontraste os recursos que te faltavam, na minha bolsa e na de Paulo da Costa?

QUINTILIANO – Quando esperei a nomeação para um emprego que solicitei e não mendiguei, muitas vezes utilizei-me de quantias vossas e de vosso cunhado. Devo-lhes esse grande favor.

MOISÉS – Quando, depois de teres fumado um milhão de charutos, e visto que com tua influência nada mais conseguirias além de promessas, não foi com os nossos empenhos que conseguiste a nomeação?

QUINTILIANO – É verdade – Devo-lhe muitos favores e[,] se quer[,] poupo-lhe o trabalho de enumerá-los.

MOISÉS – Não. Quero apenas fazer-te lembrá-los para perguntar-te: o homem que recebe tudo isso e com a maior franqueza; que encontra nesse proceder um testemunho de verdadeira amizade; o que deve dar em retribuição?

QUINTILIANO – A sua gratidão, o seu limitado préstimo a sua pessoa; e é o que tenho feito.

MOISÉS – Mentira! Infame sedutor! Tens dado em troca de tudo isso, ingratidões e infâmias!... Deixaste[,] afinal[,] cair a máscara da face esquelética.

QUINTILIANO – Não tenho que dar-lhe explicações de meus atos, assim como não exijo dos seus.

MOISÉS – Não exiges dos meus, porque os bons exemplos são poucos os que aproveitam. Nivelas-te com a infâmia e queres contaminar os lares daqueles de quem recebeste agasalho, proteção e amizade! Pois bem; aqui que ninguém nos ouve e que não terás a covardia de chamar estranhos em teu auxílio, digo-te: – Se não saíres já desta casa, se não deixares para sempre em paz a tranquilidade desta família, a felicidade deste casal, que roubas, que envenenas, – mandar-te-ei agarrar pelos criados e atirar-te ao meio da rua!...

QUINTILIANO – Bravatas! Bravatas que nunca tem um fim sério. Caraminholas com que se amedrontam crianças... (*Ri-se*).

MOISÉS – Ri, miserável! Ri; porque a falta de vergonha é privilégio dos cínicos, que, se podem[,] às vezes[,] sentir o clamor da consciência, procuram abafá-lo com uma gargalhada, que é a expressão da podridão dessas almas!... Ri, porque esse riso é a única justificação que encontras, quando



arguido de tuas infâmias; é a negação da dignidade; é o embrutecimento da alma atrofiada pelo vício.

QUINTILIANO – Lembro-lhe que o lugar não é próprio para cenas desta natureza. Mas tem razão. Os cavalheiros leais como o senhor Dr. Moisés preferem estas ocasiões, porque as considerações impedem o desfecho natural que, em lugar oportuno, lhes faria tremer.

MOISÉS – Basta! Não leves tuas provocações ao extremo, porque terão um fim desagradável. (*Depois de pequena pausa: outro tom.*). – Em conclusão: Dou-te cinco minutos; e, se não saíres, cumprirei minha promessa. (*Sai.*)

Cena VIII

[QUINTILIANO, só.]

QUINTILIANO – Estou entre Scyla e Charybdes...⁴² De um lado – Elisa amargurada, debulhada em lágrimas, maldizendo-me talvez; de outro – o ódio, as maquinações[,] o plano de vingança... Que fazer?... Mas, antes de sair, hei de falar-lhe. Moisés é refletido e sensato, não cumprirá suas ameaças.

Cena IX

O MESMO e OLIVEIRA.

OLIVEIRA – Ainda estás aqui? Que mais esperas? O que queres fazer? Vamos Quintiliano, não te demores aqui.

QUINTILIANO – Onde está Elisa? Viste-a?... Talvez em algum quarto, encerrada pelo comendador.

OLIVEIRA – Passeava pelo braço do conselheiro Gomes.

QUINTILIANO – Então não sofre, não sente nada!

OLIVEIRA – Pareceu-me pensativa...

QUINTILIANO – Por um sinal me farei compreender... Vou tentá-lo. (*Sai.*)

⁴² Dois monstros do mar da mitologia grega, que permaneciam em lados opostos e que, para os gregos, eram a personificação dos perigos da navegação próxima às rochas e redemoinhos. Scylla era um criatura horrível com doze pés e seis longos pescoços, tendo uma cabeça em cada um, com três filas de dentes, com os quais devorava qualquer vítima que viesse a alcançar. Vivía em uma caverna, num despeinhado. Do lado oposto da perigosa passagem (o estreito de Messina, entre a Itália e a Sicília), sob uma grande figueira, Charybdes, o redemoinho da água, sugava e vomitava as águas do mar três vezes ao dia, engolfando qualquer coisa que se aproximasse. Quando Odisseu (Ulisses) passou entre eles, o herói conseguiu evitar Charybdes, mas Scylla prendeu seis homens de seu navio, devorando-os. De acordo com o mito, Scylla, originalmente uma linda virgem amada por um deus do mar, tinha sido transformada num monstro por sua rival ciumenta, a feiticeira Circe.



Cena X

[OLIVEIRA, só.]

OLIVEIRA – Este doido quer que lhe escovem o pó da casaca. O comendador é um homem mau; e, se ainda não cometeu alguma loucura, é porque Moisés o tem contido. Mas a presença de Quintiliano é uma provocação[,] que o obrigará a fazer alguma loucura. Além de que o comendador tem razão; pois é perdoável o crime que comete um marido enganado.

Cena XI

O MESMO e ELISA.

ELISA (*confusa*) – O seu amigo?

OLIVEIRA – Foi agora mesmo procurar a vossa excelência.

ELISA – Aonde foi procurar-me?

OLIVEIRA – Não sei; disse-me apenas que ia vê-la.

ELISA – Ele falou com meu marido?

OLIVEIRA – Não sei, minha senhora.

ELISA – Meu tio esteve com ele?

OLIVEIRA – Também não sei.

ELISA – O Senhor sabe[,] sem dúvida[,] do que se passa. Peça, portanto[,] a seu amigo[,] que se retire.

OLIVEIRA – É o que tenho feito; mas ele respondeu-me que não sairia antes de falar com vossa excelência.

ELISA – Sim?!... Mas eu não desejo encontrar-me com esse moço, porque... O senhor é seu amigo, não?

OLIVEIRA – Ao menos espero que ele assim me considere.

ELISA – Seu amigo está iludido. Devemos sua amizade a meu tio Moisés; e ainda há pouco conversávamos[,] ele e eu[,] familiarmente, quando meu marido, que é zeloso, entendeu que ele requestava-me.

OLIVEIRA – Eu sei o que se passou.

ELISA – Sabe?! Foi isto mesmo, não foi?

OLIVEIRA – Sim... Creio que foi.

ELISA – Pois diga a seu amigo que não posso falar-lhe, porque me vigiam passos. Mas... (*acercando-se de Oliveira*) escute-me: faça-me o favor de entregar-lhe esta carta...

OLIVEIRA (*recebendo a carta[,] que lhe apresenta Elisa*) – Cumprirei as ordens de vossa excelência.

ELISA – Obrigada. (*Sai precipitadamente*).



Cena XII

OLIVEIRA e depois QUINTILIANO.

OLIVEIRA – Eis-me representando o importante papel de mensageiro de amor. (*Pausa*). Mas Quintiliano não deve ter tido muitas rapaziadas que valham a pena como esta. Aqueles olhinhos são travessos, fazem um homem perder a cabeça. (*Cheirando a carta, que ainda conserva na mão*). E como está perfumada.

QUINTILIANO (*entrando*) – Não encontrei. Sem dúvida alguma[,] o comendador a detém.

OLIVEIRA – Enganas-te. – Parece que foges de Elisa, em vez de procurá-la. Aqui está uma carta dela para ti, e bem perfumada.

QUINTILIANO – De Elisa?!

OLIVEIRA – Sim.

QUINTILIANO (*abre a carta, e ao mesmo tempo ouve-se o som da música*) – Deixa-me um instante. Espero aqui o comendador.

OLIVEIRA – Vão bater-se?

QUINTILIANO – Não; temos negócios a tratar.

OLIVEIRA – Não é com essa. (*Sai*).

Cena XIII

[QUINTILIANO, só.]

QUINTILIANO – Se não consigo convencer Elisa, estou perdido. Não tenho coragem para abandonar esta mulher. A narração desta carta é toda misteriosa... Mas diz-me que seremos felizes. Como compreenderá ela essa felicidade? Que exigirá de mim?

Cena XIV

O MESMO e ELISA, que entra precipitadamente, envolta em um manto.

ELISA – Que se retire para não consumir a minha desgraça!

QUINTILIANO – Mas, ficas ainda?!

ELISA – E que hei de fazer?

QUINTILIANO – Partir. Nada mais podes esperar. O castigo que nos preparam é atroz! Tenho conhecimento dos planos de teu marido: são horríveis!...

ELISA – Meu Deus! O que pretende ele?!

QUINTILIANO – Para ti – o claustro; para mim – a morte.

ELISA – Tu me iludes; isso não é possível!

QUINTILIANO – Tudo é possível, Elisa. Teu tio[,] há pouco[,] ameaçou-me; e agora mesmo ouvi o que conversava com teu marido.

ELISA – Não importa. Parte. Adeus. Os convidados retiram-se.

QUINTILIANO – Aproveitemos o ensejo e partamos juntos.

ELISA – Não; hei de amar-te sempre, mas fico.



QUINTILIANO – Oh! E para que me iludias com teu amor!... Vamos, Elisa, ao encontro da felicidade que nos espera. (*Cingindo-a nos braços, procura fazê-lo acompanhar*).

ELISA (*que tem resistido, porém fracamente, resolve-se a segui-lo. Resoluta.*)

– Vamos. Deus permita que compreendas o sacrifício que faço, e saibas compensá-lo. (*Saem apressadamente*).

FIM DO SEGUNDO ATO.



ATO III

Gabinete elegantemente mobiliado. Ao levantar o pano[,] ouve-se o rodar de um carro.

Cena I

OSCAR e OLIVEIRA, entrando.

OLIVEIRA – Foi um passeio agradável, realmente. Tua noiva é muito amável.

OSCAR – Queres lisonjear o meu orgulho de noivo.

OLIVEIRA – Não. É exato. Agradou-me também a lhaneza do mylord.

OSCAR – Pois acredita que isto me satisfaz.

OLIVEIRA – A felicidade arrancou-te já às portas do inferno, para dar-te o paraíso.

OSCAR – Provando-me assim que tudo quanto Deus faz é pelo melhor.

OLIVEIRA – Não te lembras de Elisa? Nestes poucos dez anos, quanta mudança!

OSCAR – Caprichos do destino. Quando nos meus ardentes sonhos de mancebo acariciava a imagem dessa mulher; quando em nossas confidências eu embrenhava-me em cada frase que caía de seus lábios, nunca me passou pela imaginação as transformações que se operaram.

OLIVEIRA – Pobre moça! Dizem que vive em completa miséria, abandonada por Quintiliano e gasta, amasiada com um escravo que, acompanhando seu senhor a uma viagem, deixou-a implorando a caridade pública. Estás vingado.

OSCAR – Não fales assim. Não me regozijo com seu infortúnio, considerando-o minha vingança. Quisera vê-la tão feliz como eu me considero, para que, quando nos encontrássemos, tivesse o prazer de medir as nossas posições. Nas condições em que se acha, condói-me o seu estado, porque, apesar do que sofri, seu pai foi o meu benfeitor.

OLIVEIRA – Mas eu gosto de ver abateram-se essas vaidades ridículas de que se reveste certa gente de nossa sociedade.

OSCAR – E temos nessa mulher um exemplo edificante. Quem, por perspicaz que fosse, seria capaz de adivinhar a índole de Elisa? Criança meiga, cercada de um temor angélico, parecia não ser capaz de nutrir ambições egoístas. Ah! Pobre Ícaro, quisestes estender teu voo até onde somente as águias podem chegar!

OLIVEIRA – E qual tem sido tua vida no decurso deste tempo?

OSCAR – A minha vida é uma história, um drama cruel. O prólogo, – cenas horríveis, cheias de amarguras; e depois – lisonjeiras promessas, risonhas esperanças... O epílogo pertence tão somente a Deus.

OLIVEIRA – Por ti[,] tudo me interessa. Assim[,] quero ouvir a narração de tua vida.



OSCAR – Acredita que nesta vida cheia de tropeços, espinhos, e muito poucas flores, para escrever minha triste história, extrai a pena das asas negras do destino; tive por tinta as fezes do infortúnio, por pergaminho os contados dias tormentosos. É a razão pela qual as páginas são quase todas orvalhadas de lágrimas.

OLIVEIRA – Eu creio que terás sofrido; assim como acredito que hoje és feliz.

OSCAR – Sim; hoje parece ter mudado a minha sorte. Vou contar-te a minha vida em poucas palavras. Sabes qual a causa de minha partida, e como a efetuei?

OLIVEIRA – Sei.

OSCAR – Pois bem. Deixando a casa de meu benfeitor, trazia a dor no coração e na mente a incerteza. Vim para a Bahia; e a imagem de Elisa acompanhava-me sempre, com uma gargalhada de escárnio. Essa ideia humilhava-me, mas[,] ao mesmo tempo[,] alentava a minha aspiração suprema: subir. Só, sem proteção, lutei algum tempo com o abandono; sem amigos, vi-me também a braços com a miséria. Depois[,] travei relações com um honrado negociante desta praça, o qual me admitiu em sua casa, na qualidade de guarda-livros; entretanto, anteriormente, fui forçado a exercer empregos que davam escassamente para matar-me a fome.

OLIVEIRA – A perseverança é a primeira das virtudes.

OSCAR – É verdade. Lembrei-me depois que aproveitava melhor os poucos conhecimentos de que dispunha, seguindo as lides da imprensa; e fiz-me jornalista. Então[,] adquirei reputação e amizades. O meu antigo amo, que era já meu verdadeiro amigo, ofereceu-me seus capitais, que pôs à minha disposição, e de parte dos quais utilizei-me para comprar a tipografia, que até então tinha arrendada. Há dois anos[,] abandonei a imprensa, para fazer parte de uma missão diplomática à Inglaterra[,] onde encontrei Lady William, que é aquele anjo que[,] não há muito[,] admiraste. Ah! Oliveira! Muito se sofre; e, sofrendo, muito se aprende, quando se é moço, vivendo no meio desta sociedade egoísta, turbilhão imenso, onde na luta sucumbe a virtude, esmagada pelo vício, e não se tem um braço amigo, onde nos encostemos para caminhar diretamente.

OLIVEIRA – Imagino o que tens sofrido; porque também conheço a sociedade em que vivemos.

Cena II

OS MESMOS e o DR. MOISÉS.

MOISÉS – Dá licença?

OSCAR – Pode subir. (*Vai ao encontro do recém-chegado, a quem, reconhecendo, diz surpresa*). O Doutor Moisés!

MOISÉS – É verdade. (*Abraçam-se. Cumprimenta Oliveira*).

OSCAR – Quando chegou?



MOISÉS – Ontem trouxeram-me aqui negócios do senhor.

OSCAR (*à parte*) – Do senhor! (*Alto*). Não sabia, e por isso me desculpará não ter ido procurar a vossa senhoria.

MOISÉS – Não se desculpe, porque não cometeu falta alguma; porém, reunindo aos seus negócios, alguns meus, que exigem brevidade, desejo concluí-los. Assim é que...

OSCAR – Estou às ordens de vossa senhoria.

MOISÉS – Mas... desejava falar-lhe particularmente.

OSCAR (*para Oliveira*) – Dás licença?

OLIVEIRA – Estava a sair, com licença. (*A Moisés*). Às suas ordens. Até logo, Oscar.

MOISÉS – Perdoe-me incomodá-lo.

OLIVEIRA – Desculpe-me[,] se lhe roubo tempo.

OSCAR – Não te demores.

OLIVEIRA – Não. Até já. (*Sai*).

Cena III

OSCAR e MOISÉS.

MOISÉS – Não precisamos falar no passado[,] que traz para ambos uma recordação dolorosa... Sabe, sem dúvida, que seu amigo já não existe?

OSCAR – Soube há dois anos, senhor doutor.

MOISÉS – Desde que o senhor retirou-se de sua casa, a tristeza o acompanhou sempre: arrependeu-se talvez do passo que deu.

OSCAR – Não. A causa seria outra, e talvez leves saudades minhas.

MOISÉS – Mais do que isso. Tinha pesar de tê-lo abandonado.

OSCAR – Pobre amigo!...

MOISÉS – E era seu amigo mesmo; e tanto assim que provou. Fez testamento, legando-lhe algumas somas; e, no inventário a que se procedeu, fui nomeado depositário dessa quantia, cuja entrega não realizei por ignorar eu sua residência. A soma legada, que montava a 12 contos de réis, depositiei-a em uma casa bancária; e hoje, com os juros respectivos, eleva-se a 15 contos, (*entregando a Oscar um maço de papéis*) que venho entregar-lhe, com os documentos comprobatórios da importância depositada e juros vencidos.

OSCAR (*comovido*) – Obrigado, obrigado, pela sua excessiva bondade, senhor doutor. Neste momento[,] tenho a felicidade de não ter o mais insignificante remorso à exprobrar-me a consciência. Eu sempre bendisse o nome de meu benfeitor; e, ao retirar-me de sua casa, não foi a ingratidão que moveu meus passos. Eu precisava então ir chorar bem longe as amarguras de minha desdita, que encontraria lenitivo no decurso do tempo e na ausência; ou enlouquecer. Opinei pela separação, quase sempre eficaz, e parti; mas parti abençoando esse lar que ia abandonar para sempre, e esse amigo, esse pai, de quem era forçoso separar-me.

MOISÉS – Eu sei.

OSCAR – Agora[,] escute-me: a custa do meu trabalho[,] adquiri uma pequena fortuna; e, ainda que a não tivesse, esta quantia devia pertencer a alguém



que sobre ela tem mais direito, e que atualmente vive a braços com a miséria; pois soube de Oliveira que D. Elisa vive nesta cidade, em completo abandono. Assim é que este dinheiro com razão deve pertencer-lhe.

MOISÉS – Pouco me interessa o seu estado. Hoje vive uma mulher com esse nome, mas a filha de meu irmão já morreu.

OSCAR – Não despreze a coitadinha! Tenha dó desse infortúnio, a que um passo irrefletido deu causa. Lembre-se que ela vive implorando a caridade alheia...

MOISÉS – Não importa, meu amigo. A justiça do céu encarregou-se de exercer a punição: que a suporte!... Quem não soube respeitar os manes de seus pais, a honra de sua família, o nome de seu marido, não tem direito a esperar a complacência dos homens de bem, nem a caridade honesta.

OSCAR – Pois, senhor doutor, asseguro-lhe que esta quantia vai ser entregue a D. Elisa. Há de permitir.

MOISÉS – Faça o que entender. Pertence-lhe. Adeus

OSCAR – Já?! Com licença. (*Senta-se e escreve, entregando a Moisés o que escreveu*). Agradeço-lhe muito o trabalho que teve, a direção que deu ao dinheiro legado por meu padrinho; e, lamentando retirar-se, espero que me honrará com a sua confiança e nobre amizade.

MOISÉS – Sinto não poder demorar; mas o pacote parte amanhã, e tenho ainda alguns negócios a ultimar. (*Dando a Oscar algumas moedas*). Tenha a bondade de entregar este dinheiro a Elisa, sem dizer quem lhe envia; (*abrachando-o*) e conte com um amigo. (*Sai*).

Cena IV

OSCAR, só.

[OSCAR] – Sempre o orgulho, o preconceito, esse demônio social abafando até os sentimentos de caridade! Julgou-se humilhado em chamar sua sobrinha a essa pobre criatura que a desgraça lançou na senda da perdição e não teve a caridade de buscar essa infeliz para salvá-la, ou atirar-lhe esta miserável esmola! Deixou esse proceder generoso ao liberto, àquele que outrora enxotaram de seus lares como um cão leproso; porque teve o atrevimento de amar com toda a pureza de sua alma a essa donzela, que vive hoje no pau⁴³ da corrupção: porque ousou consagrar um culto de adoração a essa vestal, cuja virtude não merecia o filho da escrava Joana. Não são os paços dos nobres, com seus tetos recamados de florões e alegorias tradicionais, – a morada exclusiva da virtude. Não é a grandeza do nascimento, os berços luxuosos, a cor, que dão à criatura esses dotes que a bondade de Deus distribuiu simultaneamente por todas as camadas sociais. Porém[,] eu era o filho de Joana; ela – a moça – branca e rica. Pois bem, o filho da escrava – subiu, porque suas vistas prendiam-se a tudo que é nobre e generoso; e a moça branca e rica – caiu[,] como caem as estátuas carunchosas!...

⁴³ Pântano.



Cena V

OSCAR e OLIVEIRA.

OLIVEIRA (*entrando*) – Já foi o homem? Que negócios tinhas com aquela notabilidade?

OSCAR – Veio entregar-me uma quantia legada por meu padrinho.

OLIVEIRA – É verdade; creio ter ouvido falar nesse dinheiro. Parece-me até que o comendador, à instâncias de Elisa, tentou anular o inventário, com miras nessa quantia.

OSCAR – Sim? Pois vai ser-lhe entregue; e, se eu pretendia assim proceder, por mo ditar o coração, hoje devo fazê-lo, por uma imperiosa exigência do dever. É assim! Julgou-se lesada em sua fortuna; quis violar a última vontade de seu pai, instigada pela torpe vilania da ambição, que reclamava a pequena quantia que me foi legada!... E agora, no momento mais crítico de sua vida, generosamente, vai ser-lhe entregue esse dinheiro! Ah! Oliveira, essa desgraçada mulher causa-me compaixão; mas a nossa sociedade é a única responsável por estas quedas, ocasionadas pela luta entre a virtude e o vício, que triunfa, porque aquela não tem forças para resistir à necessidade!... Não sabes em que casa mora Elisa?

OLIVEIRA – Não e também ainda não a vi; mas hei de procurá-la.

OSCAR – Então vem comigo; sei quem nos informará.

OLIVEIRA – E esse doutor que, desde a noite da fuga de Elisa, trata-me com frieza. Se supõe que coadjuvei a Quintiliano, é injusto comigo.

OSCAR – É possível, ou qualquer outra causa.

OLIVEIRA – Não, é essa mesma; ele já o disse a alguém.

OSCAR – Mas tu devias saber[,] sem dúvida[,] o que pretendia Quintiliano.

OLIVEIRA – Soube momentos antes da execução; quis evitar, e, não conseguindo, retirei-me.

OSCAR – E o comendador[,] o que fez?

OLIVEIRA – Tratou-me sempre muito bem.

OSCAR – Pobre Elisa! Era uma menina muito interessante. Amei-a muito!... E como soube ela simular que me amava! Quando meu padrinho, ferido em seu orgulho, desvendou o mistério que envolvia o meu nascimento, vi operar-se nela uma transformação indescritível. Em lugar do anjo, que eu adorava, veio colocar-se uma estátua de gelo.

OLIVEIRA – Pois[,] que queres? Ela guardava essas distinções absurdas que a sociedade tem estabelecido.

OSCAR – Mas a sociedade devia distanciar somente aqueles que se tornam indignos por seus atos e costumes. Não vemos, por exemplo, na primeira camada da sociedade o vício o mais repulsivo coberto de brasões; a desonra – acatada e respeitada; e finalmente tudo o que há de indigno e infame – tolerado em seu seio e o que é mais – aplaudido? E os infelizes que não têm fortuna, repelidos pelo preconceito, têm de sofrer a injusta e absurda abjeção a que a sociedade os condena? Ela, que devia punir o vício, premiando a virtude, unicamente porque um homem é pobre e não conhece família,



nega-lhe a consideração a que muitas vezes faz jus, deixa de reconhecer-lhe nobreza da alma, para vitoriar e encher de distinções os felizes, a quem bastantes vezes a nobreza heráldica dá direito a ofender essa mesma sociedade que os incensa, em vez de votá-los à completa execração!... É assim que essa sociedade bastarda dá o mesmo prêmio ao herói que salvou os brios da Pátria no campo de batalha, ao estadista que evitou uma crise precária, ao caráter maleável do ministro bancarroteiro, ou à nulidade corcunda do político transigente! Eleva igualmente o gênio, a bravura e o mérito, a par do onzeneiro⁴⁴ vil, do miserável agiota[,] do traficante infame. De que serve então a luta com o sacrifício, para conservar a honra sem mácula, se a sociedade corrompida e egoísta só tem considerações e distinções para com os filhos do ouro?!...

OLIVEIRA – Serve e vale muito, Oscar. Há muitos homens bons que, conquanto se confundam com a multidão que compõe a sociedade, tem sempre um lugar distinto. Para esses homens, Oscar e outros de sua têtpera valem muito; e para outros o valor, o apreço que eles poderiam ligar seria má recomendação, seria até um prejuízo.

OSCAR – Mas a sociedade sempre tem ardente o turíbulo para incensar estes e aqueles, e as suas honrosas exceções reservam-se quase sempre para aqueles que valem menos. Ah! Meu amigo, se grassasse uma epidemia incurável, que só acomettesse aos maus, o mundo ficaria quase deserto!...

Cena VI

OS MESMOS e ELISA.

ELISA (*fora*) – Dá licença?

OSCAR – Pode entrar.

ELISA (*entrando. À parte*) – Oscar! É Oscar! Meu Deus!

OSCAR (*à parte*) – Ela!

ELISA – Senhor, venho pedir-lhe uma esmola[,] pelo amor de Deus.

OSCAR – Uma esmola?! Está gracejando. Que deseja[,] minha senhora?

ELISA – É crime zombar da desgraça. Dê uma esmola[,] por caridade[,] àquela que finge não conhecer.

OSCAR – Não zombo, nem finjo: são coisas que nunca soube fazer. Com esses predicados só encontrei uma moça, em quem não vale a pena falar-se; porque a senhora hoje talvez a não conheça também...

ELISA – Oscar!

OSCAR – Elisa!

ELISA – Lembra-te que um dia fomos felizes.

OLIVEIRA – Com licença. (*Sai*).

⁴⁴ O mesmo que onzenário. Usurário, agiota.



Cena VII

OSCAR e ELISA.

ELISA – Lembra-te que nesse tempo repartíamos mutuamente as nossas alegrias e as nossas lágrimas. A nossa vida teve um prólogo de encantos. Deste-me o teu amor, que espontaneamente retribui. Depois, criança ainda, deixei-me conduzir pelos conselhos de meu pai, e repeli-te. Quanto custou-me este passo, não podes avaliar; mas o respeito paterno vale muito! Foi ele que me fez zombar de teus extremos, sorrir ante tuas lágrimas e afrontar tua dignidade tão santa. Depois, quando reconheci que devia ter resistido a meu pai, era tarde; desesperei e perdi-me!... Hoje, a mulher que vês diante de ti, é uma pecadora arrependida, é aquela que, humilhada por tua nobreza, quise-ra viver ignorada de ti, à cuja porta a fatalidade arrastou-a! Envergonho-me, Oscar, diante de quem devia aparecer sempre pura, e não explorada pelos infames que saciam-se na beleza de uma mulher, que divinizam, enquanto seus lábios estalam beijos de fogo; enquanto as rosas de suas faces vicejam; enquanto o brilho de seus olhos não foge[,] gasto pelo desvairamento!... Depois, quando tudo isto evapora-se no delírio das orgias, atiram a desgraçada a implorar à caridade pública, que é muitas vezes surda aos gemidos dos infelizes...

OSCAR – Ah! Minha pobre irmã! Perdoe-me. Eu supus que era ainda o orgulho, esse demônio que te arrastou à perdição, que te fazia desconhecer o pobre Oscar.

ELISA – Não: era a vergonha e o remorso.

OSCAR – Ah! Eu quisera ver-te assim, pequena, mas pura, e eu bem alto para oferecer-te minha mão, e um lugar nas eminências em que estivesse, para partilhares a minha sorte e os gozos que me cercassem, desprezando essas ambições egoístas, em que se conspurca a sociedade. Mas hoje tudo seria impossível: um compromisso sagrado para mim, porque selei-o com a minha palavra de honra, me impediria de assim proceder. (*Abraçando-a*). Minha pobre irmã, descansa sobre meu peito, porque dentro dele existe um coração, que o mundo não pode corromper.

Cena VII

OS MESMOS e OLIVEIRA.

OLIVEIRA (*rápido*) – Oh, que não possa a sociedade em peso receber esta lição!

FIM.

Nota: No fim da edição do drama, consta uma extensa “errata”, que foi levada em conta na fixação do texto, sem a inserção de notas.



BIBLIOGRAFIA

ALMANAQUE *Popular Brasileiro* (para o ano de 1896). Pelotas e Porto Alegre: Echenique & Irmão – Livraria Universal, 1895.

ARCÁDIA. Rio Grande: 2ª série, fevereiro de 1868, e 3ª série, 1868/1869.

ASSUMPTÃO, Jorge Euzébio. Idade, sexo, ocupação, nacionalidade dos escravos charqueadores (1780 - 1888). *Estudos Ibero-Americanos*. I Simpósio gaúcho sobre a escravidão negra. Anais. Porto Alegre: PUCRS, v XVI, n. 1 e 2, p. 29-46, jul e dez 1990.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Escravidão & Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

____. A escravidão negra e os farroupilhas. ____ DACANAL, J. H. (Org.). *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul – do Romantismo ao Modernismo*. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1997.

BELÉM, João. *Corações gaúchos*. Santa Maria: Comercial de Francisco Dania, 1931.

BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Porto Alegre: Grafosul, IEL/DAC/SEC, 1976.

BORGES, Pery. *“Deus e a natureza” e seu autor: notas recolhidas sobre autor dramático gaúcho*: Artur Rocha. Rio de Janeiro: [s.e.], 1961.

BRANDÃO, Loló de Oliveira. *A fera da montanha*. São Leopoldo: [s.e.], 1940.

BRITO, José de Sá. Mateus. Porto Alegre: *Revista Ensaios Literários*, n. 6 a 8, set-nov 1875.

____. A grupiara. Porto Alegre: *Revista Mensal do Partenon Literário*, n. 9 a 12, 1875.



CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo: Globo, 1956.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Período colonial. Coleção Província. Porto Alegre: Globo, 1970.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil*. 4ª ed. Porto Alegre: UNISINOS, 2004.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de. 2ª ed. *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Ministério da Cultura (Fundação Biblioteca Nacional), [1990] 2001.

DAMASCENO, Athos. *Palco, salão e picadeiro* (em Porto Alegre no século XIX). Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo, 1956.

_____; CESAR, Guilhermino et alii. *O Teatro São Pedro na vida cultural do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SEC, 1975.

DOCCA, E. F. de Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1954.

ERICKSEN, Nestor. *O sesquicentenário da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina – ARI, 1977.

FERNANDES, Domingos José Marques. *Revista Pesquisas – História*. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 15, 1961.

FISCHER, Antenor. *A literatura dramática do Rio Grande do Sul (de 1900 a 1950)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGL da PUCRS, 2007.

FLORES, Moacyr. *O negro na dramaturgia brasileira – 1838-1888*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. *O teatro no Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul – Aspectos da cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1997, p.93-106.



FORNARI, Ernani. *Nada!* 2ª ed. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1945.

_____. *Iaiá Boneca*. Rio de Janeiro: MEC, 1939.

_____. *Sinhá moça chorou...* São Paulo: Martins, 1941.

FORTES, Bety Yelda B. Borges. *Arthur Pinto da Rocha – Um homem rio-grandense*. Porto Alegre: UBE-RS, 1998.

FREITAS, Décio. Identidade cultural gaúcha. *Zero Hora*, Porto Alegre, 30 out. 1988, p. 4.

GOLIN, Cida, CESAR, Guilhermino et alii. *Theatro São Pedro – palco da cultura (1858 – 1988)*. Porto Alegre: IEL, 1989.

GUTFREIND, Ieda. O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico. *Estudos Ibero-Americanos*. I Simpósio gaúcho sobre a escravidão negra. Anais. Porto Alegre: PUCRS, v. XVI, n. 1 e 2, p. 175-187, jul e dez 1990.

HESSEL, Lothar. *O teatro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

____ & RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil – sob Dom Pedro II – 1ª parte*. Porto Alegre: IEL, 1979.

____ & RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil – sob Dom Pedro II – 2ª parte*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1986.

____ & VILLAS-BÔAS, Pedro Leite et alii. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976.

KILPP, Suzana. *Os cacos do teatro – Porto Alegre, anos 70*. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1996.

LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Globo, 1936.

____. O negro no Rio Grande do Sul. *Separata do Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*. Porto Alegre: [s.e.], 1957.

LEAL, Júlio César. *A escrava branca*. 1ª ed. Porto Alegre: Tipografia do “Deutsche Zeitung”, 1883.

LUNA, Luís. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Leitura S/A, 1968.



MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUCS – EST, 1984.

_____. Da abolição à República: a agonia do Estado escravista. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XV, n. 2, p. 299-410, dezembro de 1989.

_____. I Simpósio gaúcho sobre a escravidão negra. *Estudos Ibero-Americanos*. Anais. Porto Alegre: PUCRS, v. XVI, n. 1 e 2, p. 5-6, jul e dez 1990.

MARIENSE, Apparício. *O filho duma escrava*. Cruz Alta: Descentralização, 1882.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978.

MONTI, Verônica A. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S/A, 1949.

ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1948.

PEIXOTO, Fernando. *Um teatro fora do eixo*. São Paulo: Hucitec, 1993.

PEQUENO dicionário da literatura do Rio Grande do Sul (Org. BRASIL, L. A. de Assis, MOREIRA, Maria Eunice e ZILBERMAN, Regina). Porto Alegre: Novo Século, 1999.

PORTO ALEGRE, Appolinário. Os filhos da desgraça. *O teatro de Apolinário Porto Alegre* (Antologia org. por Carlos Alexandre Baumgarten). Porto Alegre: IEL: CORAG, 2001, p. 129-184.

_____. Benedito. Idem, *ibidem*, p. 67-82.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Noutros tempos*. Porto Alegre: Globo, 1922.



PÓVOAS, Mauro Nicola. *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGL da PUCRS, 2005, 2 v.

QORPO Santo. *As relações naturais – Três comédias*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira – meio século de história literária*. (Trad. Ana Maria Martins). Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956.

RENAULT, Delso. *Indústria, escravidão, sociedade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ROCHA, Arthur. *José*. Porto Alegre: Tipografia do “Deutsche Zeitung”, 1879.

____. Deus e a natureza. *Teatro de Arthur Rocha*. Porto Alegre: A Federação, s/d, p. 89-136.

____. A filha da escrava. *Teatro de Arthur Rocha*. Porto Alegre: A Federação, s/d, p. 137-212.

____. *Uma cena para o futuro*. Porto Alegre: Oficinas do Jornal do Comércio, 1884.

SILVA, João Pinto da. *História literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria: Globo, 1924.

SILVA, José Alves Coelho da. *Boêmia*. 2ª ed. Rio Grande: Tip. de “O Comercial”, 1880.

____. *Escrava e mãe*. Rio Grande: L. Salcedo & Andrade, 1885.

SILVA, Lafayette. *História do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do MES, 1938.

SILVEIRA, José Luiz. *Revolução federalista de 1893. RS no contexto do Brasil*. (Círculo de Pesquisas Literárias). Porto Alegre: EDIPLAT, 2000, p. 111-124.



SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1977.

SOARES, Boaventura. *Um fruto da escravidão*. 1ª ed. Pelotas: Tip. da Livraria Americana, 1884.

SOUSA, José Galante de. *O teatro no Brasil – Tomo II*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1960.

TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Rio de Janeiro: [s.e.], 1921.

TILL, Rodrigues. *Três vultos marcados: Lobo da Costa – Artur Rodrigues da Rocha – Fontoura Xavier*. Porto Alegre: Flama, 1970.

TORRES, Joaquim Aves. *Teatro Social* (Pesquisa, Introdução e Notas de Cláudio Heemann). Porto Alegre: IEL, 1989.

VIEIRA, Damasceno. *Adelina*. Pelotas: Tip. da Livraria Americana, 1880.

____. *Os gaúchos*. Porto Alegre: Tip. Gundlach & Cia., 1891.

VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Notas da bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: Nação, 1974.

____. *Notas ao dicionário brasileiro de Sacramento Blake* (Parte do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: Ed. datilografada, 1978.

____ & MARTINS, Ari. *150 anos de literatura dramática no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: exemplar datilografado, 1968.

Vol. I – Autores primordiais e textos fundadores ◦ O castelo de Oppenheim ou O tribunal secreto, de Manuel José da Silva Bastos ◦ O nobre e o plebeu, de Manuel Pereira Bastos Júnior ◦ Vítor, de Félix da Cunha ◦ *Vol. II – A desonra como Machina Fatalis* ◦ Risos e lágrimas, de Hilário Ribeiro ◦ Os filhos da viúva, de Arthur Rocha ◦ Frutos da opulência, de Joaquim Alves Torres ◦ *Vol. III – O Jesuitismo na alça de mira* ◦ Os jesuítas ou O bastardo do rei, de José Manuel Rego Vianna ◦ Os lazaristas, de Antonio Ennes ◦ Deus e a natureza, de Arthur Rocha ◦ *Vol. IV – O divórcio em cena* ◦ O marido de Ângela, de Joaquim Alves Torres ◦ Arnaldo, de Damasceno Vieira ◦ Janina, de Mário de Artagão ◦ *Vol. V – O drama abolicionista* ◦ O filho duma escrava, de Apparício Mariense da Silva ◦ A filha da escrava, de Arthur Rocha ◦ Um fruto da escravidão, de Boaventura Soares ◦ *Vol. VI – O ideal republicano* ◦ Estrelas e diamantes, de João da Cunha Lobo Barreto ◦ Lucinda, de Hilário Ribeiro ◦ Escrava e mãe, de José Alves Coelho da Silva ◦ *Vol. VII – A mulher como autora* ◦ Uma lágrima derramada ou O ramo de violetas e A flor do deserto, de Maria da Cunha ◦ A culpa dos pais, A calúnia e As vítimas do jogo, de Anna Aurora do Amaral Lisboa ◦ *Vol. VIII – A comédia* ◦ Político, e liberal, por especulação, de “Hum Militar Avulso” ◦ uma manhã em casa dum autor crítico, de “O Freqüês” (Pedro Antônio de Miranda) ◦ Por um retrato, de Damasceno Vieira ◦ File-o, de José de Sá Brito ◦ Por causa de uma camélia ou Marido por meia hora, de Arthur Rocha ◦ Epidemia política, de “Iriema” (Appolinário Porto Alegre) ◦ Impalpáveis, de Joaquim Alves Torres ◦ O primeiro cliente, de Gomes Cardim.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-68558-07-2



9 788568 558072